

Aula 00

*CGU (Auditor - Área Auditoria e
Fiscalização) Finanças Públicas*

Autor:
Celso Natale

04 de Novembro de 2022

Índice

1) Introdução - Setor Público e Eficiência	3
2) Eficiência Econômica	4
3) Eficiência de Pareto	5
4) Equilíbrio Geral	6
5) Economia do bem-estar	11
6) Finanças Públicas	13
7) Definição de Finanças Públicas	14
8) Abrangência	15
9) Objetivos	26
10) Metas	27
11) Falhas de Mercado	28
12) Bens Públicos	29
13) Externalidades	39
14) Assimetria de Informações	50
15) Funções do Estado	52
16) Visão Clássica	54
17) Evolução das funções	55
18) Função Distributiva	56
19) Função Alocativa	58
20) Função Estabilizadora	62
21) Referência Bibliográficas	65
22) Questões Alternativas	66



INTRODUÇÃO

Nesta aula, falaremos sobre **falhas de mercado**.

Elas podem assumir diversas formas, mas o ponto em comum a todas elas é que são causas do que chamamos de **ineficiência econômica**. Portanto, para compreender o que significam essas falhas, começaremos pelo conceito de **eficiência econômica**.

Ao menos para fins de concurso - que é o que importa aqui -, a ideia é que o **Estado** pode e deve ajudar a promover maior eficiência.

É uma aula bastante conceitual, então esse deve ser seu foco: aprender os conceitos que serão apresentados.

Caso precise de ajuda, é só falar comigo.

Tenha uma ótima aula!

Estou pronto, e você? Tenha uma ótima aula!



@profcelsonatale

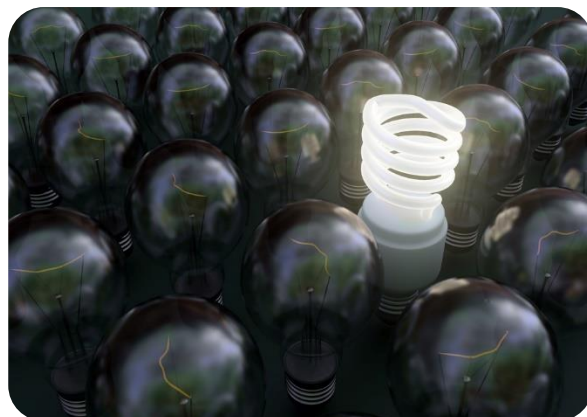


EFICIÊNCIA ECONÔMICA

Eficiência, de acordo com o dicionário grátis da internet que consultei agora, significa “virtude ou característica de (alguém ou algo) ser competente, produtivo, de conseguir o melhor rendimento com o mínimo de erros e/ou dispêndios.”

Dessa (suspeita) definição, aproveitamos a parte que fala, com outras palavras, sobre obter o **melhor resultado possível com o custo mínimo**.

Ainda no conceito geral de eficiência, pense nas lâmpadas fluorescentes, que proporcionam melhor iluminação (resultado), com um consumo menor de energia (custo), quando comparadas com as lâmpadas incandescentes. Por isso dizemos que as versões fluorescentes são mais eficientes.



É uma boa definição, e está correta do ponto de vista econômico.

Contudo, em Economia, a eficiência que as bancas cobram é a chamada **eficiência de Pareto**. Algumas vezes chamada “ótimo de Pareto”. Tanto faz.

Ela está relacionada com o conceito, mas a boa notícia é que ela é muito mais prática que a definição que acabamos de ver.

Eficiência (Ótimo) de Pareto

De acordo com Varian:

Uma situação econômica é dita **eficiente no sentido de Pareto** se não existir nenhuma forma de melhorar a situação de uma pessoa sem piorar a de outra.

Seguindo essa lógica, se é possível melhorar a situação de um indivíduo sem piorar a situação de ninguém, estamos diante de um caso de **ineficiência** no sentido de Pareto.

Isso torna a eficiência de Pareto um resultado sempre preferível à ineficiência. Afinal, se podemos melhorar a situação de alguém sem prejudicar ninguém, por que não fazer isso?

Vejamos de forma exemplificativa.

Você e um amigo se deparam com a seguinte situação: você adora trufas de chocolate, e seu amigo prefere cachorro-quente. Mas acontece que você ganhou um cachorro-quente, e seu amigo uma trufa de chocolate.

Há alguma forma de melhorar a situação de alguém sem piorar a de ninguém? Dizer que você prefere trufas a cachorro-quente significa que você atribui maior utilidade a esse doce, enquanto seu amigo atribui maior utilidade ao cachorro-quente.

Se você simplesmente trocarem, ambos obterão maior utilidade! Ou seja, melhora-se a situação dos dois, sem prejudicar ninguém no processo. Você com o cachorro-quente e seu amigo com a trufa é uma situação ineficiente, que se torna eficiente após a **troca**.

É por tudo isso que dizemos que o mercado competitivo leva a uma situação eficiente no sentido de Pareto, ao proporcionar os maiores excedentes, em termos globais, para consumidores e produtores.

Mas é claro que tem um “porém”.

A eficiência de Pareto é preferível à ineficiência, mas isso não significa que ela é perfeita. É possível termos situações eficientes, mas socialmente injustas.

Imagine que há apenas dois indivíduos em uma economia. Um deles detém toda a riqueza e todos os recursos, enquanto o outro não tem nada. A situação é eficiente no sentido de Pareto, pois a única forma de melhorar a situação do indivíduo que não tem nada é piorando a situação do indivíduo que tem tudo.

Perceba que é uma situação eficiente, mas bem ruim para o indivíduo que não tem nada, cujo bem-estar certamente é muito baixo.



Equilíbrio Geral

O **equilíbrio parcial** é um método de análise que examina o equilíbrio em um determinado mercado ou setor, isoladamente do resto da economia.

Em outras palavras, ele se concentra em um único mercado ou setor, mantendo outros elementos externos a esse mercado constantes (ou seja, assumindo que não mudam). Essa abordagem é útil para entender como a oferta e a demanda interagem em um mercado específico sem a complexidade de considerar todas as interações no sistema econômico global.

Ou seja, no equilíbrio parcial compreendemos o que acontece, isoladamente, no mercado X ou no mercado Y, sem considerar a forma como o mercado X interage com o mercado Y.

Contudo, na realidade, os mercados têm efeitos uns sobre os outros, em diversos níveis diferentes. O mercado de combustíveis, por exemplo, tem forte relação com o mercado de fretes, mas menor relação com o mercado de educação.

Por isso, vamos evoluir nossa análise para o **equilíbrio geral**.



A análise de equilíbrio geral determina preços e quantidades que igualam oferta e demanda em todos os mercados.

Já sabemos os fatores que afetam a oferta.

Nesse sentido, digamos que uma **inovação tecnológica** no campo permita aumento da eficiência da produção de trigo. Sabemos que esse fato aumentará a oferta e deslocará a curva de oferta de trigo para a direita. Contudo, não termina aí.

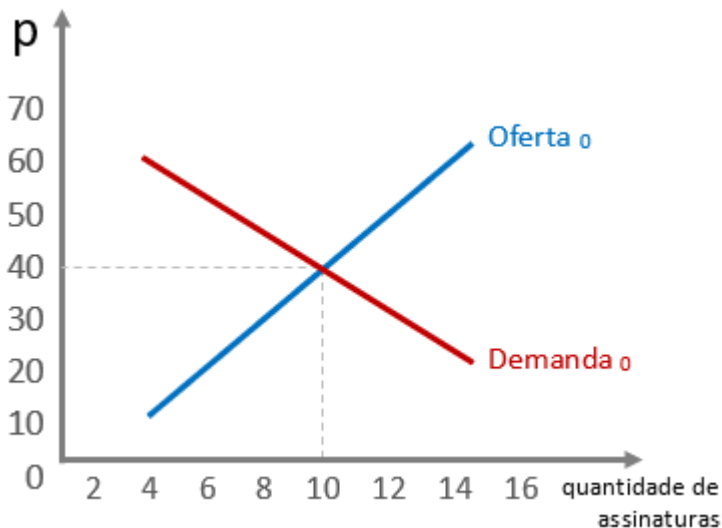
O mercado de trigo provocará o chamado **efeito feedback** em mercados relacionados, ou seja, terá influência sobre a oferta ou sobre a demanda nesses outros mercados.

Contudo, é impossível avaliarmos todos os efeitos de um mercado em todos os outros mercados. Também não é necessário, pois podemos nos concentrar apenas nos mercados mais relevantes, ou seja, aqueles nos quais os efeitos são mais pronunciados.

Vamos ao exemplo gráfico e numérico. Nele, veremos mercados relacionados: **streaming** (como Netflix ou Amazon Prime) e **cinema**.

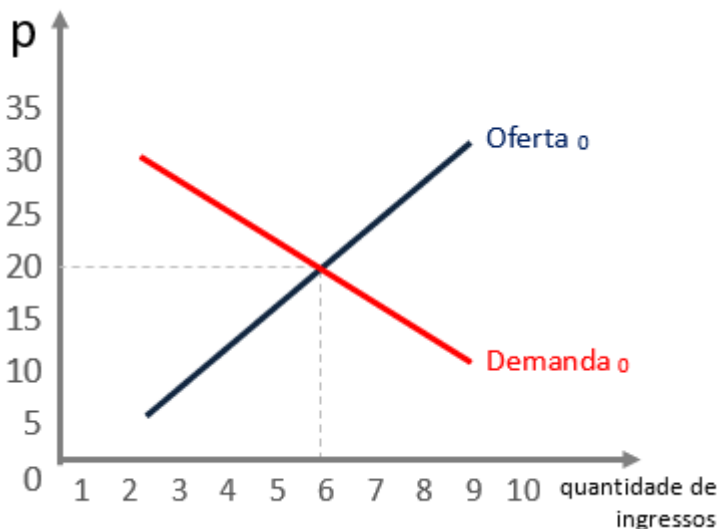
Este é o mercado de streaming em equilíbrio:





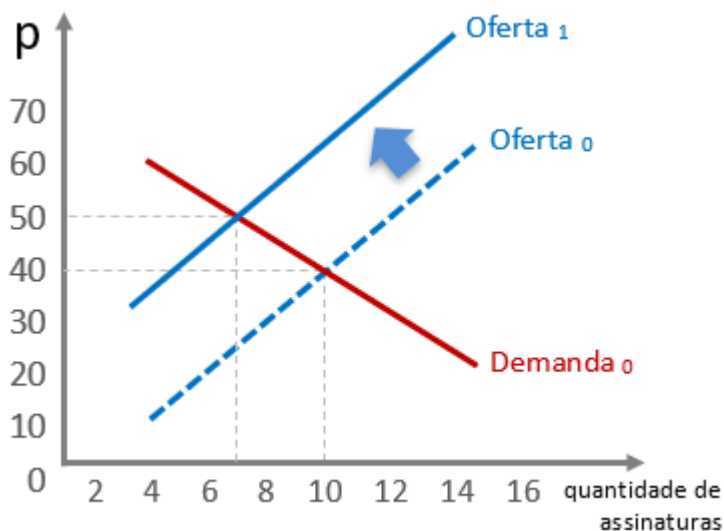
Observe que oferta e demanda se igualam com 10 (mil? milhões? bilhões? a unidade não importa...) de assinaturas ao preço de R\$40. Até aí, tudo bem, né?

E aqui está o mercado de cinema, em equilíbrio com 6 mil (sim, vamos usar "mil") ingressos ao preço de R\$20.

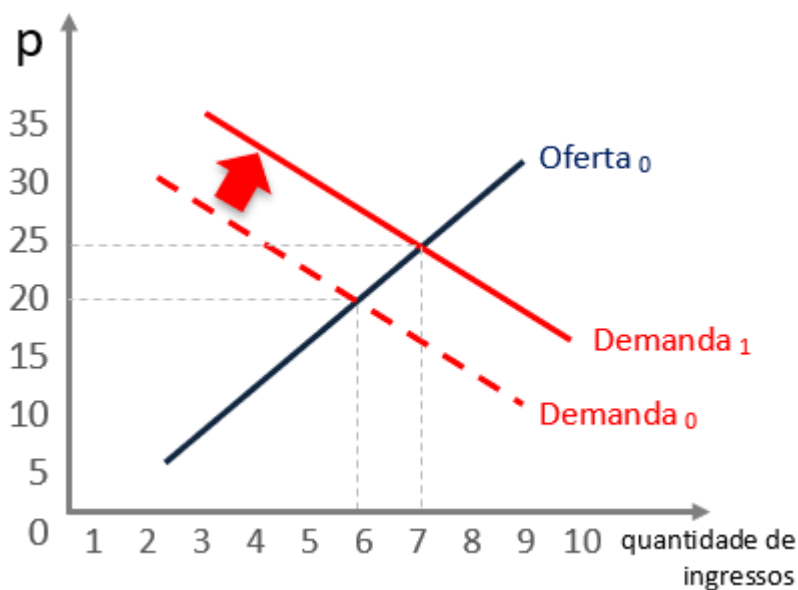


Agora, suponha que o governo passe a tributar mais fortemente os serviços de streaming. Isso terá o efeito de deslocar a curva de oferta de streaming para cima, como vimos no equilíbrio parcial:

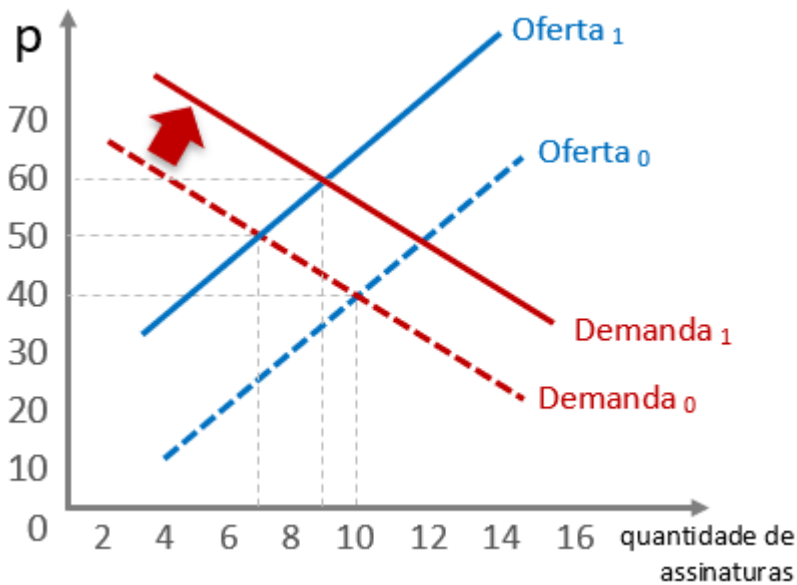




Isso nos levou ao preço de R\$50 e 7 mil assinaturas. O importante aqui é que o preço subiu da assinatura de streaming subiu de R\$40 para R\$50. O streaming é um bem substituto para o cinema. O que você acha que acontecerá com o ingresso do cinema? Sim! A demanda aumentará, via deslocamento da curva:



Agora foi o preço dos ingressos de cinema que aumentou, de R\$20 para R\$25. Se o cinema ficou mais caro, aumenta a demanda de streaming, via deslocamento de sua curva:



E “tome” aumento do preço das assinaturas. Isso vai provocar novo deslocamento da curva de demanda e aumento do preço dos ingressos do cinema, o que levará a aumento do preço das assinaturas...

Talvez você esteja se perguntando até onde vai esse ciclo. Até quando os preços continuaram aumentando?

Não será indefinidamente. Em determinado nível, alcançaremos um novo equilíbrio geral, no qual preços e quantidades nos dois mercados equilibrarão oferta e demanda.

O ponto chave do equilíbrio geral é sua comparação com o equilíbrio parcial.

Note que, em nosso exemplo com bens substitutos, os preços subiram mais do que seríamos levados a acreditar se considerássemos o equilíbrio parcial, em virtude dos efeitos que um mercado tem sobre o outro.

Se tivéssemos analisado bens complementares, concluiríamos que o preço de equilíbrio geral será menor do que no equilíbrio parcial, pois esse aumento será atenuado pelo efeito mútuo.



A análise do equilíbrio parcial subestima a variação de preços de bens substitutos, e superestima a variação de preços de bens complementares.

Uma consideração importante é que a análise que fizemos considerou mercados competitivos, em concorrência perfeita.

E essa conclusão nos leva à chamada **Lei de Walras**¹.

Nomeada em homenagem ao economista Léon Walras, é uma proposição na teoria econômica que afirma que se existe equilíbrio em todos os mercados exceto um, então esse mercado restante também deve estar em equilíbrio.

A ideia básica é que os excessos de demanda (ou oferta) em um mercado devem ser exatamente compensados por excessos de oferta (ou demanda) nos outros mercados. Isso decorre do pressuposto de que os recursos são limitados e, portanto, um excesso de demanda em um mercado implica uma demanda insuficiente em outro.

Sendo assim, o conceito de equilíbrio geral, também desenvolvido por Walras, é uma extensão da Lei de Walras. Já o conhecemos, mas note que ele se refere a um estado nos mercados de uma economia onde todas as demandas e ofertas são balanceadas e, conseqüentemente, todos os preços são estabilizados. No equilíbrio geral, cada mercado em uma economia está em equilíbrio ao mesmo tempo. Isso significa que os preços de todos os bens e serviços são tais que a quantidade que os consumidores desejam comprar é igual à quantidade que os produtores desejam vender.

Uma das principais críticas à teoria do equilíbrio geral é a sua abstração e a dificuldade de aplicá-la a situações reais, dado que **pressupõe condições** ideais como informações perfeitas, concorrência perfeita e agentes racionais.

(CEBRASPE/CÂMARA DOS DEPUTADOS/Consultor Legislativo)

As interações estratégicas entre os agentes econômicos, discutidas pela teoria dos jogos, e o estudo das inter-relações entre os diferentes mercados são tópicos relevantes para a análise econômica. A esse respeito, julgue o item abaixo.

De acordo a lei de Walras, se o valor total dos excessos de demanda para todos os tipos de alimentos for nulo, o valor total dos excessos de demandas para os bens não-alimentares é também nulo.

Comentários:

Note que a questão apenas dá um jeito um pouco diferente de falar “todos os mercados”, ao mencionar o mercado de alimentos e todos os outros (ou seja, os mercados que não são de alimentos).

Assim, temos aqui apenas a definição da lei de Walras e seu equilíbrio geral.

Gabarito: Certo

¹ Às vezes, o termo Lei de Walras é usado com outro sentido, lá na Teoria do Consumidor. Contudo, o uso mais comum é o que vemos nesta aula, e o contexto de equilíbrio geral deixa claro qual precisamos aprofundar agora.



Economia do Bem-estar

Os teoremas do bem-estar são nossa ponte entre eficiência e equilíbrio de mercado.

Trata-se de construções teóricas cuja álgebra não é cobrada em concursos, mas tão somente as conclusões de cada teorema e suas implicações são objeto de prova.


É nisso que iremos nos concentrar agora.

Primeiro Teorema do Bem-estar

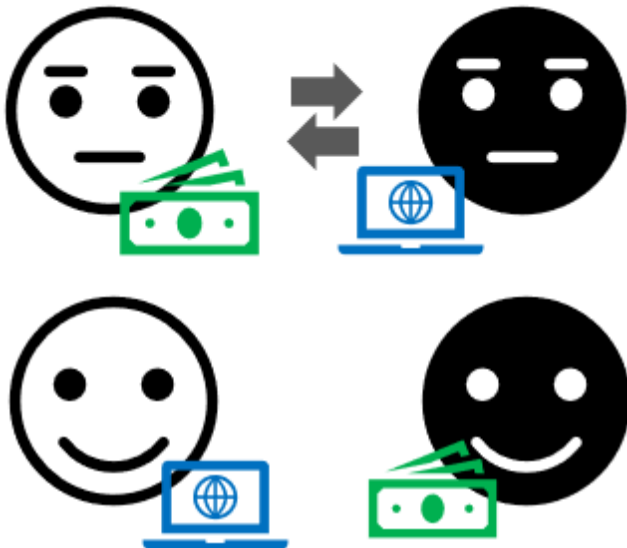
O primeiro teorema do bem-estar assegura **que todo equilíbrio de mercado, ou seja, todo equilíbrio competitivo, será eficiente no sentido de Pareto.**

Isso é decorrência do comportamento dos agentes econômicos, que continuam realizando trocas até o ponto em que não seja possível melhorar a situação de alguém sem, necessariamente, piorar a situação de alguém.

Em outras palavras, os agentes esgotarão os **ganhos de troca**, alcançando uma **alocação de bens eficiente**.



De acordo com o primeiro teorema do bem-estar, os agentes realizarão trocas até alcançar um resultado eficiente, no qual não é possível melhorar a situação de um deles sem piorar a situação de outro.

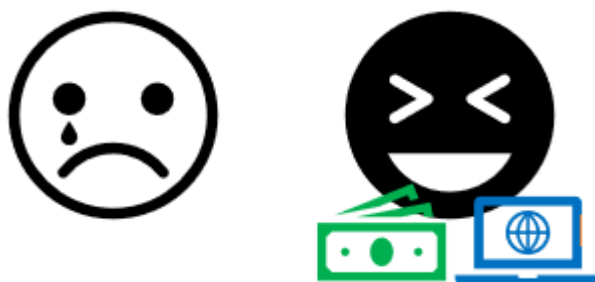


Isso não significa que o equilíbrio será justo, no sentido social ou distributivo; é possível, por exemplo, que todos os recursos estejam com um único agente.

Assim, a única forma de melhorar a situação dos demais é piorando a situação desse agente. Isso é um equilíbrio eficiente, mas bastante injusto.

EQUILÍBRIO EFICIENTE DISTRIBUTIVAMENTE INJUSTO

Se a alocação inicial consistir em um agente detendo todos os recursos, a situação é eficiente, pois a única forma de melhorar a situação dos demais agentes é piorando a situação desse que tudo possui.



Mas o primeiro teorema está pressupondo que um agente só se preocupa com seu próprio consumo. Dessa forma, ele não se incomoda e nem é beneficiado com o consumo dos demais agentes.

A isso damos o nome de externalidades, assunto que aprofundaremos adiante.

Por ora, fique o seguinte: o primeiro teorema considera que não existem externalidades, ou seja, considera que os agentes não se preocupam com os efeitos do consumo dos demais.

Segundo Teorema do Bem-estar

O primeiro teorema de bem-estar afirma que o equilíbrio em mercados competitivos - seja ele parcial ou geral - é eficiente no sentido de Pareto.

Será que o contrário também é válido? Em outras palavras, toda alocação eficiente no sentido de Pareto é um equilíbrio e pode ser sustentada?

A resposta, de acordo com o **segundo teorema do bem-estar**, é: **depende**.

Se os agentes tomarem suas decisões levando em conta a escassez dos bens, refletida no preço deles, a resposta é sim: toda alocação eficiente poderá ser sustentada como equilíbrio competitivo.



FINANÇAS PÚBLICAS (ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO)

A primeira coisa que você deve saber sobre a disciplina de **Finanças Públicas**, é que ela também é chamada de **Economia do Setor Público**.

Mas, infelizmente, não é tão simples assim.

É comum as bancas chamarem de “Finanças Públicas” uma verdadeira sopa de disciplinas que inclui, além da “verdadeira” Economia do Setor Público, matérias como Administração Financeira e Orçamentária, Finanças Privadas e Contabilidade Pública.

Aviso apenas para tomar cuidado com questões “disfarçadas”, mas sobre o material não precisa se preocupar, já levamos isso em consideração.

Aqui, o que você vai aprender é a abordagem econômica de Finanças Públicas, ou seja, Economia do Setor Público. Começando pelo básico.

Conceitos básicos têm esse nome porque formam a base de algo mais robusto, complexo e que, no nosso caso, cai na prova.

Além disso, são bem fáceis de assimilar, tornando-se um ótimo assunto para começar.



Definição de Finanças Públicas

Hora de saber onde estamos pisando:

Finanças públicas é uma área da economia que estuda o pagamento e o custeio das atividades públicas (coletivas ou governamentais), assim como a administração e o desempenho destas atividades.

O cerne da disciplina, ou seja, seu principal aspecto é a abordagem dos **recursos públicos, sua obtenção e sua aplicação**, que deve sempre ter por finalidade o atendimento das **necessidades da sociedade**.



Abrangência

Pode-se dizer que as Finanças Públicas abrangem a atividade financeira do estado. Isso é tão importante que tem até uma sigla: **AFE**.

A AFE contempla a origem dos recursos públicos (receita pública), sua aplicação (**despesa pública**) e, por fim, o resultado desse exercício: a **dívida pública**. A gestão desses elementos tem como ferramentas o **orçamento público** e no **crédito público**.

A Atividade Financeira do Estado contempla:

Receita Pública;
Despesa Pública;
Orçamento Público;
Crédito Público;
Dívida Pública.

Para executar sua atividade financeira, o Estado determina **políticas econômicas**.

Esse é um assunto tão importante que merece um tópico à parte, lembrando apenas que ainda estamos falando da abrangência da disciplina **Finanças Públicas**.

As principais classificações políticas econômicas são quanto aos **instrumentos** e quanto ao **objetivo**. Deixaremos para falar dos objetivos em tópico próprio.

Vamos ver, agora, os principais tipos de políticas econômicas, de acordo com os instrumentos utilizados pelo Estado.

Política Fiscal

O governo tem influência significativa na economia, pois participa ativamente dos mercados. O gasto do governo, por exemplo, é um componente relevante da demanda agregada. Em outras palavras, o governo consome, e muito!

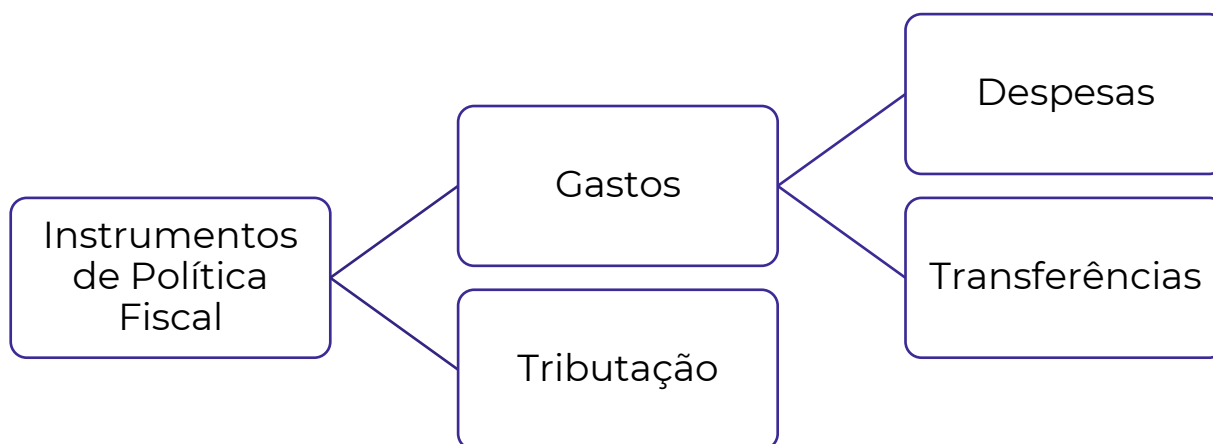
Por isso a forma como o governo gasta pode causar grande impacto no mercado. Os tributos que ele cobra, por outro lado, geram influência indireta, pois aumentam ou diminuem a renda disponível das famílias para consumo.

A política fiscal consiste nas decisões e ações relacionadas aos gastos e arrecadações do governo, que a utiliza para alterar no nível de produto da economia.

No Brasil, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) é responsável por sua administração no âmbito federal, mas os estados e municípios também são agentes da política fiscal.



Os gastos podem ainda ser divididos em **despesas** e **transferências**. A diferença é que estas não têm contrapartida, enquanto aquelas resultam no recebimento, pelo governo, de um bem ou serviço.



Portanto, os instrumentos da política fiscal são: gastos do governo, transferência e tributação. A execução da política fiscal se dá por meio do orçamento do governo, que consiste na combinação desses três instrumentos.





Política fiscal expansionista e contracionista

Quando o governo **umenta seus gastos (G)** ou **reduz a tributação (T)**, dizemos que ele está adotando uma **política fiscal expansionista**. Simetricamente, quando o governo **diminui seus gastos** ou **aumenta a tributação**, estamos diante de uma **política fiscal restritiva** - também chamada *contracionista*.

Contudo, trata-se de uma análise dinâmica. Em outras palavras, para dizermos que o governo está adotando essa ou aquela política, comparamos dois momentos, e a variação dos gastos ou da tributação entre eles.

A tabela a seguir relaciona alguns exemplos de políticas fiscais restritivas e expansionistas:

Políticas Fiscais	
 Expansionistas	 Restritivas
<ul style="list-style-type: none">➤ Aumento no valor do Bolsa Família (↑G: transferências);➤ Aumento dos subsídios dos servidores públicos federais (↑G: despesas);➤ Construção de uma nova sede do Banco Central em Salvador (↑G: despesas);➤ Redução da alíquota do Imposto de Renda (↓T: impostos);➤ Isenção de IPI de eletrodomésticos (↓T: impostos).	<ul style="list-style-type: none">➤ Recriação da CPMF (↑T: impostos);➤ Fechamento de delegacias da Receita Federal (↓G: despesas);➤ Aumento de idade mínima para aposentaria (↓G: transferências);➤ Redução de créditos subsidiados ao agricultor (↓G: transferências);➤ Criação do Imposto sobre Grandes Fortunas (↑T: impostos).

Do ponto de vista econômico, as políticas fiscais expansionistas são adotadas quando o governo deseja aumentar a demanda agregada - daí o nome expansionista. Naturalmente, isso só deveria ocorrer em momentos de demanda reprimida, ou seja, quando a demanda efetiva é inferior à oferta potencial, e a economia opera abaixo de sua capacidade.

A adoção de política fiscal expansionistas em momentos de economia aquecida, quando a demanda já é alta, causa inflação, pois o governo adiciona sua própria demanda à pressão de preços.

O contrário também é válido: a política fiscal restritiva deve ser adotada em momento de superaquecimento da economia, de forma a aliviar a pressão inflacionária. Sua utilização em momentos de baixa atividade econômica tende a agravar a recessão ou comprometer o crescimento da economia.



Política Monetária

Aqui estamos falando da **oferta de moeda** na economia.

A tarefa consiste basicamente em garantir que a quantidade de moeda circulando na economia seja compatível com a demanda de moeda para as transações no lado real, ou seja, para que a compra e venda de bens e serviços ocorra. O excesso de moeda pode provocar inflação, e a escassez pode desestimular a economia.

Ou seja, a política monetária consiste na regulação da quantidade de moeda circulando na economia. No Brasil, ela é formulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN, chamamos de "Cemenê"), e executada pelo Banco Central do Brasil, que detém a competência exclusiva de emissão de moeda.

O principal objetivo pelo qual o Estado faz uso da política monetária deve ser o bem-estar da sociedade. Mas não é isso que vai cair na sua prova. O que pode cair são os objetivos de acordo com duas abordagens: a monetarista e a keynesiana.

De acordo com os keynesianos, a política monetária pode influenciar o nível de atividade e a renda da economia, ainda que apenas no curto prazo. Dessa forma, a política monetária expansionista pode ser utilizada para aumentar a demanda agregada em momento de pouca atividade, enquanto a política monetária restritiva pode diminuir o consumo, reduzindo pressões inflacionárias.

Os monetaristas, por outro lado, defendem que o papel da política monetária deve ser limitado ao objetivo de garantir que a quantidade de meios de pagamento seja suficientemente para atender ao volume de transações do mercado real. O Banco Central do Brasil adota, em sua missão, a ótica monetarista, ao perseguir a "estabilidade do poder de compra da moeda".

Instrumentos da Política Monetária

Os principais instrumentos da política monetária são três: as **taxas de redesconto**, a **taxa de depósitos compulsórios** e as **operações no mercado aberto**. Existem outros, como você verá adiante, mas esses são os instrumentos clássicos, cuja presença nas provas é mais frequente, e sob os quais o Banco Central detém controle direto.

Redesconto

O Banco Central é o banco dos bancos. O redesconto é uma linha de crédito a qual os bancos podem recorrer caso precisem de dinheiro. A taxa de redesconto é os juros que os bancos devem pagar ao Bacen caso tomem emprestado algum valor.

Quanto menores forem as taxas de redesconto, mais dispostos os bancos ficam a emprestar ao público e, portanto, mais eles emprestam, expandindo os meios de pagamento.



Eles também recebem o nome de **empréstimos de liquidez**.

Na prática, os redescontos não são muito utilizados como instrumento de política monetária por dois motivos: (1) o Banco Central não tem garantias de que os bancos reagirão às mudanças nas taxas de redesconto conforme ele espera, expandindo ou contraindo a oferta monetária e; (2) ainda que a reação ocorra, ela pode demorar, tornando esse instrumento pouco eficiente em comparação aos demais.

Mas ele cai na prova, e se a questão falar que reduzir a taxa de redesconto é uma política monetária expansionista, pode marcar como certo. Se a questão comparar esse instrumento com os demais, dizendo que ele é mais eficiente, pode marcar como errado.

Compulsórios

Sempre que você, cliente do banco X, realiza um depósito em sua conta, o banco X precisa depositar uma parte desse dinheiro no Banco Central. O resto ele pode emprestar aos outros clientes.

Quanto maior for a alíquota (%) do compulsório, menor será a oferta monetária, pois os bancos terão menos dinheiro disponível para emprestar.

Como instrumento de política monetária, sua eficiência é maior quando o objetivo é restringir a oferta monetária, já que a expansão da oferta monetária, ainda que o Bacen reduza o compulsório, dependerá do apetite dos bancos em emprestar.

Note ainda que há duas formas de utilizar os depósitos compulsórios como instrumento de política monetária: o aumento da exigência, e o aumento da remuneração, ou seja, o aumento dos juros que remuneram esses depósitos, levando os bancos a recolherem maiores valores de forma espontânea. Claro que esta última hipótese trata de depósitos voluntários, mas achei melhor explicar aqui pela estrita relação com os compulsórios.



Mercado Aberto (*Open Market*)

Atualmente, a dívida pública federal interna acumula um saldo de aproximadamente **R\$3,7 trilhões**. Os credores dessa dívida são os detentores de títulos públicos: bancos, fundos, empresas, pessoas físicas etc.

Quando o Banco Central quer colocar mais dinheiro na economia, ele compra esses títulos. Por outro lado, quando deseja enxugar a liquidez, o Banco Central vende os títulos públicos dos quais é detentor.

O Banco Central, o Conselho Monetário Nacional, e o governo dispõem de outras formas para regular a quantidade de moeda na economia. O termo “instrumentos” está entre aspas, pois a principal finalidade destas ações não é a execução da política monetária, embora tenham reflexos nesse sentido.



- **Reservas internacionais:** moeda estrangeira (dólares, euros, libras etc.) não são meios de pagamento. O Banco Central é o responsável pela administração das reservas internacionais, e toda vez que ele compra moeda estrangeira dos exportadores, como ele entrega reais em troca, a oferta monetária aumenta. O contrário também se observa.
- **Política e regulação do crédito:** o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central normatizam e regulam as atividades das instituições financeiras, respectivamente. A regulamentação do crédito consignado e a criação do SCR são ações que aumentam os incentivos aos bancos para emprestar e, assim, aumentam a oferta monetária.
- **Emissão de moeda:** a própria emissão de moeda aumenta a oferta de moeda. Não há muito que comentar aqui.
- **Juros:** os juros são o preço do dinheiro. Portanto, quanto maior forem os juros da economia, menor é a demanda por moeda, já que ela fica mais cara. Além disso, com os juros altos as empresas tendem a investirem menos, o que reduz a demanda agregada. Portanto, os juros incidem principalmente sobre a demanda agregada, e não sobre a oferta de moeda. Tenha em mente que juros e demanda agregada estão negativamente relacionados.



Política monetária expansionista X Política monetária contracionista

Quando o Banco Central **umenta a oferta monetária**, dizemos que ele está adotando uma **política monetária expansionista**. O contrário ocorre quando o Bacen **diminui a oferta monetária**: a **política monetária é restritiva**.

A essa altura seu raciocínio já está bastante avançado, de forma que vamos apenas dar alguns exemplos para consolidarmos a compreensão desse assunto:

Políticas Monetárias	
 Expansionistas	 Restritivas
<ul style="list-style-type: none">➔ Compra, pelo Banco Central, de títulos públicos no mercado aberto;➔ Redução da taxa de redesconto;➔ Aumento dos redescontos (notou a diferença em relação ao item acima?);➔ Emissão de moeda;➔ Diminuição das alíquotas de reservas/depósitos compulsórios;➔ Compra, pelo Banco Central, de moeda estrangeira de exportadores brasileiros.➔ Aumento da segurança dos bancos por meio de normatização de garantias.	<ul style="list-style-type: none">➔ Venda, pelo Banco Central, de títulos públicos no mercado aberto;➔ Aumento da taxa de redesconto;➔ Redução dos redescontos;➔ Aumento das alíquotas de reservas/depósitos compulsórios;➔ Venda, pelo Banco Central, de moeda estrangeira aos importadores brasileiros.➔ Aumento das exigências a serem cumpridas pelos bancos, como direcionamento do crédito.

Como vimos, a adoção de políticas monetárias expansionistas pode ter por objetivo o aumento da demanda agregada, enquanto as políticas monetárias restritivas podem focar em reduzir o consumo.

Política Cambial

Em uma economia aberta, que realiza transações com o resto do mundo, há oferta e demanda por moeda estrangeira. Em determinados momentos, o governo pode deixar a taxa de câmbio ser definida livremente pelo mercado, sob o regime denominado flutuante.



Contudo, por vezes, o governo busca determinada taxa de câmbio para atingir determinados objetivos. Nesse caso, temos o câmbio fixo.

A **taxa de câmbio nominal** (e) é o preço de uma moeda estrangeira medido em moeda nacional. No Brasil, é mais comum medirmos o preço do dólar americano em reais. Dessa forma, quando o Banco Central divulga que a taxa de câmbio é de 3, significa precisamos de 3 reais para comprar 1 dólar. Em outras palavras, a taxa de câmbio nominal mostra o **preço relativo** entre duas moedas.

Se a taxa aumentar para 4, dizemos que a **taxa de câmbio se elevou**, e isso é o mesmo que dizer que houve **desvalorização da moeda nacional**, pois agora precisamos de mais reais para comprar o mesmo dólar.

No Brasil, usamos a chamado **cotação direta**, também chamada **convenção do incerto**: medimos quanto de nossa moeda é necessário para adquirir uma unidade da moeda estrangeira. Dizemos que U\$1 custa R\$3.

Se adotássemos o **método indireto**, ou **convenção do certo**, diríamos que R\$1 compra U\$0,33. Dá no mesmo, mas é um pouco inconveniente lidar com valores fracionários. Por isso, países com moeda forte (EUA, Inglaterra e países da zona do euro) adotam a convenção do certo, enquanto os demais adoram a convenção do incerto.



CONVENÇÃO DO CERTO

Indica quanto vale a moeda doméstica em termos de moeda estrangeira.

$$\mathbf{R\$1,00 = U\$0,33}$$

$$\mathbf{R\$1,00 = €0,29}$$

$$\mathbf{R\$1,00 = £0,25}$$

Adotado em países de moeda forte: EUA (dólar), Inglaterra (libras) e Zona do Euro (euro).

CONVENÇÃO DO INCERTO

Indica o preço de uma moeda estrangeira em unidades da moeda nacional

$$\mathbf{U\$1,00 = R\$3,00}$$

$$\mathbf{€1,00 = R\$3,50}$$

$$\mathbf{£1,00 = R\$4,00}$$

Adotado nos demais países, inclusive no Brasil.

Como utilizamos a convenção do incerto para medir o preço do real em relação a todas as outras moedas, quando a taxa de câmbio se eleva, a moeda nacional sofre desvalorização em relação à moeda estrangeira em questão. Isso é **muito importante** , e você não pode confundir!





VALORIZAÇÃO, APRECIAÇÃO E AUMENTO X **DESVALORIZAÇÃO, DEPRECIAÇÃO E QUEDA**

É muito importante que os termos acima tenham seu uso bastante claro para você, para não errar questões por “bobeira”.

Então acompanhe o exemplo. Imagine que ontem a taxa de câmbio era R\$3 (três reais por dólar). Se hoje a taxa está em R\$4/U\$, diz-se que **a taxa aumentou e a moeda doméstica desvalorizou**.

Até aí tranquilo. Mas também se diz, nesse mesmo caso, que **a taxa desvalorizou** ou o **câmbio desvalorizou**.

Pode parecer pouco intuitivo, mas pense sempre do ponto de vista de quem tem a moeda doméstica: para nós, que temos reais, a taxa de câmbio R\$4/U\$ vale menos do que a taxa de câmbio de R\$3/U\$, então dizemos que a taxa desvalorizou.

Também sempre podemos substituir **desvalorizou** por **depreciou**.

Na tentativa de usar sua memória visual para reforçar esses conceitos, peço que leia o quadro a seguir. Quantas vezes puder.

Sei bem como isso pode ficar confuso algumas vezes.



ESQUEMATIZANDO

Aumento da taxa de câmbio

=

Desvalorização da taxa de câmbio

=

Depreciação da taxa de câmbio

=

Desvalorização da moeda doméstica

Queda da taxa de câmbio

=

Valorização da taxa de câmbio

=

Apreciação da taxa de câmbio

=

Valorização da moeda doméstica

IMPORTANTE: apreciação e valorização da taxa de câmbio significam a mesma coisa em termos práticos, ou seja, significam valorização da moeda doméstica em relação à moeda estrangeira. Mas em termos conceituais, **apreciação** ocorre como resultado das forças de oferta e demanda de mercado, enquanto **valorização** ocorre como resultado da atuação do governo e do Banco Central. O mesmo vale para **depreciação** e **desvalorização**. Essa diferença ficará mais clara quando vermos **regimes cambiais**.

Política Comercial

É o conjunto de diretrizes e normas que o país adota em suas relações comerciais com outros países. Por exemplo, o governo pode proteger sua indústria aplicando ou elevando tarifas para importação de produtos.

Tipos e instrumentos da política comercial

Tais medidas restritivas de política comercial são de dois tipos:

- ▶ **Barreiras tarifárias:** implicam no aumento da tributação incidente sobre as transações internacionais, ou seja, sobre o comércio exterior. Um exemplo é o imposto de



importação, que se manifesta como desestímulo ao aumentar os custos dos bens estrangeiros.

- ▶ **Barreiras não tarifárias:** além de serem definidas residualmente, ou seja, de serem aquelas que não se enquadram como tarifárias, podemos resumir como barreiras não financeiras, legais ou administrativas. Temos como exemplo barreiras sanitárias ambientais e técnicas.



Objetivos (Falhas de Mercado)

A Constituição Federal define alguns objetivos da chamada ordem econômica, que devem ser perseguidos pelo Estado, em seu Artigo 170 (não anote ainda):

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I - soberania nacional;

II - propriedade privada;

III - função social da propriedade;

IV - livre concorrência;

V - defesa do consumidor;

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII - busca do pleno emprego;

IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

Do ponto de vista da disciplina Finanças Públicas, podemos resumir e definir que seus objetivos são:

- ▶ Fornecer bens públicos;
- ▶ Reduzir externalidades negativas;
- ▶ Reduzir assimetrias de informações;

Iremos definir e detalhar cada um desses termos, mas todos eles são decorrentes de falhas de mercado. Portanto, podemos resumir que:

O objetivo da Economia do Setor Público é compreender e corrigir **falhas de mercado**.

Falhas de Mercado são a causa de ineficiência dos mercados. Em outras palavras: na presença de falhas, o mercado não consegue, sem ajuda, atingir uma situação ótima, na qual a sociedade obtém o maior nível de bem-estar possível.

As falhas podem assumir diversos tipos, dos quais são destaques nas provas: bens públicos, externalidades (positivas e negativas) e informações assimétricas (com destaque para o risco moral e a seleção adversa).

Voltaremos logo a elas.



Metas

Metas nada mais são do que objetivos quantificados.

Por exemplo, seu **objetivo** pode ser “passar na prova”, mas sua **meta** pode ser tirar pelo menos 90% dos pontos possíveis.

No que tange às metas das Finanças Públicas, elas podem ser diversos objetivos quantificados relativos às políticas econômicas.

Um exemplo de meta da política fiscal é o superávit primário, enquanto a política monetária tem a meta de inflação.

Ao estabelecer metas, o governo deixa claro como os objetivos da política econômica serão perseguidos, além de proporcionar uma forma de mensurar o sucesso obtido.

Dessa forma, a sociedade passa a contar com maior previsibilidade sobre os rumos da economia, o que traz estabilidade para o sistema como um todo.



FALHAS DE MERCADO

Falhas de Mercado são causa de ineficiência dos mercados.

Em outras palavras: na presença de falhas, o mercado não consegue - sem ajuda - atingir uma situação ótima, na qual a sociedade obtém o maior nível de bem-estar possível.

As falhas podem assumir diversos tipos, dos quais são destaques nas provas:

- ▶ **bens públicos**
- ▶ **externalidades** (positivas e negativas)
- ▶ **informações assimétricas** (com destaque para o risco moral e a seleção adversa).

Naturalmente, avaliaremos com a profundidade adequada cada uma delas.



Bens Públicos

Algumas vezes, para entender um conceito, o melhor caminho é compreendendo seu oposto. Imagine como seria difícil explicar o conceito de “molhado” para alguém que não soubesse o significado de “seco”.

No nosso caso, para entender o que é **bem público**, vamos entender o que é considerado **bem privado**. Para começar, deixa eu relembrar você de algo:

Bem é tudo aquilo que possui **utilidade** para o consumidor, ou seja, algo que é capaz de satisfazer seus desejos e/ou necessidades.

Então, você há de concordar comigo que tanto uma **pizza** quanto **segurança nacional** são bens, pois ambos têm utilidade. Mas vamos nos concentrar em suas diferenças.

E essas diferenças consistem em duas características a serem desenvolvidas ao longo dos próximos parágrafos: a rivalidade e a exclusividade.

Rivalidade e exclusividade

Para começar, se eu comer um pedaço da pizza, você não poderá comer esse mesmo pedaço. Sinto muito. Isso porque meu consumo **rivaliza** com o seu. É como uma final entre dois times **rivais**: apenas um pode ser campeão. Já com a defesa nacional, o negócio muda de figura. O fato de o Brasil mirar suas baterias antimísseis protege tanto eu quanto você. O fato de eu desfrutar dessa segurança não diminui em nada a sua segurança. O consumo do bem “defesa nacional” **não** é rival!

Outra coisa sobre a pizza é que é muito fácil **excluir** alguém do consumo dela. Na prática, toda pizzaria faz isso: só consome quem pagar; quem não paga não consome. A pizza é um bem **“excluível”**, ou **exclusivo**. Novamente é diferente da segurança nacional, né? A bateria antimísil vai disparar para proteger a casa do vizinho sonegador de impostos tanto quanto vai disparar para proteger a sua.

Aqui as razões que importam são técnicas: não dá para programar a segurança nacional para proteger apenas um ou outro cidadão. Por isso, a segurança nacional é não excluível, ou não exclusiva, ou, ainda não excludente.

Nossa conclusão, até aqui, é a seguinte:

Bens Privados têm as seguintes características de consumo: **exclusividade** e **rivalidade**.

Isso equivale a dizer que **o bem privado é exclusivo e rival**. Dá na mesma.

E então?



O ponto é que essas características dos bens privados (exclusividade e rivalidade) tornam possível saber a quantidade e o preço pago pelo bem, por cada consumidor. Podemos **individualizar** o consumo dos bens privados.

Para outro exemplo de bem privado, pense no seu celular. Ele é rival e exclusivo. **Rival**, pois o fato de você ter adquirido ele impede que outra pessoa adquira o mesmo aparelho. **Exclusivo** porque o vendedor pôde **excluir** todos aqueles que não estavam dispostos a pagar o preço pelo aparelho.

Dessa forma, quem percebe maior utilidade no consumo do bem vai comprar quantidades maiores e/ou pagará preços maiores.

Daí o mercado funciona, e tudo aquilo que aprendemos sobre equilíbrio, excedentes, eficiência de Pareto e utilidade acontece.

Os bens públicos são aqueles bens **não rivais** e **não exclusivos**. Isso significa que os bens públicos são **não rivais** e **não exclusivos**. **Não rivais** e **não exclusivos**. Só não vou repetir mais ainda porque quero te pedir para reler esse parágrafo...

Pronto?

Então você já deve imaginar que sem rivalidade e sem exclusividade, como é o caso dos bens públicos, isso fica bem mais complicado.

Então vamos entender os motivos que tornam essas características tão importantes.

Os bens públicos não são assim: a bela queima de fogos pelas cidades brasileiras na virada de ano, por exemplo, é **não rival**, posto que o fato de você desfrutar os prazeres visuais não impede que eu também o faça; e não exclusivo, pois não é possível, para o organizador, excluir as pessoas que desejem assistir ao show.

A não rivalidade também acarreta o problema chamado de caronas, ou free riders, que são os indivíduos que desfrutam dos bens sem contribuir para isso.

Por exemplo: morei em um bairro residencial onde um guarda fazia rondas noturnas, cobrando R\$30 por casa a cada mês. Contudo, como ninguém é obrigado a aderir, e como todos se beneficiam do serviço, pagando ou não, muitos vizinhos simplesmente não pagavam.

Na verdade, é impossível de dizer se eles não pagavam porque simplesmente não ligam para isso, ou apenas sabiam que teriam o bem de qualquer forma e não estavam dispostos a pagar.

Problema do Carona (*Free Rider*)



“O carona” é o indivíduo que desfruta de um bem, recebendo seus benefícios, sem pagar nada por isso.

O problema surge da **não exclusividade** no caso de bens públicos, ou de externalidades positivas.



Como exemplo, podemos citar um show de fogos de artifício, a iluminação pública, asfaltamento, ou qualquer bem público que você possa imaginar.

Por isso a Polícia, a Justiça e a segurança pública são financiadas por impostos. Afinal, como saber exatamente quanto cada cidadão “consumiu” do bem segurança nacional no último ano, por exemplo?

Não tem como mensurar...

Também por isso a iniciativa privada não costuma se interessar em oferecer os bens públicos, cabendo ao governo esse papel.

São exemplos de bens públicos: a limpeza das ruas, dos rios e do ar; a segurança nacional (forças armadas, Polícia Federal e inteligência); os museus; os parques; a solidez e eficiência do sistema financeiro; o poder de compra da moeda.

O que esses bens públicos têm em comum é não obedecerem à lógica de rivalidade e exclusividade. Pelo contrário, eles têm por características a não exclusividade e a não rivalidade.

CARACTERÍSTICAS DOS BENS PÚBLICOS

Não exclusividade: é impossível, tecnicamente, impedir as pessoas de consumir o bem público. Consequência: carona.

Não rivalidade: o consumo por um indivíduo não impede o consumo por outro. Consequência: custo marginal nulo.

Oferta de bens públicos

Por serem não exclusivos, todos desfrutam dos bens públicos, pagando por eles ou não. Isso é muito diferente dos bens privados que, pode serem exclusivos, só serão consumidos por aqueles que pagarem, e digo mais: apenas por aqueles que pagarem o preço.

Já a não rivalidade significa que o bem não se divide, de forma que o consumo por uma pessoa não impede o consumo por outra pessoa, e isso traz uma consequência interessante: **o custo marginal é nulo.**

Deixa-me explicar melhor.

Hoje o governo investe alguns bilhões em segurança nacional. Esse é o custo de manter, entre outras coisas, soldados protegendo nossas fronteiras.

Quando nasce um brasileiro a mais, esse custo não aumenta, mesmo que ele seja um novo consumidor dessa segurança pública. Isso porque o consumo do brasileiro de segurança nacional não rivaliza com o meu ou com o seu consumo desse bem.



CUSTO MARGINAL DA OFERTA DE BENS PÚBLICOS

O **custo marginal** é o **custo de produzir e ofertar uma unidade adicional de um bem**. Para ofertar uma unidade adicional de pão, o custo marginal é o custo da farinha, do fermento, da água, do trabalho. Mas pão não é um bem público.

Nesse sentido, qual é o custo marginal de um parque público? Qual é o custo marginal da segurança pública? Para os bens públicos, quando nasce uma pessoa, não há aumento relevante no custo de segurança. Quando você decide caminhar no parque, o aumento nos custos em manter esse parque é ínfimo.

Para todos os efeitos, **o custo marginal de bens públicos pode ser considerado nulo.**

Percebe como é diferente dos bens privados? Se alguém quiser consumir um smartphone a mais, haverá um custo não nulo, ou seja, um custo marginal positivo. Como existe um custo marginal



positivo, existe um ponto em que a empresa vai parar de aumentar a produção, aquele chamado **equilíbrio do produtor**.

Sem isso, ou seja, com custo marginal nulo e os caronas, como encontrar o equilíbrio?

De fato, por causa dessas características, os bens públicos impedem que os mercados alcancem a eficiência econômica, porque o sistema de preços não funciona adequadamente quando os consumidores não revelam suas preferências.

Assim não é possível relacionar o preço à oferta e à demanda. Daí não tem como definir o equilíbrio de mercado com base nos preços.

No nível individual (o ponto de vista de uma empresa) o negócio é complicado também. Que empresa vai se interessar por ofertar um bem pelo qual ela não será capaz de cobrar adequadamente?

É por isso que a existência de bens públicos é considerada uma **falha de mercado**.

A solução é que os bens públicos sejam **ofertados pelo governo** e **financiados** por meio de **tributos** cobrados da sociedade. Dessa forma, o Estado age corrigindo essa falha.

Note que as empresas privadas podem ofertar bens públicos, mas normalmente não têm interesse em fazer isso, por causa da não exclusividade.

Bens semipúblicos (comuns e meritórios)

Até aqui, falamos dos chamados **bens públicos puros**, que têm por características a não exclusividade e a não rivalidade. Os bens privados são aqueles que são exclusivos e rivais (como seu celular).

No meio do caminho entre esses dois, temos os bens **semipúblicos**, também chamados **meritórios**. Esses bens são **não rivais**, como os bens públicos, mas são **sim exclusivos**, como os bens privados.

Quer dizer que o consumo dos bens meritórios por uma pessoa não impede que outra também o consuma, mas é possível excluir indivíduos.

O melhor exemplo, que inclusive dá nome ao tipo de bens, são as universidades, que favorecem o mérito ao permitir o ingresso somente de quem passar no vestibular. Portanto, os bens semipúblicos são **privatizáveis**, embora sejam também assumidos pelo estado por gerarem externalidades positivas, ou seja, grandes benefícios para a sociedade em geral.

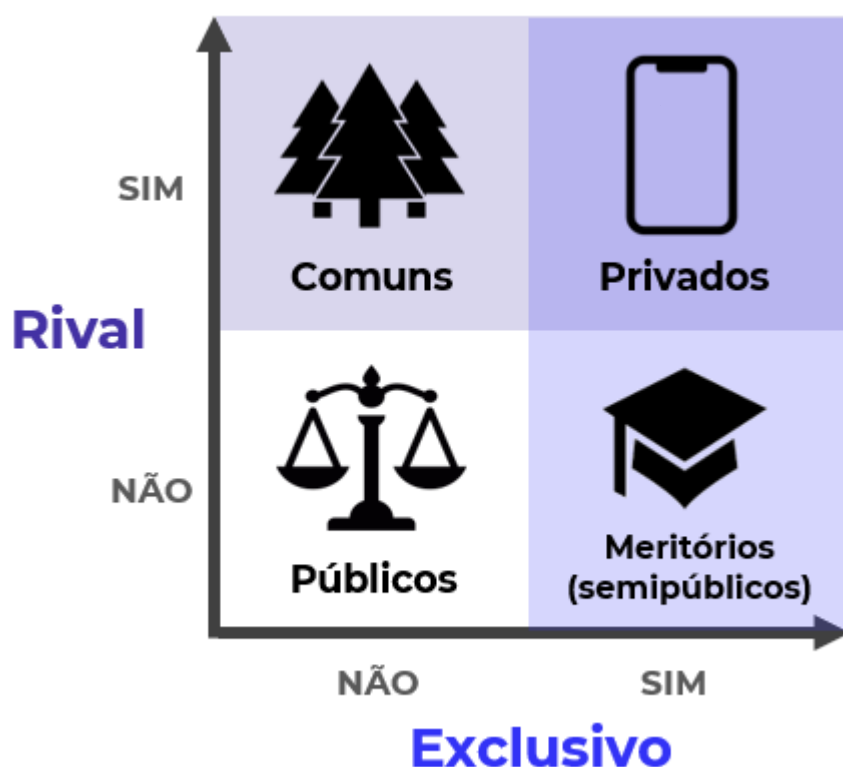
Perceba que os bens meritórios também costumam ser interessantes para o setor privado ofertar, como é o caso do próprio ensino, e da saúde. Há diversos hospitais e escolas particulares, não é mesmo?



Então, se o mercado se interessa por esses bens, por que o governo também os oferta?

Acontece que os bens semipúblicos têm importância do ponto de vista social. Além de ser bastante ruim excluir as pessoas de desfrutar de saúde e de educação, os benefícios gerados por esses bens vão além do indivíduo que os consome. Quando seu colega de trabalho cuida da saúde dele, você também é beneficiado, e quando temos uma sociedade educada e instruída, todos ganham. O nome disso é **externalidade positiva**, da qual ainda falaremos mais.

E para terminar, existem os **bens rivais e não exclusivos**: são os chamados **bens comuns**, dos quais os peixes no mar são o melhor exemplo, posto que a pesca por uma pessoa impede a pesca por outra, contudo não é possível impedir (em regra) que um indivíduo pesque.



Por fim, observe que a não rivalidade não é absoluta. Por isso coloquei as árvores no exemplo. Um parque público é não rival até certo ponto. Se ele estiver muito lotado, estaremos numa situação na qual o consumo por mais uma pessoa prejudicará o consumo das demais.

O mesmo raciocínio vale para o trânsito: enquanto uma rodovia está fluindo, há não rivalidade. Contudo, a partir do momento em que começa a haver congestionamento, cada motorista adicional diminuirá o bem-estar dos demais motoristas.

Teorias dos bens públicos

Nesta parte da aula, veremos algumas **teorias sobre o provimento de bens públicos**. Essas teorias buscam compreender como as particularidades desses bens, em contraste com os bens privados, impactam nas decisões dos consumidores e na otimização da oferta.

Antes de começarmos, cabem dois avisos:

1. Essa parte da matéria é a menos cobrada, mesmo quando aparece expressamente no edital é muito raro. Por isso, vamos nos limitar às principais conclusões de cada modelo, a despeito de alguns deles poderem ser bem mais complexos.
2. Os autores dos modelos costumam usar nomenclaturas diferentes para fazer referência àquilo que aprendemos como “bens públicos”. Por isso, as bancas também podem mudar o nome, mas não se preocupe; vou alertar sempre que for o caso, e nem tem muito segredo.

Sendo assim, vamos lá!

Modelo de Musgrave

Musgrave usou, no desenvolvimento de seu modelo, o nome “bem social”, definido como um bem cujo consumo por um indivíduo não impede o consumo por outro indivíduo, e para o qual não é possível excluir o indivíduo que não paga pelo bem.

Isso mesmo. Exatamente como o bem público “puro” que já conhecemos.

$$\begin{aligned} & \text{bem social} \\ & = \\ & \text{bem público} \\ & = \\ & \text{não rivalidade} + \text{não exclusividade} \end{aligned}$$



A partir daí, o modelo busca estabelecer qual é o equilíbrio eficiente (ótimo) entre a oferta de bens sociais e de bens privados, dado as diferentes características desses dois tipos de bens.

Ele parte da (irrealista) premissa de que os consumidores revelariam suas preferências por bens sociais por meio dos preços que estariam dispostos a pagar por eles, algo que sabemos ser muito improvável, especialmente por causa do problema do carona. Por que você iria revelar que está disposto a pagar R\$1000 por mês para ter vigilância no bairro se o vizinho da casa ao lado pagar apenas R\$10?

Mas essa premissa leva o modelo a apontar que, enquanto **os consumidores de bens privados são tomadores de preço, os consumidores de bens sociais são tomadores de quantidade.**

Em outras palavras, os consumidores de bens sociais não são capazes de determinar a quantidade ofertada do bem, mas tão somente o preço, que é determinado em função do valor que cada um deles atribui ao bem social em questão.

Modelo de Lindhal

Lindahl também classificou os bens em dois tipos de acordo com suas características.

O que nos interessa, nesse caso, são aqueles bens que Lindahl apontou como não rivais, para os quais a determinação de uma curva de demanda seria inviável pelo método de agregar as curvas de demanda individuais.

A solução de Lindahl para esse problema toma como base a **trocás e cooperação** entre os indivíduos e o princípio tributário do **benefício**, segundo o qual o indivíduo deve contribuir para o custeio de determinado bem ou serviço de forma proporcional ao benefício que dele espera obter.

Dessa forma, deve-se considerar que **o indivíduo que espera maior benefício deve contribuir com o custo da oferta de forma mais expressiva** do que aquele indivíduo que espera menor benefício.

Dessa forma, segundo o modelo, seria possível o financiamento integral do custo do bem público e assegurado o equilíbrio individual, com cada consumidor obtendo uma quantidade de bens públicos e bens privados que não o fizesse desejar alterar essas quantidades.

Modelo de Samuelson

Samuelson fala em **bens coletivos** como aqueles com não rivalidade, ou seja, cujo consumo por indivíduo não diminui a disponibilidade do bem e, portanto, não reduz o consumo por outros indivíduos.



A mais importante conclusão do (complexo) modelo é a chamada **regra de Samuelson** para provisão de bens públicos.

Segundo essa regra:

- o **custo marginal** da provisão do bem social é igual ao **benefício marginal** usufruído pela sociedade;
- a **taxa marginal de substituição** (TMS) do bem social pelo bem privado iguala a **taxa marginal de transformação** (TMT) inclinação da curva de possibilidade de produção entre os dois bens.
 - Isso significa que a taxa pela qual os indivíduos estão dispostos a trocar bens sociais por bens privados é igual à taxa pela qual a produção de um bem pode ser trocada pela produção do outro.

Sendo assim, os indivíduos são, no equilíbrio, indiferentes entre consumir bens sociais ou privados, ou seja, não desejam reduzir o consumo de um para aumentar o consumo de outro.

Modelo de Tiebout

Esse é o modelo mais frequente, então vamos nos dedicar mais a ele.

A essa altura, você já sabe muito bem que um problema importante no fornecimento governamental de bens públicos diz respeito à revelação de preferências dos cidadãos. Conforme vimos em aula anterior, um problema adjacente à questão dos bens públicos é a existência do carona, aquela pessoa que utiliza o bem público, mas que “finge” não necessitar do mesmo, a fim de não pagar por sua utilização.

Em razão disso, é difícil para os governos produzirem o nível ótimo de bens públicos, uma vez que as pessoas não revelam de modo transparente qual é o seu nível exato de preferência por esses bens.

Charles **Tiebout** argumenta que a descentralização poderia fazer com que os cidadãos revelassem suas preferências por bens públicos. A ideia central é a de que cada “pequeno” governo dentro da federação ofertasse uma cesta de bens públicos e impostos diferentes. Os cidadãos escolheriam aquela unidade da federação que mais lhes agradasse.

Se o indivíduo não gosta do nível de oferta de bens públicos de sua localidade, ele pode simplesmente “votar com os pés”: ele pode se mudar para uma localidade próxima que possua os bens públicos de que ele gosta.

Por exemplo, se existe uma cidade que prioriza a construção de praças e centros de lazer; e, por outro lado, há outra cidade que prioriza a construção de escolas e hospitais; os cidadãos poderiam escolher onde viver baseado nas suas preferências pessoais.

Assim, ao optar por viver em uma comunidade, a família estaria **revelando a sua preferência** pela cesta de bens públicos e tributos que aquela comunidade oferece e cobra,



respectivamente. Desta forma, portanto, a concorrência entre governos locais acabaria revelando a preferência por bens públicos dos cidadãos.

Em termos de eficiência econômica, a principal implicação é que **os governos locais concorreriam** para atrair famílias para viver em suas comunidades e, assim, arrecadar mais recursos via impostos.

Ou seja, haveria uma concorrência entre governos locais e, conforme sabemos, mercados competitivos são naturalmente eficientes do ponto de vista econômico. Na descentralização fiscal, segundo Tiebout, os governos locais seriam as “firmas” (governos) disputando “clientes” (contribuintes).

Desta forma, a descentralização estimularia a concorrência entre os governos locais (estados e municípios), estimulando os ganhos de eficiência e as inovações tecnológicas e administrativas. Já em um sistema de governo central que monopolizasse a oferta de serviços públicos, não haveria tal estímulo à inovação e à concorrência, existindo, portanto, perda de eficiência econômica.

Veja que duas das principais ideias inerentes ao trabalho de Tiebout estão:

- na **mobilidade** das pessoas como mecanismo para revelar suas preferências por bens públicos e tributos; e
- na **competição** “horizontal”, ou seja, na competição entre os governos locais, como forma de conseguir ganhos de eficiência.

Embora o modelo tenha alguma lógica, é evidente que vários problemas dificultam sua possível concretização. O primeiro problema reside no fato de que a mobilidade das pessoas entre diversas cidades (localidades) é bastante limitada.

Por exemplo, hoje, estou bem estabelecido em Brasília, com emprego, amigos, e uma toda uma rotina à qual estou acostumado. Provavelmente não mudaria para outra cidade simplesmente porque a oferta de bens públicos desta outra cidade fosse um pouco melhor. Seria necessário mais que isso.

Muito bem! Hora de ver outro tipo importante de falha de mercado.



Externalidades

Externalidades são **os efeitos que as ações de um indivíduo (ou grupo) têm sobre os demais**.

Elas podem ser **positivas**, quando as ações do indivíduo trazem benefícios aos demais, ou **negativas**, caso contrário.

A poluição que uma fábrica lança ao ar é um exemplo clássico de **externalidade negativa**, enquanto a limpeza residencial, que tem por consequência eliminação do famigerado Aedes, é um ótimo exemplo de **externalidade positiva**.



Mercados incompletos são aqueles nos quais os consumidores desejam adquirir determinado produto, cuja produção é viável do ponto de vista econômico, mas que não são ofertados.

Normalmente esse motivo é a existência de externalidades positivas ou de riscos que o produtor não deseja assumir.

De toda forma, mercados incompletos são considerados um tipo de falha de mercado.

Uma das mais importantes aplicações do conceito de externalidades envolve o tema ambiental. Mas chegaremos lá após aprofundar um pouco mais o assunto. Podemos, então, definir externalidades como **os efeitos - positivos ou negativos - das decisões de um indivíduo que recaem sobre outras pessoas**.

Quando decidimos comprar ou produzir algum produto, geralmente comparamos os custos e benefícios de cada uma das alternativas que são apresentados a nós, mas, normalmente, não consideramos em sua totalidade os efeitos de tais ações sobre os outros - ou seja, as externalidades ou os efeitos externos de nossas ações. **Quando há alguma externalidade, o equilíbrio de mercado se torna ineficiente**.

Quer um exemplo?



Vamos lá: quando você passar no concurso e comprar um SUV com 3.600 cilindradas que bebe combustível até desligado, pesa 3 toneladas e tem um sistema de som de trincar vidraças, pagando R\$200.000, o que você acha que está incluído nesse preço?



Basicamente, estarão incluídos no preço: custos e lucros da cadeia de produtores (montadora, concessionária) e impostos. E esse preço é seu **custo privado**.

Mas não estarão incluídos: poluição causada pela queima de combustível, o incômodo sonoro imposto pelo MC Zóio de Sapo no último volume, o espaço ocupado por essa barca na rua e o risco de danos enormes que ele impõe, em caso de colisão, para pedestres, motociclistas e motoristas de Fiat Mobi e Volkswagen Up. São **custos sociais**.

O fato de os efeitos das transações não estarem refletidos nos preços faz com que os custos e os benefícios sociais (que a sociedade como um todo suporta) não sejam inteiramente suportados por aqueles que o produzem e o consomem.

Em relação aos seus efeitos, existem dois tipos de externalidades: positivas e negativas.



Externalidades Positivas

As situações nas quais esses efeitos implicam benefícios a outros indivíduos ou firmas da economia são chamadas de "externalidades positivas" ou "economias externas". Por exemplo, se um indivíduo instala um equipamento de GNV (Gás Natural Veicular) em seu carro visando à redução de gastos com combustível, ele estará não só contribuindo para o "seu bolso", como também estará contribuindo para toda a coletividade, ao poluir menos o ar. Neste caso, **além do benefício privado, existe um benefício social na atividade.**



Externalidades Negativas

Por outro lado, as situações nas quais as ações de um determinado agente da economia prejudicam os demais indivíduos são chamadas de "externalidades negativas" ou "deseconomias externas". Um exemplo de externalidade negativa ocorre quando uma indústria joga dejetos químicos na natureza, como forma de evitar os custos da reciclagem ou dos procedimentos adequados ao tratamento dos resíduos da industrialização. Neste último caso, **a atividade provoca um custo social, e este custo não impacta o custo privado do agente causador do dano.**

Do ponto de vista técnico, portanto, ocorre uma externalidade quando os **custos sociais (CS)** são diferentes dos **custos privados (CP)**, ou quando os **benefícios sociais (BS)** são diferentes dos **benefícios privados (BP)**.

Os **custos privados** são representados pelos efeitos internos de uma ação econômica. Os efeitos internos das ações econômicas não escapam ao registro do preço e são, portanto, consideradas no cálculo econômico dos agentes privados.

Os **custos sociais**, por sua vez, são representados pela soma dos efeitos internos com os efeitos externos que escapam ao mecanismo de preços e não são considerados nos cálculos do agente privado, quando este precifica determinado bem ou atividade econômica.

Quando os custos sociais excedem os custos privados, configura-se uma externalidade negativa. Nestas circunstâncias, haverá uma tendência de superoferta (produção maior que o ideal), porque parte dos custos de produção será absorvida por outros agentes que não o inicial. Uma medida alocativa (intervenção do governo) adequada seria, por exemplo, a imposição de um tributo sobre a produção deste bem, com vistas a desencorajá-la. Outra medida viável seria a aplicação de multas à medida que as ações prejudiciais à coletividade fossem detectadas.

Os **benefícios privados** são representados basicamente pelos lucros auferidos pelo agente privado e não escapam ao mecanismo de preços. O benefício social, por sua vez, é a soma dos efeitos internos com os externos que escapam ao mecanismo de preços.

Quando os benefícios sociais superam os benefícios privados, temos uma externalidade positiva; os benefícios que o produtor concede à sociedade são maiores que aqueles pelos quais estará sendo compensado via mercado.

Dessa forma, haverá tendência à sub oferta do bem ou serviço (produção menor que o ideal). A medida alocativa para corrigir esta sub oferta seria, digamos, a concessão de um subsídio à firma/indivíduo, de forma a encorajá-lo a aumentar a produção.

Nos exemplos citados dentro do quadro exposto no item, os benefícios e/ou custos privados divergem dos benefícios e/ou custos sociais.

O sistema de mercados não tem como ajustar os preços a essas divergências, visto que **as externalidades não são mensuradas nos preços praticados**. Desse modo, as responsabilidades na promoção dos ajustes são transferidas para o governo, que poderá corrigir essas falhas mediante incentivos às externalidades positivas e desincentivos às externalidades negativas.

Observe que essas situações representam falhas de mercado, uma vez que, em mercados competitivos, as ações dos agentes devem estar refletidas no mecanismo de preços. Estes, por sua vez, são resultado da livre interação entre oferta e demanda. Se temos externalidades, há tendência à sub/super oferta/demanda, o que faz com que o mercado se afaste do resultado competitivo (concorrência perfeita).

Segue agora um quadro com um resumo sobre as situações em que há externalidades negativas ou positivas:



Situação	Externalidade	Medida interventiva/regulatória + exemplo
BS=BP	Não há	-
CS=CP	Não há	-
BS>BP	Positiva	Incentivo à externalidade (subsídio, incentivo fiscal).
CS>CP	Negativa	Desincentivo à externalidade (tributação mais elevada, multas, proibição).

A regra básica é esta: quando um benefício social (BS) - ou "algo bom" para a sociedade - supera uma coisa boa ou um benefício para o particular (BP), teremos externalidade positiva, que deve ser incentivada pelo governo. Por outro lado, quando um custo social (CS) - ou "algo ruim" para a sociedade - supera um custo ou algo ruim para o particular (CP), teremos externalidade negativa, que deve ser desincentivada.

Causas das externalidades

Podemos enumerar basicamente duas causas principais para a presença de externalidades:

- ▶ a ausência de direitos de propriedade e
- ▶ os custos de transação.

Começemos pelo primeiro caso.

Ausência de direitos de propriedade (A tragédia dos comuns)

Da próxima vez que você sair à rua, repare no estado de conservação de algumas benfeitorias como, por exemplo, bancos das praças públicas, banheiros públicos de uso coletivo (banheiros de rodoviárias, por exemplo).

Agora, compare o estado de conservação destes bens com o estado de bens semelhantes, mas de propriedade privada (o telefone da sua casa, bancos colocados no interior de shoppings centers, banheiros de lojas e escritórios).

Certamente, após a comparação, a conclusão será de que os bens privados são muito mais bem cuidados que os bens "sem dono". A razão para isso é simples: as pessoas se preocupam com o que possuem e não se preocupam tanto com aquilo que não é delas.

Suponha que seja aprovada uma lei que torne os automóveis propriedade pública. Segundo essa lei, todos os automóveis devem estar estacionados na rua com suas chaves no contato. Todas as pessoas têm o direito de dirigir qualquer automóvel que quiserem. É só chegar, ligar, e sair dirigindo!

Agora, pergunte-se: quantos dias serão necessários para que a maioria dos carros não esteja funcionando da forma ideal, ou necessitando de conserto? Você deve concordar comigo que, em pouco tempo, os carros irão apresentar problemas de funcionamento, certo?



Por que todos os carros irão quebrar logo?

É simples! Porque eles não têm dono, e a ausência de propriedade torna o conserto e a manutenção de um carro uma externalidade positiva, que em condições normais é algo subofertado. Desta forma, se você conserta um carro, beneficia a todos que possam dirigir o carro no futuro, mas VOCÊ, individualmente, não receberá todos os seus benefícios.

A conclusão é que você não tem qualquer incentivo para manter os carros em boas condições de funcionamento e todos os carros são utilizados em excesso, "até o talo"!

Os direitos sobre a propriedade privada interiorizam custos e benefícios e levam um recurso a ser utilizado de modo eficiente economicamente. Desta forma, quando estes direitos estão bem definidos, quando se sabe quem é dono do quê, há uma alocação eficiente de externalidades, e não há excesso de externalidades positivas e/ou negativas.

De maneira recíproca, **a falta de direitos de propriedade leva ao aparecimento de externalidades**, positivas e/ou negativas. Isso, por sua vez, leva a falhas na utilização ótima de recursos.

Assim, uma empresa joga dejetos químicos em um rio porque certamente ninguém é "dono" daquele rio. Se houvesse um segundo agente que fosse claramente o dono do rio e processasse a empresa poluidora, certamente, ela assumiria os gastos para não realizar a ação danosa ao meio ambiente.

Ninguém tem qualquer incentivo em manter a água dos nossos rios "em boas condições de funcionamento". Ao contrário, as empresas poluem os rios; alguns condomínios de alto padrão, na ausência de um sistema de saneamento, utilizam os rios como se fossem "fossas" etc.

Mas, por que os rios não são cuidados? A resposta é que a ausência de propriedade torna os cuidados de um rio uma externalidade positiva, em que os benefícios sociais superam os privados.

Assim, praticar uma externalidade positiva exige certa dose de altruísmo (dar sem receber) ou implica custos que as pessoas não gostam ou não têm a possibilidade de arcar. Se os rios fossem de propriedade privada, eles seriam cuidados, de forma a reduzir essas externalidades.

A ausência de direitos de propriedade resulta naquilo que é denominado **tragédia dos comuns (ou tragédia de uso comum)**, que é um exemplo no qual resulta uma externalidade.

Na Inglaterra medieval, os fazendeiros podiam levar seus animais para pastar em terras comuns, que eram abertas a todos. Em consequência, as terras comuns foram utilizadas em demasia e destruídas. Ainda que o benefício social de manter as terras comuns bem conservadas fosse alto, o custo privado era mais alto que o custo social, o que não incentivava qualquer fazendeiro individual a cuidar da terra.





Custos de transação e o teorema de Coase

Nos parágrafos precedentes, argumentamos que se os direitos de propriedade estiverem bem definidos, não há externalidades e a troca entre os agentes resulta numa alocação eficiente de recursos.

Entretanto, em 1960, Ronaldo Coase desenvolveu um teorema fundamental, o **teorema de Coase**, o qual nos diz que o problema das externalidades também pode ser analisado sob um prisma diferente dos direitos de propriedade.

Segundo Coase, **a ausência de externalidades só ocorrerá se não houver custos de transação entre os agentes**. Em outras palavras, mesmo com direitos de propriedade bem definidos, quando os custos de transação forem muito elevados, as externalidades podem ocorrer.

A ideia original desenvolvida por Coase foi demonstrada com um exemplo de duas fazendas.

A fazenda "A" cria gado, e o gado geralmente invade os campos da fazenda vizinha, a fazenda "B", que tem uma plantação. O gado da fazenda "A" impõe uma externalidade negativa ao pôr em risco a colheita da fazenda "B". Está fazendo sentido?

Vejamos algumas formas de como este problema simples de externalidade pode ser resolvido. Se o proprietário de "A" tiver o direito de deixar seu gado invadir as terras de "B", o proprietário de "B" pagará ao proprietário de "A" para construir uma cerca, quando o risco à colheita de "B" exceder o custo da cerca. Se o custo da cerca exceder o risco às colheitas, não será do interesse do proprietário "B" pagar pela cerca, e o gado irá pastar.

Em outras palavras, quando é socialmente eficiente construir a cerca (o benefício de construí-la compensa o custo), a cerca será construída para eliminar a externalidade. Se não for socialmente eficiente, ela não será construída.

Agora, suponha que os direitos de propriedade sejam atribuídos ao proprietário "B", de modo que "A" tenha que compensar "B" por qualquer risco.

O proprietário "A" construiria uma cerca, se o risco às colheitas de "B" excedesse o custo da cerca. Entretanto, se o custo da cerca fosse superior ao risco das colheitas, o proprietário "A" compensaria o proprietário "B" pelo risco e, novamente, o gado iria vagar livremente.

Veja que, em qualquer caso, o resultado atingido é socialmente ótimo, de modo que a cerca será construída, quando seu custo for inferior ao risco da colheita (for socialmente eficiente), e não será construída, quando a cerca custar mais que o risco (não será construída se não for socialmente eficiente).

Adicionalmente, percebe-se que esta conclusão foi extraída independentemente de os direitos de propriedade estarem atribuídos ao proprietário da fazenda "A" ou "B".

Como observação final antes de "derivarmos" o teorema, é interessante notar que este caso simples de barganha ou negociação entre dois proprietários ocorre sem custos de transação para ambos.

O Teorema de Coase afirma que, independentemente da forma pela qual os direitos de propriedade sejam alocados em função da externalidade, a alocação de recursos será eficiente quando as partes puderem barganhar entre si sem custo.

Ou seja, **quando não houver custos de transação, os agentes privados podem resolver por si sós o problema das externalidades e chegar a um acordo** no qual todos fiquem numa situação melhor e o resultado, após a negociação, seja a eficiência econômica.

Vale ressaltar que o ponto principal do teorema de Coase aponta que não deve haver custos de transação para a eliminação do problema de externalidades. Em outras palavras, é a ausência de custos de transação que permite a ocorrência da barganha socialmente ótima.

Por exemplo, considere um problema de externalidade envolvendo uma indústria que polui o ar à medida que fabrica os seus produtos. Se a poluição prejudicar milhares de pessoas, será muito difícil a barganha entre os dois lados dessa externalidade negativa (indústria x milhares de pessoas).

Neste caso, há altos custos de transação envolvidos: as vítimas da externalidade negativa (milhares de pessoas) devem se organizar, e isso é muito custoso. Ao mesmo tempo, se as partes não conhecerem os custos e benefícios da redução da externalidade, ou se possuírem percepções diferentes a respeito desses custos e benefícios, então a barganha/negociação poderá não ser socialmente ótima, e não eliminará ou reduzirá a externalidade.

Em resumo, então, o teorema de Coase mostra que, não havendo custos de transação, os agentes privados podem negociar/barganhar e atingir alocações eficientes, eliminando o problema das externalidades.

Observa-se, portanto, que os custos de transação podem representar limites bastante relevantes para as soluções privadas das externalidades. Quando a negociação privada não funciona, o governo pode interferir, procurando resolver o problema por meio de políticas públicas em prol da coletividade.



Corrigindo as externalidades

Vamos focar o texto deste tópico no exemplo da empresa **poluente** (externalidade negativa). Acredito que é um bom exemplo para desenvolvermos nossa argumentação.

Supondo, então, uma firma que emite poluentes, como o governo poderia proceder a fim de incentivar as empresas para que reduzissem seus níveis de emissões poluentes? Quais seriam as políticas públicas e a regulamentação adequadas em tal situação?

De forma geral, o governo poderia incentivar a redução de emissões poluentes por meio de três medidas:

- ▶ Fixação de um limite para a emissão de poluentes;
- ▶ Imposição de taxas sobre a emissão de poluentes;
- ▶ Emissão de licenças negociáveis para poluir.

Vejamos cada uma delas, separadamente:

Limite para emissão de poluentes

Esta política pública consiste no estabelecimento de um limite legal para poluir. Caso a empresa ultrapasse o limite estabelecido, ela pode sofrer multas pesadas ou outras penalidades (a interdição da empresa ou a suspensão das atividades por tempo determinado em lei).

Funciona assim: até o limite legal, a empresa pode poluir à vontade! No entanto, se ela aumentar a produção de tal modo que passe a ultrapassar o padrão de emissão de poluentes estabelecido, ela terá que, necessariamente, reduzir a poluição, caso contrário sofrerá penalidades severas.

Na hora de reduzir a poluição - para se enquadrar no limite estabelecido -, poderá instalar equipamentos de redução de poluição, ou poderá ainda reduzir o seu nível de produção.

O estabelecimento de um limite para emissão de poluentes apresenta a vantagem de oferecer **maior grau de certeza ao governo (e à sociedade) a respeito dos níveis de emissões de poluentes que efetivamente serão obtidos com a política pública.**

No entanto, apresentam maior incerteza em relação aos custos que serão despendidos pelas empresas, na tentativa de se adequar aos limites estabelecidos em lei.



Taxas sobre a emissão de poluentes (imposto de Pigou)

Uma taxa sobre a emissão de poluente é um valor arrecadado sobre cada unidade de poluente emitido por uma empresa. Este tipo de taxa geralmente é chamado de **imposto de Pigou**¹ (ou imposto pigouviano), que é um imposto implementado para corrigir os efeitos de uma externalidade negativa, como a poluição, por exemplo.

Em alguns textos, a utilização destas taxas sobre emissões de poluentes também é chamada de princípio do poluidor pagador.

O imposto de Pigou visa fazer com que o agente causador da externalidade **negativa internalize o custo social** da poluição a que deu origem.

Em relação ao limite de emissões (visto anteriormente), as taxas oferecem maior certeza a respeito dos custos de redução da poluição por parte das firmas. No entanto, deixam maior incerteza em relação aos níveis de redução de emissão de poluentes que serão obtidos com a política pública.

Geralmente, as taxas apresentam algumas vantagens sobre a fixação de um padrão de emissão. Em regra, os padrões ou limites precisam ser fixados de modo igual para todas as empresas. Já a taxa estimula fortemente as empresas a instalar novos equipamentos que permitam reduzir ainda mais os níveis de produção.

No caso dos limites, até que se atinja o limite estabelecido, a firma não tem qualquer incentivo para reduzir a poluição. Também devemos ressaltar que o imposto de Pigou ainda arrecada receita para o governo, o que não ocorre no caso da imposição do limite de emissões.

A preferência pelas taxas ou pelos limites de emissão depende de uma série de fatores, como o volume de informações disponíveis aos responsáveis pela formulação das políticas públicas, o custo para controlar as emissões e fiscalizar as firmas, bem como o custo de cobrança das taxas ou das multas. As estruturas de custos das firmas poluentes também influenciam a escolha entre o imposto de Pigou e o padrão de emissões.

Em regra, teremos o seguinte:

- ▶ Se houver informações incompletas (o regulador não conhece os custos e os benefícios da redução da poluição), a imposição de limites ou padrões oferece maior grau de certeza a respeito dos níveis de emissão de poluentes decorrentes da regulação. Por outro lado, haverá incerteza em relação aos custos da redução da poluição.
- ▶ Se o regulador possui informações suficientemente relevantes, as taxas oferecem maior certeza a respeito dos custos da redução. No entanto, haverá alguma incerteza em relação aos níveis de redução de emissão de poluentes obtidos com a política pública.

¹ O nome é em homenagem ao economista Arthur Pigou, que também desenvolveu o próprio conceito de Externalidades.



A preferência entre as duas políticas vai depender das informações disponíveis e da estrutura de custos das empresas que serão reguladas. De todo modo, para a prova, podemos levar a ideia segundo a qual, havendo um bom nível de informações sobre os custos e benefícios da redução da poluição, o regulador geralmente preferirá a imposição da taxa, em vez do limite de emissão.

Alguns países, como os EUA, por exemplo, têm empregado os limites em vez de taxas para controlar as emissões de poluentes. Outros, como a Alemanha, têm utilizado as taxas. O melhor método, como eu disse acima, vai depender de muitos fatores.

De uma forma geral, **os impostos são ineficientes economicamente**.

No entanto, o imposto de Pigou **não** se enquadra nesta regra, uma vez que ele visa corrigir uma falha de mercado (externalidade). Ora, se ele visa corrigir uma falha, então, na verdade, ele aproxima o mercado de um resultado mais eficiente. Desta forma, podemos entender que **o imposto de Pigou apresenta efeitos positivos sobre a eficiência econômica**.

SUBSÍDIO DE PIGOU

Nós vimos que um imposto de Pigou é aquela taxa utilizada para reduzir uma externalidade negativa. Neste caso, o governo cobra uma taxa porque ele quer desincentivar a atividade causadora da poluição.

Agora, imagine que uma empresa, em seu processo de produção, esteja sendo responsável por externalidades positivas. Uma empresa de pesca, por exemplo, pode realizar ações de tratamento e limpeza da água em um lago ou em um rio, a fim de melhorar a qualidade do seu pescado. Neste caso, teremos uma externalidade positiva, que deve ser incentivada pelo governo (ao contrário da externalidade negativa).

No caso da externalidade positiva, uma política pública adequada é o estabelecimento de subsídios ao agente causador da externalidade. Nesta situação, teremos um imposto Pigouviano negativo, ou simplesmente um subsídio de Pigou.

Esse subsídio encorajará ainda mais o produtor da externalidade positiva em suas ações benéficas para a sociedade. Assim como o imposto de Pigou, podemos concluir que o subsídio de Pigou também apresenta efeitos positivos sobre a eficiência do mercado.

Emissão de licenças negociáveis para poluir

As licenças negociáveis para poluir representam títulos negociáveis. Funciona assim: o governo distribui (vende) permissões para emitir poluentes. Cada empresa recebe um pouco de permissões, segundo critérios estabelecidos pelo governo.



Cada permissão (ou licença) determina com exatidão a quantidade de poluentes que a empresa pode emitir. Assim, uma empresa só está autorizada a poluir até onde seu título ou licença permitir.

Essas licenças ou permissões são distribuídas (vendidas) entre as empresas de tal maneira que se estabeleça um nível máximo de emissões de poluentes. Se uma empresa polui, mas não possui a licença, será severamente multada. Igualmente, se a empresa polui acima do que sua licença permite, também será severamente multada.

Uma característica interessante deste sistema de licenças é que elas são negociáveis (ou transferíveis). Ou seja, uma empresa pode vender suas licenças a outra empresa, a um preço decidido livremente no mercado.

Assim, por exemplo, se uma empresa consegue reduzir seu nível de poluentes, ela poderá vender suas licenças (auferindo uma renda) para outra empresa que é incapaz de reduzir suas emissões. Desta forma, cria-se um mercado para as externalidades. Se houver um número suficientemente grande de empresas e licenças, será desenvolvido um mercado competitivo para essas permissões.

A grande vantagem desta política pública é que o desenvolvimento deste mercado de licenças permite que o governo controle o nível máximo de emissão de poluentes com um custo bem menor que aquele verificado no caso das taxas (imposto de Pigou) e do limite de emissões.

Assim, depois de tudo isso, entenda o seguinte: quando o governo adota qualquer medida no intuito de reduzir uma externalidade negativa ou incentivar uma externalidade positiva, isto será uma medida relacionada à sua **função alocativa**.



Assimetria de Informações

As informações assimétricas ocorrem quando uma das partes de uma transação possui informações que a outra parte não tem.

A assimetria de informações está presente em muitas relações de consumo: quando você compra um carro usado e o vendedor esconde defeitos, quando você compra um alimento industrializado sem saber as substâncias nocivas em sua composição, quando você assina sua internet banda larga sem perceber que a conexão raramente tem a velocidade contratada.

O principal exemplo, contudo, possivelmente são os contratos, especialmente os financeiros, pois os elementos relevantes para a realização de uma transação financeira não são totalmente transparentes, isto é, nem sempre há livre disponibilidade de informações relevantes a todas as partes envolvidas na transação.

O papel do governo é, então, diminuir essa assimetria dando à parte mais “fraca”, geralmente o consumidor, direitos de obter as informações que precisar para tomar sua decisão de consumo.

É importante notar que as assimetrias de informação assumem duas modalidades mais cobradas: o **risco moral** e a **seleção adversa**.

O conceito de risco moral (em inglês, moral hazard) está presente quando existe a possibilidade de uma das partes alterar seu comportamento, de forma prejudicial à outra. O melhor exemplo é o seguro de automóvel. Antes de adquirir o seguro, o motorista toma todas as precauções do mundo: dirige com cuidado, para o carro em estacionamentos para não ser roubado etc. Depois de comprar o seguro, existe o risco de essas precauções serem abandonadas, em prejuízo da seguradora.

Ao mesmo tempo, a ação do agente de uma das partes não pode ser controlada e/ou não pode ser verificada.

(TCU/Auditor Federal de Controle Externo)

No que concerne à teoria da regulação, julgue o item a seguir.

A condição para o problema de moral hazard (risco moral) existe quando a ação do agente não é verificável ou controlável.

Gabarito: Certo

Ainda dentro do conceito de risco-moral, há o subtipo do **problema agente-principal**, que consiste no risco do agente, designado pelo principal para determinado objetivo, agir em benefício próprio, em detrimento dos interesses do principal.

Já a **seleção adversa** está relacionada à escolha acidental daquilo que é justamente o contrário do que se pretendia. Esse risco está presente nos bancos, que cobram taxas altas por seus empréstimos como forma de cobrir eventuais inadimplências de alguns clientes. Contudo, os



bons pagadores podem ser repelidos pelas taxas altas, enquanto péssimos pagadores sem intenção nenhuma de honrar seus empréstimos não se importarão com taxas altas.

Outro tipo de informação assimétrica é a chamada **informação privilegiada**. Trata-se da informação que algumas pessoas podem ter sobre fatos que não são de conhecimento público.

Por exemplo: analistas da Comissão de Valores Mobiliários avaliam planos de fusões entre empresas antes de se tornarem públicos. Algumas dessas fusões podem provocar aumento do preço das ações das empresas. Se os analistas da CVM comprassem um monte de ações das empresas, poderiam vender logo depois que a fusão se tornasse pública e o preço das ações disparasse. É por isso que eles são proibidos de investir em ações.



FUNÇÕES DO ESTADO

Embora diferentes posições políticas e econômicas divirjam sobre o papel do Estado, mesmo a corrente liberal reconhece que existem papéis que o mercado não é capaz de cumprir.

Dessa forma, o que aprenderemos aqui é pacífico, ao menos para fins de prova de concurso. Começando pela evolução nas funções do Estado - ou do governo.

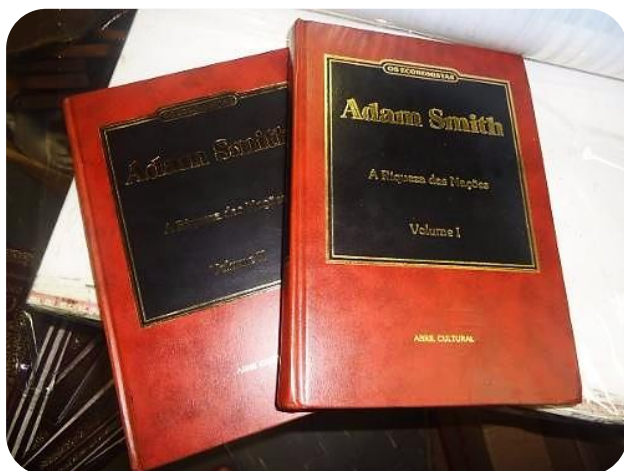
A despeito das diferenças técnicas entre as terminologias governo e Estado, especialmente no Direito, em Finanças Públicas são tratados praticamente como sinônimos, então é normal os termos serem intercambiados em uma ou outra questão de prova.

1.1 Visão clássica das funções do Estado

A visão clássica das funções do Estado na economia tem como grande nome **Adam Smith**, filósofo e economista britânico que defendia que a intervenção do Estado na economia deveria ser mínima.

Essa corrente de pensamento é conhecida pelo termo ***laissez-faire*** (deixe fazer), indicando que o melhor que os governantes poderiam fazer é não atrapalhar a iniciativa privada, pois as forças naturais do mercado agiriam como uma **mão invisível** corrigindo distorções, promovendo eficiência e distribuindo bem-estar.

Mas note bem: Adam Smith e os clássicos não defendem que o ser humano e a sociedade são seres de luz que se esforçam para o bem comum e do próximo; o cerne do pensamento é que com cada indivíduo e empresa buscando seus interesses egoístas, o saldo seria positivo para a sociedade como um todo.



Por exemplo: as empresas buscariam lucros, é claro, mas só poderiam obtê-los se fossem capazes de servir aos interesses do consumidor, que por sua vez só conseguiria uma boa renda ao se capacitar e, dessa forma, atender aos interesses das empresas. Como num ciclo virtuoso de eficiência.

A visão clássica delimita que o Estado deveria exercer apenas as seguintes funções: **Defesa Nacional** e **Justiça**.

INDO MAIS FUNDO



Alguns autores citam outras funções clássicas, como **oferta de bens públicos (como educação e saúde)** e **defesa da soberania**, mas as funções de defesa nacional e justiça são a unanimidade, e são elas que você pode marcar com total segurança na prova.

Mas por que a mão invisível não poderia resolver essa também?

Bom, os próprios clássicos admitiam que os tais interesses egoístas dos agentes podiam, em suas versões exacerbadas, ou seja, violando o direito alheio, provocar danos aos demais indivíduos. Nesse caso, caberia ao Estado prover e garantir a justiça interna e proteger os interesses da nação frente outros Estados.

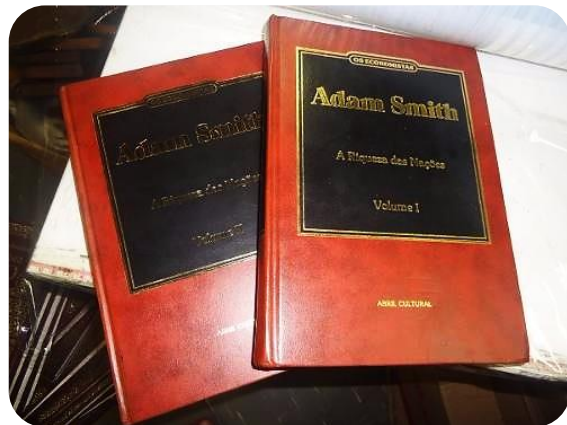


Visão clássica das funções do Estado

A visão clássica das funções do Estado na economia tem como grande nome **Adam Smith**, filósofo e economista britânico que defendia que a intervenção do Estado na economia deveria ser mínima.

Essa corrente de pensamento é conhecida pelo termo **laissez-faire** (deixe fazer), indicando que o melhor que os governantes poderiam fazer é não atrapalhar a iniciativa privada, pois as forças naturais do mercado agiriam como uma **mão invisível** corrigindo distorções, promovendo eficiência e distribuindo bem-estar.

Mas note bem: Adam Smith e os clássicos não defendem que o ser humano e a sociedade são seres de luz que se esforçam para o bem comum e do próximo; o cerne do pensamento é que com cada indivíduo e empresa buscando seus interesses egoístas, o saldo seria positivo para a sociedade como um todo.



Por exemplo: as empresas buscariam lucros, é claro, mas só poderiam obtê-los se fossem capazes de servir aos interesses do consumidor, que por sua vez só conseguiria uma boa renda ao se capacitar e, dessa forma, atender aos interesses das empresas. Como num ciclo virtuoso de eficiência.

A visão clássica delimita que o Estado deveria exercer apenas as seguintes funções: **Defesa Nacional e Justiça**.

INDO MAIS FUNDO



Alguns autores citam outras funções clássicas, como **oferta de bens públicos (como educação e saúde)** e **defesa da soberania**, mas as funções de defesa nacional e justiça são a unanimidade, e são elas que você pode marcar com total segurança na prova.

Mas por que a mão invisível não poderia resolver essa também?

Bom, os próprios clássicos admitiam que os tais interesses egoístas dos agentes podiam, em suas versões exacerbadas, ou seja, violando o direito alheio, provocar danos aos demais indivíduos. Nesse caso, caberia ao Estado prover e garantir a justiça interna e proteger os interesses da nação frente outros Estados.

Evolução das funções do Estado.

No final dos anos 1890, o papel do governo em economias capitalistas começou a aumentar, primeiro em decorrência de monopólios e cartéis (oligopólios coordenados) que haviam surgido, especialmente nos Estados Unidos, onde essas empresas tinham poder de fixar seus preços muito acima dos níveis que proporcionariam bem-estar ao consumidor.

Essa forte concentração da oferta nas mãos de poucas empresas, além de prejudicar o consumidor, concentrava a renda, colocando em dúvida a atuação da "mão invisível", levando o governo norte-americano a proibir monopólios na indústria, bem como a formação de cartéis para fixação de preços.

Mas o fato que realmente legitimou maior atuação do governo na economia foi a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929 e a Grande Depressão dos anos 1930, quando o mundo mergulhou na sua maior recessão da história moderna, com altíssimos níveis de desemprego.

Nesse contexto, em 1936, outro grande nome da economia ganhou notoriedade: John Maynard **Keynes**. Ele defendia intervenção direta do governo na economia, inclusive por meio do aumento dos gastos públicos em momentos de recessão, e da regulamentação dos mercados.

De acordo com Keynes, o mercado não poderia, sozinho: distribuir a renda de forma justa; prover os bens e serviços de que a sociedade precisa, no valor justo e no local onde ela precisa; evitar grandes solavancos na economia.

As funções básicas do governo na economia têm relação com a correção ou, ao menos, mitigação das falhas de mercado, situações nas quais as forças mercadológicas não conseguem, sozinhas, gerar eficiência.

São três principais funções mais aceitas atualmente, que recebem os nomes de: função alocativa, função distributiva e função estabilizadora. Toda a intervenção do Estado na economia é baseada nas funções básicas.



Funções do governo na economia
Distributiva
Alocativa
Estabilizadora

Naturalmente, devemos aprofundar cada uma dessas funções, pois **este é o assunto mais recorrente em provas que veremos nesta aula.**

Muito bem! Agora, vamos às 3 funções.



Função Distributiva

O governo deve buscar distribuição justa, sob o ponto de vista da sociedade, da renda.

A renda é aquilo que os agentes pagam em troca do uso dos fatores de produção capital, trabalho e terra.

Contudo, a distribuição entre esses fatores pode ser considerada injusta, especialmente no que tange ao trabalho, que é o fator que os trabalhadores “vendem” no mercado, enquanto capital e terra pertencem aos empresários ou ao governo.

A função distributiva é relacionada à redução das diferenças econômicas e sociais da população. Grosso modo, o governo exerce essa função sempre que, de alguma forma, favorece as camadas mais carentes da população, em detrimento ou não das mais ricas.

Os instrumentos utilizados nessa função são:

- **Transferências;**
- **Impostos (tributação);**
- **Subsídios.**

É por meio da combinação desses instrumentos que o governo pode distribuir a renda. Ele pode, por exemplo, **tributar** mais as classes de renda mais alta, e depois **transferir** esses recursos diretamente para as camadas mais pobres da sociedade. Em vez de transferir, também é possível **subsidiar** a população mais carente, ao pagar uma parte dos bens adquiridos por essa camada da sociedade.

O exemplo mais claro em nossa economia é o programa Auxílio Brasil (antigo Bolsa Família), que é uma política de redistribuição de renda.

Contudo, há diversos outros exemplos, atuais ou históricos:

- o subsídio habitacional do Casa Verde e Amarela (antes Minha Casa, Minha Vida);
- o programa Fome Zero;
- as alíquotas progressivas do imposto de renda (a alíquota do imposto aumenta conforme aumenta a renda tributada).

A **assistência social** é outra clara manifestação da função distributiva, uma vez que trata justamente de garantir condições mínimas para aqueles mais necessitados e/ou incapazes de prover as necessidades mais básicas para si mesmos e suas famílias.

O mesmo pode ser dito da **previdência social**, que é um mecanismo público de proteção social e subsistência proporcionados mediante contribuição do segurado e de empresas.

Ah! Algumas vezes essa função é chamada de Redistributiva, com “R”, de Robin Hood, o personagem fictício que tirava dos ricos para entregar aos pobres.





Embora função distributiva e função redistributiva sejam termos tratados como sinônimos, há uma diferença entre política distributiva e política redistributiva:

Política distributiva: quando um benefício para as camadas mais pobres de sociedade é custeado (financiado) pela *sociedade como um todo*.

Política redistributiva: quando um benefício para as camadas mais pobres de sociedade é custeado (financiado) pela *camada mais rica da sociedade*.



Função Alocativa

A função alocativa consiste, basicamente, na **regulação ou fornecimento de bens públicos** ou **semipúblicos** (como saúde e educação).

Devido às suas características de não rivalidade e não exclusividade, o que torna seu fornecimento para a sociedade algo que não atrai as empresas. Que firma estaria interessada em fornecer bens ou serviços pelos quais ela não é capaz de cobrar, de forma minimamente eficiente, dos consumidores?

Cabe, portanto, ao governo:

1. Determinar quais bens públicos serão ofertados, para quem, e em qual quantidade;
2. Determinar quem pagará por eles.

O item 1 tem grande dependência do processo político, pelo qual a sociedade manifesta, por meio de eleições e manifestações, quais bens públicos ela está "demandando".

Já o item 2, determinar quem pagará pelos bens públicos, é um problema particular desses tipos de bens, decorrente de sua não rivalidade e não exclusividade. O problema surge pois não é possível, como ocorre no mercado, fazer com que o consumidor dos bens públicos manifeste qual valor está disposto a pagar pelo bem público, bem como não é possível impedir que indivíduos desfrutem dos bens públicos sem pagar nada por eles, ao que se dá o nome de **problema do carona**, que já conhecemos, mas veremos agora sob o ponto de vista da função alocativa.

Problema do Carona (*Free Rider*)

"O carona" é o indivíduo que desfruta de um bem, recebendo seus benefícios, sem pagar nada por isso.

O problema surge da **não exclusividade** no caso de bens públicos, ou de externalidades positivas.



Como exemplo, podemos citar um show de fogos de artifício, a iluminação pública, asfaltamento, ou qualquer bem público que você possa imaginar.

A forma de resolver o problema do carona é **tornar compulsório o pagamento pelos bens públicos**, o que o governo faz por meio de **taxas** ou outros tipos de tributos.

Essa função de alocação dos recursos se manifesta, também, sempre que o governo “tira” recursos de um lugar para colocar em outro, de forma a aumentar a eficiência de sua utilização. Um bom exemplo é a transposição de um rio para favorecer comunidades.

Portanto, a função alocativa do governo consiste em complementar a ação do mercado, quando ele falha, no que diz respeito à maneira como os recursos são utilizados, ou melhor, à alocação dos recursos na economia de forma eficiente, quando o mercado não consegue alcançar esse resultado sozinho.

INDO MAIS FUNDO



Planos econômicos e a função alocativa

Temos vários exemplos, ao longo de nossa história econômica, de grandes planos do governo visando cumprimento da função alocativa.

O Plano de Metas no governo JK é um deles, onde se buscou desenvolver áreas onde o Brasil era deficiente, como geração de energia e infraestrutura de transportes, com investimentos majoritariamente oriundos do setor público. Além disso, o plano previu investimentos nas indústrias de base, na educação e em produção de alimentos.

De forma semelhante, tivemos os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND e PND II).

A função alocativa busca a eficiência do mercado.

Perceba que o governo tem três formas de cumprir essa função: **produzindo**, **financiando** ou **regulando**.

1.1.1 Estado produtor, financiador e regulador

Como mencionado há pouco, para buscar a oferta de bens públicos e corrigir essa falha de mercado, o Estado pode atuar como:

- ▶ **Estado produtor**: produzindo diretamente bens e serviços à sociedade.
- ▶ **Estado financiador**: fornecendo recursos financeiros, como empréstimos ou subsídios, para que o mercado atue de forma mais eficiente.



- ▶ **Estado regulador:** controlando as atividades econômicas, por meio de normatização e fiscalização.

Embora não sejam excludentes, ou seja, o Estado desempenhe todos os papéis ao mesmo tempo, a Economia Brasileira é marcada por períodos nos quais prevaleceu uma ou outra forma de atuação - de maneira mais evidente - e conhecer essas passagens da nossa história econômica recente pode ser bastante elucidativo.

Começando pelo papel de **produtor**, caracterizado pela forte presença de empresas de propriedade do Estado - as estatais - e por sua criação, algo muito claro durante os anos pós-guerra, contemplando os governos de Dutra, Vargas e JK. Nesse período foram criadas empresas como a Petrobrás e a Vale do Rio Doce, notáveis exploradoras de atividade econômica.

O Estado **financiador**, por outro lado, não é muito recorrente em provas e na literatura brasileira, mas é possível identificar esse papel a partir de 1964, com ampliação do crédito ao setor privado promovida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Habitação. Até a década de 1980, conhecida pela crise da dívida, esse papel foi bastante intenso, dada a dificuldade de obter financiamento privado, especialmente de longo prazo.

Por fim, o papel de **regulador** é considerado uma evolução da atuação do governo. Ele se manifesta quando o Estado intervém limitando as liberdades dos agentes econômicos por meio de normas e fiscalização de seu cumprimento, com o objetivo de aumentar a eficiência econômica e o bem-estar da sociedade.

Quando o **Estado** age como regulador, ele permanece como **titular**, mas o **setor privado** é quem **executa** a atividade ou serviço público, cumprindo as exigências legais e regulamentares.

Portanto, passa-se de uma visão na qual o governo buscava universalizar para a sociedade, de forma direta, o acesso a bens e serviços, para uma na qual o Estado concede essa prerrogativa à iniciativa privada, limitando-se, ao máximo, a **regular** essas atividades de interesse econômico e social.

Isso passa pela **liberação de atividades executadas pelo Estado**, em regime monopolista, por meio de **privatizações** e **concessões**, a fim de propiciar a competição pelas empresas privadas, desde que haja **racionalidade econômica** nessa medida.



Concessão X Privatização

A **concessão** ocorre quando o Estado transfere a uma empresa, por tempo determinado, o direito de explorar alguma atividade de responsabilidade do governo, junto com as obrigações e responsabilidades relacionadas. O exemplo mais comum são as rodovias concedidas a empresas privadas pelos governos estaduais. As concessionárias têm direito de cobrar pedágio, mas não são donas da rodovia, e também precisam mantê-la em boas condições de uso.

Em uma **privatização**, por outro lado, ocorre a venda definitiva, ou seja, é uma alienação de algo que pertencia ao Estado para a iniciativa privada, algo que acontece quando uma empresa pública ou sociedade de economia mista é vendida.

Essa regulação se dá por meio da elaboração de normas, repressão de abuso do poder econômico e controle da iniciativa privada (preços, quantidades e qualidades), e tem por principais objetivos:

- Bem-estar dos consumidores;
- Eficiência produtiva e alocativa (produção de bens públicos, como segurança);
- Distribuição socialmente justa da renda;
- Redução de externalidades negativas (como poluição de diversos tipos);

Portanto, apesar de atuar de forma mais indireta, o Estado Regulador **regulamenta e fiscaliza** a atuação dos agentes da iniciativa privada, com a intenção de atingir os objetivos de interesse coletivo. Em resumo, a ideia de Estado Regulador diz respeito ao Estado que faz uso de dispositivos de **regulação econômica**, principalmente por meio de suas **agências reguladoras**.

O Estado Regulador também busca reduzir abusos do poder econômico, especialmente ao fomentar a concorrência e competição entre empresas em setores do mercado, quando elas se mostram insuficientes.

Portanto, a atuação dessas agências ou outros agentes reguladores (como CADE, Banco Central, CVM) do Estado devem pautar-se nos interesses públicos, mas, para tanto, é preciso tomar precauções contra incentivos que podem desviá-los desses objetivos, como veremos a seguir.

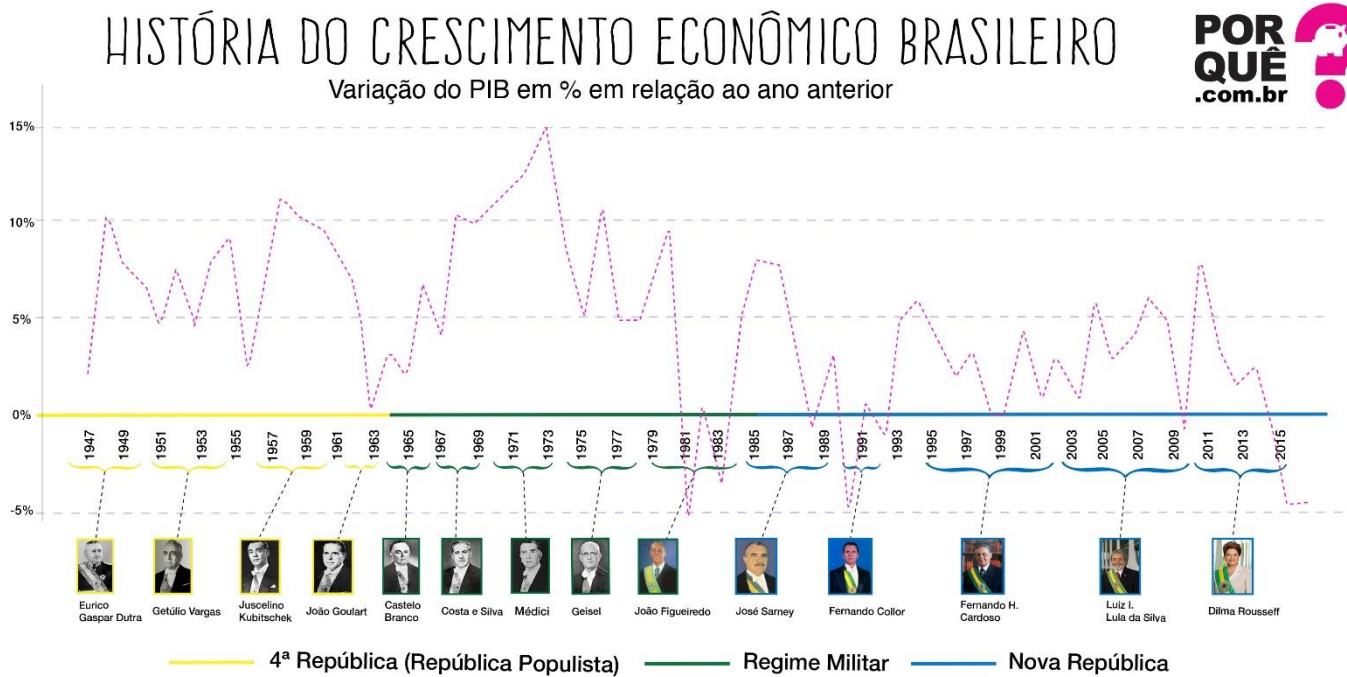
Para fechar o assunto, observe que o Estado brasileiro atua das três formas, assim como a maioria dos estados contemporâneos. Contudo, mesmo em países com forte presença estatal, observa-se a tendência de diminuição das atividades produtora e financiadora, com aumento da regulação.



Função Estabilizadora

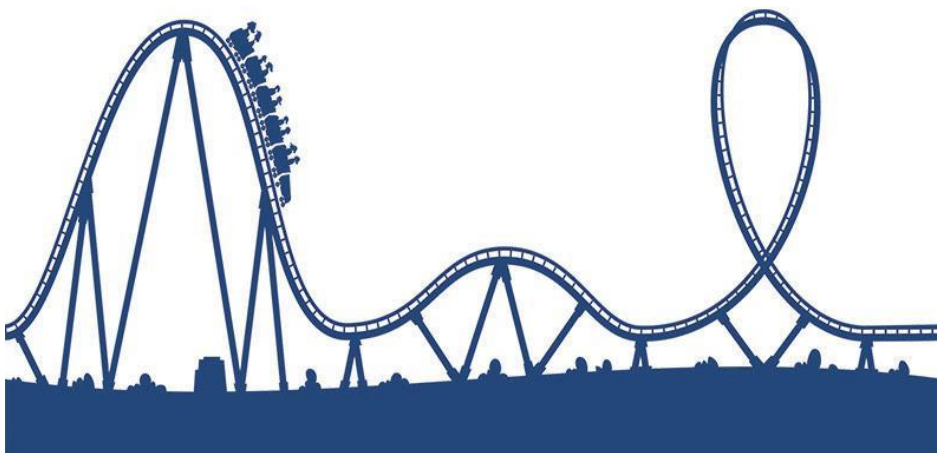
Pode-se afirmar que a função estabilizadora consiste em proporcionar à economia **crescimento**, **alto índice de emprego** e **preços estáveis**.

Dá só uma olhada neste gráfico, que mostra a variação da taxa de crescimento do Brasil nos últimos anos:



Cresce, cresce pouco, cresce muito, despenca, decola, afunda...

Agora, observe uma ótima metáfora para a imagem acima:



E não é apenas o PIB que varia desse jeito. A inflação, o desemprego, a balança comercial, a taxa de câmbio, e vários outros indicadores econômicos variam ao longo do tempo, e cada mergulho provoca prejuízos à sociedade.

Mas não é apenas a degradação dos indicadores que afeta negativamente a população. A própria instabilidade é prejudicial: os agentes ficam inseguros em investir em países cujas economias parecem montanhas-russas.

Essa função ganhou força depois do maior mergulho que a economia mundial moderna já viu: a Grande Depressão (1929). Percebeu-se que o mercado não era capaz, pelo menos no curto prazo, de evitar grandes distorções e desequilíbrios.

Cabe, portanto, ao governo buscar atenuar os chamados ciclos econômicos e as oscilações, usando as políticas econômicas (fiscal, monetária e cambial) para tanto.

Por exemplo: ao notar queda na atividade econômica, o governo pode adotar a política fiscal expansionista, aumentando seus gastos para tentar reaquecer a economia.

Um aumento da inflação, por outro lado, pode ser combatido com a política monetária contracionista: com menos moeda circulando, os produtores têm menos incentivos para subir os preços de seus produtos.

INDO MAIS FUNDO



Planos econômicos e a função estabilizadora

Embora, na maior parte do tempo, o governo execute a função estabilizadora de forma pontual, como nos leilões de dólar do Banco Central ou na fixação da taxa básica de juros, algumas vezes a instabilidade é tamanha que são necessários planos robustos e complexos.

Exemplos dessa situação são abundantes na economia brasileira dos anos 80 e 90, quando na tentativa de vencer a inflação foram implementados diversos planos:

Plano Cruzado
Plano Bresser
Plano Verão
Plano Collor
Plano Real

Apenas o último foi bem-sucedido, mas todos são exemplos do governo desempenhando a função estabilizadora.



O aumento da taxa de câmbio (se indesejado) pode ser combatido com a política cambial. Pensando no dólar como um produto qualquer, é natural que seu preço suba quando a demanda por dólares supera a oferta de dólares disponíveis no país.

Nesse caso, o Banco Central pode entrar no mercado vendendo volumes expressivos de dólar, aumentando assim a oferta e pressionando o preço da moeda estrangeira para baixo.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ▶ Arvate, Paulo; Biderman, Ciro. Economia do setor público no Brasil. GEN Atlas. Edição do Kindle.
- ▶ Giambiagi, Fabio; Alem, Ana; Pinto, Sol Garson Braule. Finanças Públicas. GEN Atlas. Edição do Kindle.
- ▶ Krugman, Paul; Wells, Robin. Microeconomia 3ª Edição . Edição do Kindle.
- ▶ Musgrave, Richard - Public Finance In Theory and Practice (Inglês) 5th edition.
- ▶ Pindyck, Robert; Rubinfeld, Daniel. Microeconomia (p. 619). Edição do Kindle.
- ▶ Riani, Flávio. Economia do Setor Público - Uma Abordagem Introdutória. LTC. Edição do Kindle.
- ▶ Varian, Hal. Microeconomia . Elsevier Editora Ltda.. Edição do Kindle.



QUESTÕES COMENTADAS

1. (2016/FGV/CODEBA/Analista Portuário - Economista)

Uma economia de escambo é formada apenas por duas tribos, na qual uma tribo detém todos os recursos e, a outra, não detém nada.

Essa alocação inicial atende ao princípio de

- a) equidade, visto que o indicador de desigualdade é igual a unidade.
- b) eficiência de Pareto, segundo a curva de Engel.
- c) equilíbrio de mercado e, portanto, é eficiente de acordo com o Segundo Teorema de Bem-Estar.
- d) ótimo de Pareto, visto que não é possível melhorar a situação de uma das tribos sem piorar a da outra.
- e) eficiência e, a partir dessa alocação, o livre mercado chega a um equilíbrio pelo Primeiro Teorema de Bem-Estar.

Comentários:

Se há apenas duas tribos, a única forma de melhorar a situação da tribo que não tem nada é tirar algo da tribo que tem tudo.

Isso significará, necessariamente, piora da situação da tribo que tem tudo.

Portanto, a situação é eficiente no sentido de Pareto: não é possível melhorar a situação de uma das partes sem piorar a situação de pelo menos uma delas.

PS: eficiência de Pareto e ótimo de Pareto são termos equivalentes.

Gabarito: "d"

2. (2016/FCC/PGE-MT/Analista - Economista)

A eficiência produtiva é mais provável de ser atingida em

- a) monopólio.
- b) competição monopolística.
- c) oligopólio.
- d) competição perfeita.
- e) monopólio natural.

Comentários:

Podemos marcar com tranquilidade a alternativa "d": o mercado em concorrência perfeita é aquele no qual a eficiência é atingida naturalmente.



Isso também pode ocorrer no oligopólio (letra "c"), caso as empresas ajam como competidoras, e não cooperem entre si, mas ainda é mais provável que ocorra na concorrência perfeita.

Gabarito: "d"

3. (2008/FCC/TCE-SP/Auditor do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo)

Uma situação econômica é dita eficiente de Pareto quando:

- a) é impossível melhorar o bem-estar de um agente econômico sem piorar o de outro.
- b) não é possível aumentar a utilidade marginal da renda sem aumentar o preço.
- c) o excedente do consumidor é igual ao excedente do produtor.
- d) o nível de bem-estar é o mesmo para todos os indivíduos.
- e) os rendimentos são distribuídos igualmente.

Comentários:

A questão pede apenas que você conheça o conceito de eficiente de Pareto, corretamente definido na alternativa "a".

Gabarito: "a"

4. (2013/CEBRASPE-CESPE/ANCINE/Especialista em Regulação)

Uma economia possui os bens A, B e C e os consumidores X, Y e Z, com as seguintes preferências:

X prefere o bem A ao bem B e é indiferente entre B e C;

Y prefere o bem B ao bem A e é indiferente entre A e C;

Z é indiferente entre todos os bens.

De acordo com essas informações, julgue o item abaixo.

Se forem permitidas trocas entre os consumidores, uma alocação por sorteio, em que X receba o bem C, Y receba o bem B e Z receba o bem A, é considerada eficiente no sentido de Pareto.

Comentários:

Vamos montar uma pequena tabela que nos ajudará a raciocinar.

Na vertical, colocaremos os consumidores X, Y e Z, enquanto na horizontal colocaremos os bens A, B e C. Nas células, atribuiremos valores arbitrários com a finalidade de ordenar as preferências de cada consumidor.

Por exemplo, a consumidor "X" prefere o bem "A" a todos os demais, por isso vamos dizer que esse bem vale "2" para ele, e os demais valem "1", afinal ele é indiferente entre B e C. Repetindo o raciocínio para os demais bens e consumidores, teremos algo assim:



	A	B	C
X	2	1	1
Y	1	2	1
Z	1	1	1

Agora, vamos demonstrar o que ocorre caso a alocação seja aquela do enunciado: "Se forem permitidas trocas entre os consumidores, uma alocação por sorteio, em que X receba o bem C, Y receba o bem B e Z receba o bem A, é considerada eficiente no sentido de Pareto."

	A	B	C
X	2	1	1
Y	1	2	1
Z	1	1	1

Observe que o consumidor "Y" está obtendo o melhor resultado possível, afinal ele de fato prefere o bem "B" a todos os demais.

O consumidor "X", por outro lado, estaria melhor com o bem "A", que é seu preferido. Como o consumidor "Z", que está com o bem "A", é indiferente a todos os bens, é viável uma troca entre "X" e "Z", melhorando a situação do consumidor "A", sem piorar a situação de ninguém.

Portanto, a alocação realizada por sorteio não é eficiente no sentido de Pareto.

Gabarito: Errado

5. (2018/FCC/CLDF/Consultor Legislativo - Regulação Econômica)

O equilíbrio geral determina simultaneamente preços e quantidades em todos os mercados.

Entre outros aspectos, essa condição de equilíbrio leva em conta que

- a) as variações de preços e quantidades são determinadas pelas mais diferentes externalidades que afetam as condições de oferta e demanda.
- b) todos os mercados tendem à concorrência perfeita no longo prazo.
- c) um ajuste de preço ou de quantidade em determinado mercado é causado pelos ajustes de preços ou quantidades em mercados relacionados.
- d) a renda dos consumidores é equitativa.
- e) ações regulatórias de governo objetivam a busca do equilíbrio geral.

Comentários:

A análise de equilíbrio geral determina preços e quantidades que igualam oferta e demanda em todos os mercados, para tanto, considera os efeitos feedback que um mercado causa no outro.

Vejamos os motivos de as demais alternativas estarem erradas.



a) Externalidades são falhas de mercado que não recaem sobre o sistema de formação de preços. Por isso que ocorrem as externalidades, porque elas geram um custo ou benefício externo que não é incorporado ao preço.

b) A existência de barreiras de entrada em monopólios e oligopólios, por exemplo, garante que esses mercados continuarão estruturalmente diferentes da concorrência perfeita.

c) Essa conclusão simplesmente não tem a ver com o modelo de equilíbrio geral.

e) O equilíbrio geral é um resultado "de mercado", e não da intervenção do governo.

Gabarito: "c"

6. (2018/FGV/CGM NITERÓI/Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental)

No equilíbrio de mercado que é ótimo de Pareto, pode-se concluir que

a) é possível melhorar o bem-estar de uma pessoa sem piorar o das demais.

b) há espaço para elevar a utilidade de todas as classes de renda.

c) a aplicação de um imposto piora o poder de compra dos consumidores.

d) qualquer alteração no equilíbrio leva a uma piora de, pelo menos, uma pessoa da sociedade.

e) para qualquer dotação inicial, esse equilíbrio será o de mercado competitivo.

Comentários:

A essa altura você certamente reconhece a importância de ter o conceito de ótimo de Pareto muito bem memorizado, da forma como aparece na alternativa "d".

Gabarito: "d"

7. (2019/FCC/AFAP/Analista de Fomento - Economista)

Uma característica básica dos bens públicos é que

a) são rivais e não exclusivos.

b) as pessoas podem ser impedidas de consumi-los.

c) são exclusivos e não rivais.

d) apresentam custo marginal de produção igual a zero para um consumidor adicional.

e) são rivais e exclusivos.

Comentários:

Vamos revisar o que vimos nesta aula em relação ao custo marginal de bens públicos.



O custo marginal é o custo de produzir e ofertar uma unidade adicional de um bem.

Para ofertar uma unidade adicional de pão, o custo marginal é o custo da farinha, do fermento, da água, do trabalho. Mas pão não é um bem público.

Nesse sentido, qual é o custo marginal de um parque público? Qual é o custo marginal da segurança pública? Para os bens públicos, quando nasce uma pessoa, não há aumento relevante no custo de segurança. Quando você decide caminhar no parque, o aumento nos custos em manter esse parque é ínfimo.

Para todos os efeitos, **o custo marginal dos bens públicos pode ser considerado zero.**

A alternativa "a" está errada por afirmar que bens públicos são rivais, uma vez que eles são não rivais, enquanto o erro das alternativas "b" e "c" é dizer que são exclusivos (são não exclusivos). Por fim, "e" está errada porque afirma as duas coisas.

Bens públicos são: **não rivais** e **não exclusivos**.

Gabarito: "d"

8. (2016/IBFC/CM ARARAQUARA/Agente de Controle Interno)

Nos Estados modernos, a política de gastos, ou política fiscal do governo, tem três principais funções: distributiva, estabilizadora e alocativa. Assinale a alternativa que apresenta a ordem correta, de cima para baixo, dessas funções financeiras.

() Diz respeito ao fornecimento de bens públicos, que são aqueles cuja utilização por um indivíduo não implica a indisponibilidade para os outros indivíduos. Como o mercado não tem mecanismos de fornecimento e financiamento desses bens, o governo deve oferecê-los à sociedade.

() É a mais complexa das três. Ocupando uma posição de destaque na determinação da política fiscal e dos pagamentos de transferências. Tem como objetivo distribuir a renda, e a riqueza à população de modo mais equilibrado, minimizando diferenças que o sistema de mercado provoca em sua distribuição.

() Proposta pela teoria Keynesiana, tem por objetivo alcançar um elevado nível de emprego, uma razoável estabilidade no nível de preços, o equilíbrio na balança de pagamentos e uma aceitável taxa de crescimento econômico. Essa função regula a sintonia entre a oferta e a demanda agregada da economia.

a) Função Alocativa- Função Distributiva- Função Estabilizadora.

b) Função Estabilizadora - Função Alocativa- Função Distributiva

c) Função Distributiva- Função Estabilizadora - Função Alocativa.

d) Função Alocativa- Função Estabilizadora - Função Distributiva

Comentários:



() Diz respeito ao fornecimento de bens públicos, que são aqueles cuja utilização por um indivíduo não implica a indisponibilidade para os outros indivíduos. Como o mercado não tem mecanismos de fornecimento e financiamento desses bens, o governo deve oferecê-los à sociedade.

Reforçando: falou em fornecimento de bens públicos, falou em **política alocativa**. A assertiva apenas os conceitua (corretamente) e depois justifica essa função pela ausência de interesse do mercado em provê-los à sociedade que os demanda.

() É a mais complexa das três. Ocupando uma posição de destaque na determinação da política fiscal e dos pagamentos de transferências. Tem como objetivo distribuir a renda, e a riqueza à população de modo mais equilibrado, minimizando diferenças que o sistema de mercado provoca em sua distribuição.

Quanto a ser a mais complexa das três, acredito haver certa dose de subjetivismo. De toda forma, falar em distribuir renda por meio da política fiscal torna clara a relação com a **função distributiva**.

() Proposta pela teoria Keynesiana, tem por objetivo alcançar um elevado nível de emprego, uma razoável estabilidade no nível de preços, o equilíbrio na balança de pagamentos e uma aceitável taxa de crescimento econômico. Essa função regula a sintonia entre a oferta e a demanda agregada da economia.

Só sobrou a **função estabilizadora**, que realmente está de acordo com a descrição dessa assertiva. A novidade aqui é que se deve buscar "o equilíbrio na balança de pagamentos", algo que nunca vi outra banca colocar, e acredito que há controversas. Contudo, não compromete a conclusão.

Gabarito: "a"

9. (2018/FGV/CGM-NITERÓI/Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental)

Leia o trecho a seguir.

A política pública financiada pela _____, que visa distribuir gratuitamente aparelhos auditivos para crianças com deficiência auditiva grave, é do tipo _____.

Assinale a opção cujos termos completam corretamente as lacunas do trecho acima.

- a) sociedade como um todo - distributiva
- b) camada mais rica da sociedade - distributiva
- c) sociedade como um todo - redistributiva
- d) camada mais rica da sociedade - regulatória
- e) sociedade como um todo - regulatória

Comentários:




Como mencionei durante a aula, não é comum as bancas explorarem a diferença entre "distributiva" e "redistributiva". Mas aqui ocorreu exatamente isso.

Uma política pública financiada pela camada mais rica da sociedade, seria do tipo redistributiva, tornando "b", "c", e "d" erradas.

Na minha opinião, a letra "e" não está necessariamente errada, embora a distribuição gratuita dos aparelhos dê um caráter mais "distributivo" do que "alocativo".

Mas, na prova, marcamos a mais certa, e nesse caso a letra "a" está perfeita, como vimos no box que reproduz a seguir, pare revisão:



Embora função distributiva e função redistributiva sejam termos tratados como sinônimos, há uma diferença entre política distributiva e política redistributiva:

Política distributiva: quando um benefício para as camadas mais pobres de sociedade é custeado (financiado) pela *sociedade como um todo*.

Política redistributiva: quando um benefício para as camadas mais pobres de sociedade é custeado (financiado) pela *camada mais rica da sociedade*.

Gabarito: "a"

10. (2018/FGV/ALERO/Consultor Legislativo - Assessoramento em Orçamentos)

Sobre os objetivos da função estabilizadora do governo, assinale a afirmativa correta.

- a) Deve realizar parcerias com o setor privado para fornecer bens públicos.
- b) Busca reformular os tributos com o fim de melhorar a distribuição de renda.
- c) Deve utilizar a política monetária para manter a taxa inflacionaria em níveis reduzidos.
- d) Busca definir a contribuição de cada consumidor para financiar algum bem público.
- e) Pretende melhorar as condições de moradia da população de baixa renda.

Comentários:

Vejamos com qual função do governo cada alternativa está mais relacionada:

- a) Deve realizar parcerias com o setor privado para fornecer bens públicos. -> **alocativa**
- b) Busca reformular os tributos com o fim de melhorar a distribuição de renda. -> **distributiva**
- c) Deve utilizar a política monetária para manter a taxa inflacionaria em níveis reduzidos. -> **estabilizadora**



- d) Busca definir a contribuição de cada consumidor para financiar algum bem público. -> **alocativa**
- e) Pretende melhorar as condições de moradia da população de baixa renda. -> **distributiva**

Gabarito: "c"

11. (2018/FGV/ALERO/Analista Legislativo - Economia)

A política de preços praticada pela Petrobras, a partir de 2016, definiu que o preço dos combustíveis no Brasil seria pautado pela cotação do barril de petróleo no mercado internacional, em dólar.

O exemplo acima indica o seguinte tipo de função econômica governamental:

- a) estabilizadora.
- b) alocativa.
- c) distributiva.
- d) reguladora.
- e) concedente.

Comentários:

Embora a política descrita seja contrária ao que se esperaria em termos de estabilização, podendo ser chamada de algo como "política desestabilizadora", a melhor alternativa ainda é a letra "a".

Apenas para esclarecer, a política estabilizadora tem, entre seus objetivos, o controle do nível de preços (inflação). A política descrita, em uma situação de elevação da taxa de câmbio (encarecimento do dólar) teria o duplo efeito inflacionário de:

1. encarecer os insumos importados em geral, provocando elevação no preço dos bens que usam esses insumos;
2. encarecer um dos insumos mais essenciais de todos: o combustível.

Sendo assim, apesar de ser muito suspeita como política estabilizadora, certamente não é alocativa nem distributiva, enquanto "concedente" não existe, e "regulatória" é um termo amplo demais.

Gabarito: "a"

12. (2018/FGV/ALERO/Consultor Legislativo - Assessoramento em Orçamentos)

Sobre os objetivos da função estabilizadora do governo, assinale a afirmativa correta.

- a) Deve realizar parcerias com o setor privado para fornecer bens públicos.
- b) Busca reformular os tributos com o fim de melhorar a distribuição de renda.
- c) Deve utilizar a política monetária para manter a taxa inflacionária em níveis reduzidos.



- d) Busca definir a contribuição de cada consumidor para financiar algum bem público.
- e) Pretende melhorar as condições de moradia da população de baixa renda.

Comentários:

Nesta questão, vale a pena identificar cada uma das funções exercidas nas alternativas:

- a) Deve realizar parcerias com o setor privado para fornecer bens públicos. **Alocativa**
- b) Busca reformular os tributos com o fim de melhorar a distribuição de renda. **Distributiva**
- c) Deve utilizar a política monetária para manter a taxa inflacionária em níveis reduzidos. **Estabilizadora**
- d) Busca definir a contribuição de cada consumidor para financiar algum bem público. **Alocativa**
- e) Pretende melhorar as condições de moradia da população de baixa renda. **Distributiva**

Gabarito: "c"

13. (2019/FCC/AFAP/Analista de Fomento - Crédito)

Uma situação passível de consideração na análise dos tipos de bens é a figura do "carona". Ele

- a) estimula a produção de bens públicos.
- b) existe quando os bens são exclusivos.
- c) dificulta a oferta eficiente de bens pelos mercados.
- d) não é passível de solução.
- e) é uma característica inerente aos bens privados.

Comentários:

Uma consequência da não exclusividade é o chamado **problema dos caronas**, ou *free riders*, que são os indivíduos que desfrutam dos bens sem contribuir para isso.

Por exemplo: morei em um bairro residencial onde um guarda fazia rondas noturnas, cobrando R\$30 por casa a cada mês. Contudo, como ninguém é obrigado a aderir, e como todos se beneficiam do serviço, pagando ou não, muitos vizinhos simplesmente não pagavam.

Isso dificulta a oferta desse tipo de bem pelo mercado, e por isso a Polícia e a Justiça são financiadas por impostos. A alternativa "c" é nosso gabarito.

O problema do carona é inerente aos bens não rivais e não exclusivos, ou seja, é parte dos bens públicos (e por isso "e" está errada). Mas não é um estímulo para oferta de bens públicos - nem



para o governo, menos ainda pela iniciativa privada - como diz a alternativa "a". O que estimula a oferta de bens públicos são as externalidades positivas.

O erro da alternativa "b" é mais claro: se fosse possível excluir com facilidade os caronas, nem daria para chamar de "problema", não é?

Uma das soluções para o problema do carona é tornar o pagamento compulsório por todos que dele desfrutam por meio de impostos, de forma que a alternativa "d" está errada.

Gabarito: "c"

14. (2016/FGV/CODEBA/Analista Portuário - Economista)

Relacione as funções econômicas do governo às respectivas características.

1. Função Alocativa
2. Função Distributiva
3. Função Estabilizadora

() nessa função, justifica-se a intervenção do setor público no investimento em infraestrutura, dado o potencial deste na geração de externalidades positivas para toda a economia.

() nessa função, a imposição de um imposto sobre heranças pode subsidiar o aumento da faixa de renda isenta do Imposto sobre a Renda (IR).

() nessa função, com o esgotamento do modelo de crescimento baseado na expansão da demanda, o governo pode adotar políticas que estimulem o lado da oferta da economia.

Assinale a alternativa que mostra a relação correta, de cima para baixo.

- a) 3 - 2 - 1.
- b) 3 - 1 - 2.
- c) 2 - 1 - 3.
- d) 1 - 3 - 2.
- e) 1 - 2 - 3.

Comentários:

(1) *nessa função, justifica-se a intervenção do setor público no investimento em infraestrutura, dado o potencial deste na geração de externalidades positivas para toda a economia.*

Externalidades positivas são comuns em bens públicos. A infraestrutura, como estradas, portos, rede de energia, são bens que promovem benefícios para a sociedade como um todo. Enfim, aqui temos a **função alocativa**.

(2) *nessa função, a imposição de um imposto sobre heranças pode subsidiar o aumento da faixa de renda isenta do Imposto sobre a Renda (IR).*



A faixa isenta do IR é para rendas menores, enquanto heranças são mais notadas nas camadas mais ricas da população. Portanto, trata-se de **função distributiva**.

(3) nessa função, com o esgotamento do modelo de crescimento baseado na expansão da demanda, o governo pode adotar políticas que estimulem o lado da oferta da economia.

Crescimento econômico é um dos objetivos da **função estabilizadora**, assim como o controle de nível de preços (estimular a oferta quando a demanda é excessiva).

Gabarito: "e"

15. (2011/FGV/SEFAZ RJ/Analista de Controle Interno)

A respeito do conceito de bens públicos, é correto afirmar que

- a) têm como propriedade serem bens rivais.
- b) têm como propriedade serem bens alienáveis.
- c) são sempre produzidos diretamente pelo Estado.
- d) têm como propriedade serem não excludentes.
- e) são produzidos por pequenos comerciantes.

Comentários:

Bens públicos, reforço, são não rivais e não excludentes (letra "d"). Mas vejamos os erros das demais alternativas.

a) têm como propriedade serem bens rivais.

Errado. Pelo contrário, são "não rivais".

b) têm como propriedade serem bens alienáveis.

Errado. Em regra, são "não alienáveis", como a Segurança Pública e a Justiça. Uma praça pública, por outro lado, poderia ser alienada. Ao menos do ponto de vista técnico.

c) são sempre produzidos diretamente pelo Estado.

Errado. O Estado pode apenas estimular sua produção, custeando o fornecimento. Exemplo: um show de fogos de artifício no Ano Novo, pago pelo governo (com impostos), mas produzido por uma empresa privada vencedora de uma licitação.

e) são produzidos por pequenos comerciantes.

Errado. Apenas muito errado e sem sentido.

Gabarito: "d"



16. (2018/FCC/SABESP/Analista de Gestão - Economia)

No tocante aos bens públicos,

- a) para qualquer nível específico de produção, o custo marginal de sua produção é crescente para um consumidor adicional, uma vez que são bens “não rivais”.
- b) seu nível eficiente de provisão, diferentemente dos bens privados, não se dá quando o custo marginal se iguala ao benefício marginal percebido por todos os usuários que usufruem do bem.
- c) os consumidores podem ser impedidos de seu consumo, porque são bens “não exclusivos”.
- d) observada a característica de não exclusividade, falhas alocativas podem ocorrer em função dos chamados “consumidores caronas”, isto é, aqueles que não pagam pelo bem, na expectativa de que outros o façam.
- e) estes não podem, sob hipótese alguma, ser ofertados privadamente.

Comentários:

O problema dos caronas, decorrente da não exclusividade dos bens, está corretamente definido na alternativa “d” - nosso gabarito.

O custo marginal crescente é uma realidade para **bens rivais**, e não para bens não rivais, como afirma a letra “a”.

O erro da alternativa “b” é algo que foge ao escopo, mas podemos pontuar que o nível eficiente de provisão sempre ocorre quando benefício marginal iguala o custo marginal.

Os bens públicos são não exclusivos, então não se pode impedir seu consumo, ao contrário do que se afirma na alternativa “c”.

Por fim, “e” está errada, pois o governo pode atuar como regulador de empresas que ofertem bens públicos. Algo também estudado em outro assunto (regulação).

Gabarito: “d”

17. (2015/FGV/TCM-SP/Agente de Fiscalização - Economia)

Relacione as funções do governo com suas respectivas características ou descrições.

1. Função Alocativa
2. Função Distributiva
3. Função Estabilizadora

() O mecanismo eleitoral é imprescindível para que uma sociedade revele suas preferências de distribuição dos recursos públicos disponíveis na provisão de bens e serviços por parte do Estado.

() Uma taxa de inflação elevada tende a impactar mais fortemente os mais pobres, visto que estes têm maior perda de poder de compra de seus rendimentos. Essa é uma das razões pelas quais o governo deve usar a política monetária e fiscal para combater a inflação.



() A tributação de grandes fortunas pode ser um mecanismo importante para financiar programas de construção de moradias populares.

A relação correta, de cima para baixo, é:

- a) 1, 2 e 3;
- b) 1, 3 e 2;
- c) 2, 1 e 3;
- d) 2, 3 e 1;
- e) 3, 1 e 2.

Comentários:

Bens públicos, inflação e tributação são termos quase sempre relacionados, respectivamente, às funções alocativa, estabilizadora e distributiva. Nessa questão, não é diferente.

Gabarito: "b"

18. (2014/FGV/DPE RJ/Técnico Superior Especializado - Economia)

Suponha que existam 3 tipos de governo: A, B e C. O governo A prioriza a qualidade na oferta de bens públicos para a população. Por sua vez, o governo B prioriza reformas tributárias que visem à redução do índice de Gini dos rendimentos da população. Por fim, o governo C lança mão de uma política econômica que estimule a geração de empregos, mas, ao mesmo tempo, mantenha os preços estáveis. Logo, os governos A, B e C exercem, respectivamente, funções

- a) alocativa, distributiva e estabilizadora.
- b) distributiva, alocativa e estabilizadora.
- c) alocativa, estabilizadora e distributiva.
- d) distributiva, estabilizadora e alocativa.
- e) estabilizadora, alocativa e distributiva.

Comentários:

Oferta de bens públicos, como faz o governo A, é exercício da função alocativa. Note que isso já nos deixa entre "a" e "c".

O governo B busca reduzir o índice de Gini, que mede a desigualdade de renda de uma sociedade, ou seja, busca reduzir a desigualdade: função distributiva, e temos nosso gabarito.

Para fechar, o governo C trabalha em geração de empregos e controle de preços, dois objetivos da função estabilizadora (só faltou mencionar o crescimento econômico).

Gabarito: "a"



19. (2014/FGV/ALBA/Técnico de Nível Superior - Economia)

O governo FHC ficou marcado pelo fim das altas taxas de inflação. Por sua vez, o governo Lula ficou marcado pela redução da pobreza e desigualdade. Nesse sentido, os governos FHC e Lula atenderam, respectivamente, às seguintes funções básicas do governo:

- a) alocativa e distributiva.
- b) alocativa e estabilizadora.
- c) distributiva e alocativa.
- d) estabilizadora e distributiva.
- e) estabilizadora e alocativa.

Comentários:

A controle da **inflação** é um dos três objetivos da função **estabilizadora**. Isso nos deixa entre as alternativas "d" e "e".

Enquanto a redução da pobreza e da desigualdade estão relacionadas à função **distributiva**.

Gabarito: "d"

20. (2015/FCC/TCM-GO/Auditor Conselheiro Substituto)

Os bens públicos têm por característica serem

- a) bens rivais e excludentes.
- b) bens rivais e não excludentes.
- c) bens não rivais e excludentes.
- d) apenas bens não excludentes, podendo ser rivais ou não rivais.
- e) bens não rivais e não excludentes.

Comentários:

Os bens públicos puros são não rivais e não excludentes. Isso elimina todas as alternativas, exceto nosso gabarito.

Se tivesse falado de bens "semipúblicos", a alternativa "c" seria o gabarito.

Contudo, quando vier apenas "bens públicos", tome por bens públicos puros, que precisam ser não rivais e não excludentes.

Gabarito: "e"



21. (2018/FGV/SEFIN-RO/Auditor Fiscal de Tributos Estaduais)

Quando uma rua é inaugurada, ela pode ser considerada um bem público.

Com o trânsito em determinados horários, no entanto, ela deixa de ser um bem público, porque

- a) perde a característica de não excludência.
- b) o uso excessivo a torna um bem rival.
- c) há a presença de transporte público e carros particulares.
- d) gera poluição, incorrendo em externalidade negativa.
- e) a existência de trânsito gera o mesmo efeito da implementação de um pedágio.

Comentários:

Devemos racionar que a característica de “não rivalidade” é relativa. Ou seja, algum bem pode ser não rival até determinado ponto, quando se torna rival.

Pense numa sala de aula. Enquanto não atinge sua lotação, a educação fornecida nessa sala é um não rival, algo que muda quando a sala está cheia: nesse ponto, não é possível admitir um novo aluno (consumidor) sem privar outro aluno.

O mesmo ocorre com a estrada: em horários de pico, a rivalidade fica evidente, e a perda da não rivalidade deixa de a qualificar como um bem público. Em outras palavras:

b) o uso excessivo a torna um bem rival.

Gabarito: “b”

22. (2024/CESGRANRIO/IPEA/Técnico de Planejamento e Pesquisa)

A Constituição Federal do Brasil de 1988 determina que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, e que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho. A etapa do ensino fundamental é provida de forma gratuita pelo Governo para parte da sociedade que não tem acesso à provisão privada.

Nesse contexto, conclui-se que a(o)

- a) educação sempre pode ser considerada como um bem público.
- b) educação, como é parcialmente financiada pelo poder público, pode ser caracterizada como um bem público.
- c) rivalidade na oferta de educação sempre existirá, independentemente da tecnologia utilizada.
- d) financiamento público de parte da educação pode ser justificado pela externalidade social que é gerada.
- e) nível eficiente da provisão é dado diretamente pela comparação entre o seu benefício marginal e seu custo marginal, já que a educação é parcialmente financiada pelo poder público.

Comentários:



Para responder à questão, precisamos analisar o papel do financiamento público na educação e como ele se relaciona com conceitos econômicos, como bens públicos e externalidades.

A educação, especialmente a educação fundamental gratuita provida pelo governo, gera externalidades positivas. Externalidades são efeitos colaterais positivos ou negativos de uma atividade que afetam terceiros que não estão diretamente envolvidos nessa atividade. No caso da educação, os benefícios sociais incluem uma população mais instruída, aumento da produtividade, redução da criminalidade, entre outros.

Vamos analisar cada alternativa:

a). Educação sempre pode ser considerada como um bem público.

Isso não é necessariamente verdade, pois um bem público é definido por ser não-excludente e não-rival. A educação pode ter características de bem público, especialmente em níveis básicos e em contextos específicos, mas não "sempre" se enquadra nessa categoria.

b) Educação, como é parcialmente financiada pelo poder público, pode ser caracterizada como um bem público.

O financiamento parcial pelo poder público não é suficiente para caracterizar a educação como um bem público. As características de um bem público (puro) dependem de sua natureza não-excludente e não-rival.

c). Rivalidade na oferta de educação sempre existirá, independentemente da tecnologia utilizada.

Isso também não é necessariamente verdade, pois a tecnologia pode reduzir a rivalidade, como no caso da educação online, onde o número de alunos atendidos pode ser ampliado sem prejudicar a qualidade.

d) Financiamento público de parte da educação pode ser justificado pela externalidade social que é gerada.

Correto. O financiamento público pode ser justificado pelas externalidades positivas que a educação gera. A educação proporciona benefícios sociais que justificam a intervenção do governo para garantir seu acesso.

e) Nível eficiente da provisão é dado diretamente pela comparação entre o seu benefício marginal e seu custo marginal, já que a educação é parcialmente financiada pelo poder público.

Embora a comparação entre benefício marginal e custo marginal seja um critério econômico válido, essa alternativa não aborda diretamente a justificação do financiamento público pela externalidade social, que é mais relevante no contexto da questão.

Gabarito: "d"



23. (2016/FGV/CUIABÁ/ Auditor Fiscal Tributário da Receita Municipal)

Considere as duas situações a seguir:

Situação 1: um consumidor vai a um supermercado e compra um refrigerante por um determinado preço. O produto é prontamente substituído por outro do estoque.

Situação 2: um parque público é inaugurado, mas, em pouco tempo, fica sujo devido à falta de limpeza e de fiscalização por parte do ente público.

As situações 1 e 2 descrevem, respectivamente, casos de bens

- a) excludentes e públicos.
- b) rivais e excludentes.
- c) privados e públicos.
- d) privados e rivais.
- e) privados nos dois casos.

Comentários:

A situação 1 é relativamente mais simples: o refrigerante é um bem privado, pois ao mesmo tempo ele é exclusivo (só consome se pagar por ele) e rival (o consumo por uma pessoa impede o consumo de outra).

Com isso, ficamos entre as alternativas "c", "d" e "e".

Já a situação 2 é meio traiçoeira. Veja que a sujeira evidencia a perda da "não rivalidade", ou seja, ao frequentar o parque, algumas pessoas estão prejudicando a experiência das outras. Além disso, também está evidente o custo marginal não desprezível: limpeza e fiscalização custam, e estão sendo exigidas.

Sendo assim, não podemos falar que é um bem público (no sentido econômico): tornou-se um bem "comum", ou semipúblico, pois tornou-se rival.

Gabarito: "d"

24. (2020/FCC/ALAP/Analista Legislativo - Economista)

As falhas de mercado impedem que se obtenha a máxima eficiência na alocação dos recursos da economia. Nesse sentido,

- a) mercados incompletos são caracterizados pela inexistência de demanda pelo bem, impedindo a sua viabilização.
- b) a presença de informação assimétrica pode ocasionar o problema do risco moral nos mercados de seguros de automóveis.
- c) um bem não rival pode ser subofertado em virtude de o custo marginal de produção do bem exceder o seu benefício marginal social.
- d) a poluição do meio ambiente não pode ser considerada uma falha de mercado, na medida em que ela não afeta as decisões das firmas e dos consumidores.



e) externalidades positivas, como a arborização de ruas ou a vacinação da população contra doenças transmissíveis, são eficientemente ofertadas pelos mercados, dados os claros benefícios sociais que elas geram.

Comentários:

Mercado incompletos são caracterizados pela ausência de oferta, mesmo que exista uma demanda. Portanto, errada a letra "a".

De fato, a assimetria de informação permite a ocorrência do risco moral: apenas por uma parte não possuir toda a informação é que a outra pode vir a prejudicá-la alterando seu comportamento. Assim, a letra "b" é o gabarito.

A letra "c" está errada. Um bem não rival tem custo marginal praticamente zero. O benefício social, por outro lado, não é nulo, e é superior ao benefício privado do produtor desse bem. Por isso, a oferta tende a ser inferior àquela que seria ótima.

A poluição do meio ambiente é o exemplo clássico de externalidade negativa e, portanto, uma falha de mercado. Letra "d" errada.

Por fim, a letra "e" está errada porque as externalidades positivas não são consideradas pelo produtor, já que ele não percebe nenhum benefício direto proveniente delas. Assim, o produtor tende a oferta uma quantidade menor do que aquela que seria socialmente desejável, cabendo ao Estado estimular maior nível de produção.

Gabarito: "b"

25. (2013/FCC/SEFAZ SP/Agente Fiscal de Rendas - Gestão Tributária)

Associe o número do conceito na coluna à esquerda aos parênteses na coluna à direita:

1. Mercado de créditos de carbono.	(...) Bens de consumo não rival.
2. Bens cujo consumo é não excludente e não rival.	(...) Caronas (<i>free riders</i>).
3. Bens cujo consumo é não excludente e rival.	(...) Licenças negociáveis para poluir.
4. Não desejam pagar por bens não excludentes.	(...) Bens de propriedade comum.
5. Bens cujo custo marginal de produção é nulo.	(...) Bens públicos.

A sequência correta é:

- a) 1, 4, 5, 2, 3.
- b) 1, 3, 5, 2, 4.
- c) 4, 3, 1, 2, 5.
- d) 5, 4, 1, 3, 2.
- e) 5, 3, 4, 1, 2.

Comentários:

Vamos começar pelo mais fácil. O item 4 conceitua, corretamente, os caronas:



1. Mercado de créditos de carbono.	(...) Bens de consumo não rival.
2. Bens cujo consumo é não excludente e não rival.	(4) Caronas (<i>free riders</i>).
3. Bens cujo consumo é não excludente e rival.	(...) Licenças negociáveis para poluir.
4. Não desejam pagar por bens não excludentes.	(...) Bens de propriedade comum.
5. Bens cujo custo marginal de produção é nulo.	(...) Bens públicos.

E isso já nos deixa com apenas duas alternativas possíveis: "a" ou "d".

O item 2, por sua vez, trata de bens públicos:

1. Mercado de créditos de carbono.	(...) Bens de consumo não rival.
2. Bens cujo consumo é não excludente e não rival.	(4) Caronas (<i>free riders</i>).
3. Bens cujo consumo é não excludente e rival.	(...) Licenças negociáveis para poluir.
4. Não desejam pagar por bens não excludentes.	(...) Bens de propriedade comum.
5. Bens cujo custo marginal de produção é nulo.	(2) Bens públicos.

E pronto! Já temos o gabarito. Mas vamos adiante.

Os bens cujo consumo é não excludente mas rival são os bens comuns, ou bens de propriedade comum, como os peixes do mar, ou a fauna e a flora amazônicas:

1. Mercado de créditos de carbono.	(...) Bens de consumo não rival.
2. Bens cujo consumo é não excludente e não rival.	(4) Caronas (<i>free riders</i>).
3. Bens cujo consumo é não excludente e rival.	(...) Licenças negociáveis para poluir.
4. Não desejam pagar por bens não excludentes.	(3) Bens de propriedade comum.
5. Bens cujo custo marginal de produção é nulo.	(2) Bens públicos.

A não rivalidade significa que ofertar uma unidade a mais do bem, não tem custo adicional, pois o consumo do novo consumidor não "atrapalha" o consumo dos demais (ficou doído de ler, eu sei, mas vale a pena para deixar claro). É o caso da segurança pública, por exemplo:

1. Mercado de créditos de carbono.	(5) Bens de consumo não rival.
2. Bens cujo consumo é não excludente e não rival.	(4) Caronas (<i>free riders</i>).
3. Bens cujo consumo é não excludente e rival.	(...) Licenças negociáveis para poluir.
4. Não desejam pagar por bens não excludentes.	(3) Bens de propriedade comum.
5. Bens cujo custo marginal de produção é nulo.	(2) Bens públicos.

Por fim, o mercado de créditos de carbono é algo que não está em nosso edital, mas são justamente licenças negociáveis para poluir: os países (ou empresas) que desejam produzir bens que geram poluição, pagam para compensar as externalidades negativas geradas no processo.



Gabarito: "d"

26. (2013/FCC/TCE-SP/Auditor do Tribunal de Contas do Estado)

São características apresentadas simultaneamente pelos bens públicos:

- a) Consumo rival e possibilidade de exclusão no seu consumo de quem não se disponha a pagar pelo bem.
- b) Externalidades positivas e consumo rival.
- c) Consumo não rival e impossibilidade de exclusão do seu consumo de quem não se disponha a pagar pelo bem.
- d) Externalidades negativas e possibilidade de exclusão do seu consumo por quem não se disponha a pagar pelo bem.
- e) Utilidade marginal decrescente e externalidades negativas.

Comentários:

Parece que nunca é demais repetir que os bens públicos são não rivais e não excludentes, não é?

As alternativas "a" e "d" estabelecem "possibilidade de exclusão", ou seja, definem bens públicos como excludentes, e isso está errado.

Enquanto a alternativa "b" os denomina como "rivais".

Por fim, os bens públicos têm custos marginais decrescentes, e não utilidade marginal decrescentes.

Quanto às externalidades positivas ou negativas, temos que elas podem ou não existir para bens públicos, e portanto não são características definidoras.

Gabarito: "c"

27. (2012/VUNESP/PREFEITURA DE SJC/Analista em Gestão Municipal)

A obtenção, criação, dispêndio e gestão de recursos materiais e serviços com a finalidade de satisfação das necessidades coletivas conceituam o que se entende por

- a) macroeconomia.
- b) microeconomia.
- c) contabilidade aplicada ao setor público.
- d) finanças públicas.
- e) finanças internacionais.

Comentários:



Nesta questão a banca dá um conceito que considera (e eu também) correto para Finanças Públicas.

Note que o foco aqui é o objetivo das Finanças Públicas, no que tange ao fornecimento e bens públicos.

Gabarito: "d"

28. (2016/INSTITUTO AOCP/EBSERH/Analista Administrativo - Economia)

"[...] Mas é só por seu próprio proveito que um homem emprega seu capital em apoio da indústria; por tanto, sempre se esforçará em usar na indústria, cujo produto tenda a ser de maior valor ou em trocar pela maior quantidade possível de dinheiro ou outros bens... Nisto está, como em outros muitos casos, guiado por uma mão invisível para atingir um fim que não fazia parte de sua intenção. E também não é o pior para a sociedade que isto seja assim. Ao buscar seu próprio interesse, o homem com frequência favorece o da sociedade melhor que quando realmente deseja o fazer [...]". A citação apresentada expressa o funcionamento do capitalismo (e a defesa do livre mercado) na concepção de

- a) Michal Kalecki.
- b) Karl Marx.
- c) John Stuart Mill.
- d) Adam Smith.
- e) John Maynard Keynes.

Comentários:

Falou em mão invisível, lembre-se de Adam Smith, o principal nome da corrente de pensamento agora chamada de clássica.

A mão invisível deve ser entendida como o resultado das forças de mercado que atuariam corrigindo distorções e proporcionando bem-estar à sociedade, em decorrência da busca dos indivíduos por seus interesses individuais.

Gabarito: "d"

29. (2018/VUNESP/PREFEITURA DE SJC/Economista)

São três as funções básicas do governo, sendo que uma delas envolve transferências e subsídios. Trata-se da função

- a) estabilizadora.
- b) judiciária.
- c) distributiva.
- d) alocativa.



e) reguladora.

Comentários:

As transferências e subsídios são os instrumentos utilizados pelo governo para redistribuir a renda, normalmente após tributar as camadas de renda mais elevada da sociedade.

Portanto, estão diretamente ligados à função distributiva, tornando "c" nosso gabarito.

Gabarito: "c"



30. (2019/FCC/AFAP/Analista de Fomento - Economista)

Um objetivo expansionista, tudo mais constante, pode ser alcançado por uma política

- a) fiscal que aumente o gasto do governo.
- b) fiscal que altere alíquotas de tributos, mantendo a arrecadação constante.
- c) monetária que reduza os agregados monetários.
- d) fiscal que reduza o endividamento público.
- e) monetária que aumente a taxa básica de juros da economia.

Comentários:

Nosso quadro deixa claro qual é a opção correta: a alternativa "a".

Políticas Fiscais	
 Expansionistas	 Restritivas
<ul style="list-style-type: none">⇒ Aumento no valor do Bolsa Família (↑G: transferências);⇒ Aumento dos subsídios dos servidores públicos federais (↑G: despesas);⇒ Construção de uma nova sede do Banco Central em Salvador (↑G: despesas);⇒ Redução da alíquota do Imposto de Renda (↓T: impostos);⇒ Isenção de IPI de eletrodomésticos (↓T: impostos).	<ul style="list-style-type: none">⇒ Recriação da CPMF (↑T: impostos);⇒ Fechamento de delegacias da Receita Federal (↓G: despesas);⇒ Aumento de idade mínima para aposentaria (↓G: transferências);⇒ Redução de créditos subsidiados ao agricultor (↓G: transferências);⇒ Criação do Imposto sobre Grandes Fortunas (↑T: impostos).

Vejamos as demais alternativas.

b) fiscal que altere alíquotas de tributos, mantendo a arrecadação constante.



Manter a arrecadação constante significa manter a carga tributária constante e, portanto, não se pode falar em expansão ou contração da política fiscal.

c) monetária que reduza os agregados monetários.

Reduzir os agregados monetários é o mesmo que reduzir a oferta de moeda e, por isso, indica uma política monetária contracionista.

d) fiscal que reduza o endividamento público.

Para reduzir seu endividamento, o governo precisa reduzir seus gastos, aumentar sua arrecadação, ou ambos. Isso significa política fiscal contracionista.

e) monetária que aumente a taxa básica de juros da economia.

O aumento da taxa de juros é indício de uma política monetária contracionista, uma vez que os juros são o preço do dinheiro no tempo.

Gabarito: "a"

31. (2019/FCC/AFAP/Analista de Fomento - Crédito)

Um objetivo contracionista, tudo mais constante, pode ser alcançado por meio de uma política

- a) monetária, que reduza o recolhimento compulsório.
- b) fiscal, que aumente o gasto do governo.
- c) monetária, que aumente a taxa de desconto.
- d) fiscal, que reduza os impostos.
- e) creditícia, que facilite os empréstimos

Comentários:

A única alternativa que traz um exemplo de política contracionista é aquela que fala sobre política monetária contracionista, resultando de aumento da taxa de desconto, acompanhado da consequente redução do "apetite" dos bancos para emprestar e da oferta monetária: a alternativa "c".

Desta vez, vou apenas classificar as políticas das demais alternativas.

a) monetária, que reduza o recolhimento compulsório.

Monetária expansionista.

b) fiscal, que aumente o gasto do governo.

Fiscal expansionista.



d) *fiscal, que reduza os impostos.*

Fiscal expansionista.

e) *creditícia, que facilite os empréstimos*

Monetária expansionista.

Gabarito: "c"

32. (2016/FCC/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA MS/Economista)

O redesconto é um instrumento clássico de política monetária que, se expandido,

- a) pode abrir espaço para os bancos realizarem novas operações de crédito.
- b) reduz as disponibilidades dos bancos.
- c) provoca instantâneo aumento da carteira de crédito do sistema bancário.
- d) não é utilizado em época de crise bancária.
- e) representa um imediato aumento do passivo dos bancos.

Comentários:

Note que a questão se limita ao campo teórico.

Teoricamente, a expansão do redesconto pode abrir espaço para os bancos realizarem novas operações. Então a alternativa "a" está certa.

Ah! Veja que a alternativa "a" estaria errada se falasse que a expansão da taxa de redesconto tem esse efeito, mas não é o caso.

Vejamos as demais alternativas.

b) reduz as disponibilidades dos bancos.

A alternativa tenta confundir com reservas compulsórias. Essas sim reduzem as disponibilidades dos bancos, uma vez que os obrigam a depositar uma parte do dinheiro no Banco Central e, portanto, essa parte não estará mais disponível para ser emprestada.

c) provoca instantâneo aumento da carteira de crédito do sistema bancário.

O redesconto é como se fosse uma linha de crédito que os bancos têm no Banco Central. Ao aumentar a disponibilidade desse crédito, o Banco Central incentiva os bancos a ampliarem suas carteiras. Portanto, não é instantâneo, pois depende de ações posteriores dos bancos.

d) não é utilizado em época de crise bancária.



Como é uma linha de crédito, um de seus principais usos seria em momentos de crises de liquidez, ou seja, quando os bancos têm dificuldades em honrar suas obrigações de curtíssimo prazo.

e) representa um imediato aumento do passivo dos bancos.

Isso ocorre apenas se os bancos utilizarem o crédito, algo que não podemos concluir pelo enunciado.

Gabarito: "a"

33. (2016/FCC/ELETROSUL/Economista)

Com relação aos instrumentos de política monetária

- a) o aumento do recolhimento compulsório provoca efeito contracionista no crédito.
- b) a aquisição, pelo Banco Central, de títulos de propriedade dos bancos reduz a carteira de crédito do sistema bancário.
- c) o efeito do redesconto é reduzido por não poder ser objeto de limite quantitativo.
- d) a decisão do Banco Central, em um modelo de metas de inflação, por uma redução da taxa básica de juros implica no mesmo efeito de uma elevação do recolhimento compulsório.
- e) ocorre destruição de meios de pagamento quando o Banco Central facilita às famílias seu acesso ao crédito.

Comentários:

De fato, o aumento no recolhimento compulsório é uma política monetária contracionista, e "a" é nosso gabarito. Mas vale a pena analisarmos as demais alternativas.

A alternativa "b" está errada, pois a carteira de crédito dos bancos é o saldo de empréstimos realizados para seus clientes, e não inclui a carteira de títulos públicos do banco. Portanto, a situação narrada não implica em imediata redução da carteira de crédito, podendo inclusive aumentá-la, caso o banco decida emprestar mais diante da maior disponibilidade de dinheiro em caixa.

Os redescontos podem sim serem limitados quantitativamente. De fato, seu efeito como instrumento de política monetária é reduzido, mas pela dependência das ações dos bancos, que podem ou não ficarem mais propensos a emprestar conforme alterações nas taxas e limites de redesconto. Por isso "c" está errada.

Reduzir a taxa básica de juros tem o efeito de aumentar a demanda por moeda e a demanda agregada. É um efeito diferente da elevação do compulsório, que tende a diminuir a oferta de moeda e reduzir a demanda agregada. A alternativa "d" está errada.

Por fim, a destruição e criação de moeda não é assunto para esta aula, mas, basicamente, quando as famílias pegam emprestado dos bancos, há criação de moeda, pois as pessoas entregam



direitos não monetários (a promessa de pegar depois), em troca de direitos monetários (dinheiro, oras). Portanto, "e" também está errada.

Gabarito: "a"

34. (2015/FCC/TCE CE/Técnico de Controle Externo)

NÃO se trata de uma falha de mercado

- a) a variação dos preços agrícolas ao longo do ano, devido à presença de períodos de safra e de entressafra.
- b) a poluição de rios das grandes metrópoles.
- c) a existência de monopólios naturais.
- d) quando um morador atrai o mosquito transmissor da dengue, acumulando água parada em sua propriedade privada.
- e) o baixo desenvolvimento de um mercado de capitais, o que impede o financiamento de projetos de longo prazo estratégicos para o crescimento econômico.

Comentários:

Vamos analisar cada uma das alternativas:

a) a variação dos preços agrícolas ao longo do ano, devido à presença de períodos de safra e de entressafra.

A variação dos preços ao longo do ano reflete variações da oferta frente à maior constância da demanda: é o mercado sendo eficiente, e não o contrário! Pode marcar esta como gabarito, pois de falha de mercado ela nada tem.

b) a poluição de rios das grandes metrópoles.

A poluição de rios é uma **externalidade negativa**, e externalidades são um dos tipos de falhas de mercado.

c) a existência de monopólios naturais.

Monopólios naturais também são **falhas de mercado**, pois impedem o mercado de atingir níveis ótimos de excedentes.

d) quando um morador atrai o mosquito transmissor da dengue, acumulando água parada em sua propriedade privada.

Mais uma externalidade negativa, onde o benefício marginal para o morador limpar sua casa é muito inferior ao custo social de não limpar.



e) o baixo desenvolvimento de um mercado de capitais, o que impede o financiamento de projetos de longo prazo estratégicos para o crescimento econômico.

E para encerrar, temos aqui uma consequência das assimetrias de informação e um resultado de baixo nível de competição.

Gabarito: "a"

35. (2018/VUNESP/PREF SJC/Analista em Gestão Municipal - Ciências Econômicas)

De acordo com a teoria das finanças públicas, uma das propriedades do bem público é ser um bem

- a) alienável.
- b) não rival.
- c) provido apenas pelo governo.
- d) excludente.
- e) de consumo aos mais pobres.

Comentários:

Os bens públicos têm duas propriedades principais: não **rivalidade** e não exclusividade (não excludente). Isso fornece o gabarito "b".

Gabarito: "b"

36. (2018/VUNESP/IPSM SJC/Analista de Gestão Municipal - Economia)

Uma das propriedades do bem público é:

- a) ser um bem não excludente.
- b) ser um bem alienável.
- c) ser um bem provido apenas pelo governo.
- d) ser um bem rival.
- e) ser um bem de investimento.

Comentários:

Os bens públicos têm duas propriedades principais: não rivalidade e **não exclusividade** (não excludente). Isso fornece o gabarito "a".

Gabarito: "b"



37. (2014/FCC/TCE-CE/Auditor)

É característica dos bens públicos:

- a) Princípio da exclusão do consumo.
- b) Externalidades negativas.
- c) Consumo não rival.
- d) Custo marginal próximo a zero.
- e) Deseconomias de escala em sua produção.

Comentários:

É bem fácil encontrar a alternativa correta, até porque, pasmem, tem duas!

Depois de tudo que vimos, fica meio óbvio que o gabarito é a alternativa "c", pois o consumo não rival é característica dos bens públicos.

Acontece que o custo marginal próximo de zero é uma consequência da própria não rivalidade, o que torna "d" também correta.

Além disso, eles possuem não exclusão no consumo ("a" errada), externalidades positivas ("b" errada e economias de escala em sua produção ("e" errada).

Nesse conflito entre "c" e "d", a banca ficou com "c", deixando-nos uma importante lição: o custo marginal é próximo de zero por causa da não rivalidade, então é "c" que torna "d" correta.

Não estou dizendo que a banca está certa nesse absurdo de ter dois gabaritos, mas apenas orientando sobre o que você deve fazer nesses casos: marcar a "mais certa" ou aquela que justifica a(s) outra(s).

Gabarito: "c"

38. (2007/FCC/MPU/Analista)

Caracteriza um bem público:

- a) Consumo não rival.
- b) Princípio da exclusão.
- c) Deseconomias de escala na produção.
- d) Preferências não reveladas.
- e) Externalidades negativas.

Comentários:



Falou em bens públicos, falou em consumo não rival e não exclusivo, uma vez que se trata de bens públicos puros.

Gabarito: "a"

39. (2013/FCC/SEFAZ SP/Agente Fiscal de Rendas)

Associe o número do conceito na coluna à esquerda aos parênteses na coluna à direita:

- | | | | |
|---|--|-----|---------------------------|
| 1 | Bens cujo consumo é não excludente e não rival | () | Bens de consumo não rival |
| 2 | Bens cujo consumo é não excludente e rival | () | Caronas (free riders) |
| 3 | Não desejam pagar por bens não excludentes | () | Bens de propriedade comum |
| 4 | Bens cujo custo marginal de produção é nulo | () | Bens públicos |

A sequência correta é:

- a) 3, 4, 1, 2.
- b) 3, 1, 2, 4.
- c) 1, 3, 2, 4.
- d) 4, 2, 3, 1.
- e) 4, 3, 2, 1.

Comentários:

O item 1 (bem não excludente e não rival) traz características dos bens públicos puros, e por isso deve ser colocado na última linha. Somente com essa informação, já sabemos que o gabarito **tem de ser D** ou **E**, mas vamos adiante.

No item 2, temos os bens quase públicos, também chamados de bens de propriedade comum, dos quais citamos como exemplos os peixes do mar, posto que não é possível excluir seu consumo, mas o consumo por indivíduo impeça o consumo por outro. Já podemos marcar o gabarito, que é a alternativa D. Mas não deixe de estabelecer as outras relações para fixar o conteúdo, ok?

O item 3 caracteriza com precisão os "caronas".

Por fim, o item 4 mostra uma característica importante de qualquer bem não rival no consumo, decorrente do fato de não haver custo adicional para oferecer ele para qualquer indivíduo. O custo marginal de oferecer um passeio no parque para um indivíduo a mais é nulo, por exemplo.

Gabarito: "e"



40. (2019/VUNESP/MPE SP/Analista Técnico Científico - Economista)

Considere os seguintes bens:

- I. Um filme em exibição no cinema;
- II. Um programa exibido em TV aberta;
- III. Peixes em um rio;
- IV. Gasolina.

Esses bens podem ser classificados como:

- a) I - rival e não excludente; II - público; III - privado; IV - não rival e excludente.
- b) I - não rival e excludente; II - público; III - rival e não excludente; IV - privado.
- c) I - público; II - privado; III - privado; IV - público.
- d) I - não rival e excludente; II - público; III - não rival e excludente; IV - público.
- e) I - privado; II - público; III - público; IV - privado.

Comentários:

Em questões desse tipo, o ideal é começar firmando convicções sobre as classificações mais claras.

No caso, a gasolina (IV) é claramente um bem privado, pois é excludente e rival. Isso nos deixa entre as alternativas "b" e "d".

Os peixes em um rio (III) são o bem comum, rival e não excludente, mais recorrente em exemplos. Isso porque ao mesmo tempo em que é inviável impedir que as pessoas os consumam, o consumo de um peixe por uma pessoa impede que outra pessoa consuma o mesmo peixe. E com isso já temos o gabarito: letra "b".

O programa exibido em TV aberta (II) é não excludente (o sinal é aberto), e ao mesmo tempo se uma pessoa o assiste, não há qualquer tipo de impedimento para que outra pessoa assista ao mesmo programa. Isso parece confirmar o gabarito.

A afirmativa I, julgada de forma isolada, parece-me um caso discutível. Trata-se de um bem excludente, acho que isso está claro: que não pagar não entra no cinema e não assiste ao filme. Mas quanto a ser não rival, a resposta é que depende. Se estivermos considerando uma sessão isoladamente, teremos que a rivalidade existirá, pois cada ingresso comprado impede que alguém ocupe aquele lugar, e a sala tem uma lotação. Até poderíamos considerar que não há rivalidade enquanto a sala não lotar... Contudo, entendo que não deve ser essa a interpretação: deve-se considerar que **o bem em questão é o filme**, e não uma "sessão de cinema". É o que está escrito. Sendo assim, o filme pode ser reexibido quantas vezes for necessário, sem que haja rivalidade nesse sentido.

Gabarito: "b"



41. (2002/VUNESP/BNDES/Profissional Básico - Economia)

Na definição de bem público, os conceitos de não rivalidade e de não exclusão dizem respeito, respectivamente, aos fatos de que

- a) não se pode excluir uma pessoa do consumo de um dado serviço e de que seus custos de produção são exclusivamente públicos.
- b) não se pode excluir uma pessoa do consumo de um dado serviço e de que o consumo de uma unidade do serviço não reduz a quantidade disponível para outros consumidores.
- c) o consumo de uma unidade do serviço reduz a quantidade disponível para outros consumidores e de que não se pode excluir uma pessoa do consumo de um dado serviço.
- d) o consumo de uma unidade do serviço não reduz a quantidade disponível para outros consumidores e de que não se pode excluir uma pessoa do consumo daquele serviço.
- e) não se pode excluir uma pessoa do consumo de um dado serviço e de que seus custos de produção são exclusivamente privados.

Comentários:

Esta questão testa o nível de atenção. Tanto que eu marquei "b" como gabarito, inicialmente. Isso porque a questão quer respectivamente a descrição de "não rivalidade" e "não exclusão".

Portanto, embora a alternativa "b" tenha as definições corretas, a ordem só está certa na letra "d", nosso gabarito.

Gabarito: "d"

42. (FCC/2018/SABESP/Analista de Gestão - Economia)

Constituem razões para ocorrência das "falhas de mercado", isto é, condições em que ocorre uma alocação subótima de recursos na economia, EXCETO:

- a) competição imperfeita.
- b) informação imperfeita.
- c) externalidades.
- d) bens públicos.
- e) maximização conjunta dos excedentes do consumidor e do produtor.

Comentários:

A maximização conjunta dos excedentes do consumidor e do produtor é o resultado do equilíbrio competitivo, algo que ocorre na ausência de falhas de mercado.

Gabarito: "e"



43. (2018/FCC/CL DF/Consultor Legislativo - Regulação Econômica)

No funcionamento dos mercados, observa-se que algumas pessoas sabem de coisas que outras não sabem. Essa situação pode distorcer as decisões econômicas e, algumas vezes, fazem com que as transações econômicas mutuamente benéficas deixem de acontecer.

Esta falha de mercado é denominada

- a) mercado incompleto.
- b) concorrência imperfeita.
- c) externalidades.
- d) confiança do consumidor.
- e) informação privilegiada.

Comentários:

A situação do enunciado é compatível com a informação privilegiada, um tipo específico de informação assimétrica que algumas pessoas podem ter sobre fatos que não são de conhecimento público. Por exemplo: analistas da Comissão de Valores Mobiliários avaliam planos de fusões entre empresas antes de se tornarem públicos.

Algumas dessas fusões podem provocar aumento do preço das ações das empresas. Se os analistas da CVM comprovassem um monte de ações das empresas, poderiam vender logo depois que a fusão se tornasse pública e o preço das ações disparassem. É por isso que eles são proibidos de investir em ações.

Gabarito: "e"

44. (2018/FCC/CLDF/Consultor Técnico Legislativo - Economista)

Um tipo de situação em que pode ocorrer uma falha de mercado que resulta, em geral, em perdas de eficiência econômica, sugerindo atuação regulatória do governo, é representada

- a) pela tributação seletiva da renda.
- b) pela ocorrência do peso morto com a fixação de um preço máximo pela autoridade governamental.
- c) pelo estabelecimento de um salário mínimo.
- d) pelas assimetrias de informação.
- e) pela quebra de safra agrícola.

Comentários:

Os três principais tipos de falhas de mercado são: bens públicos, externalidades e **assimetria de informações**.

Gabarito: "d"



45. (2018/FCC/TCE-RS/Auditor Público Externo - Ciências Econômicas)

No que tange ao conceito de assimetrias da informação, é correto afirmar:

- a) Resultam sempre em externalidades positivas, pois envolvem benefícios não reconhecidos pelos agentes diretamente interessados em determinado tipo de transação.
- b) Podem ocorrer quando do estabelecimento de contratos financeiros, pois os elementos relevantes para a realização de uma transação financeira não são totalmente transparentes, isto é, nem sempre há livre disponibilidade de informações relevantes a todas as partes envolvidas na transação.
- c) A Teoria da Agência não prevê a ocorrência de assimetrias informacionais entre as partes atuantes em uma corporação moderna, pois foca os interesses e comportamentos desses agentes.
- d) A concepção na qual todos os agentes econômicos tenham pleno conhecimento de todas as variáveis, isto é, que conheçam as características de todos os bens e serviços disponíveis, pressupõe a existência de informações imperfeitas.
- e) São incapazes de alterar o grau de eficiência dos mercados.

Comentários:

A assimetria de informações está presente em muitas relações de consumo: quando você compra um carro usado e o vendedor esconde defeitos, quando você compra um alimento industrializado sem saber as substâncias nocivas em sua composição, quando você assina sua internet banda larga sem perceber que a conexão raramente tem a velocidade contratada.

O principal exemplo, contudo, possivelmente são os contratos, especialmente os financeiros, pois os elementos relevantes para a realização de uma transação financeira não são totalmente transparentes, isto é, nem sempre há livre disponibilidade de informações relevantes a todas as partes envolvidas na transação.

Gabarito: "b"

46. (2018/CEBRASPE-CESPE/CAGE RS/Auditor do Estado)

A respeito de falhas de mercado e de bens públicos, assinale a opção correta.

- a) Um bem é denominado público se é rival e excludente.
- b) Um bem é denominado comum se é não rival e não excludente.
- c) Se o benefício social de determinada ação for de 30 unidades e o benefício privado for de 20 unidades e se o custo marginal for expresso por $10 + 2a$, em que a é o nível da ação, então haverá deficiência de 5 unidades na produção socialmente ótima.
- d) Sendo o benefício social de determinada ação expressa por $400 - 10a$ e o custo social igual a $100 + 20a$, em que a é o nível da ação, então o nível ótimo da ação será $a = 20$ unidades.
- e) Uma rodovia livre de pedágio é considerada um bem público.

Comentários:



Questão problemática!

Um bem público é não rival e não excludente. Alternativa "a" errada. Um bem comum é **rival** e não excludente. Alternativa "b" errada. Essa foi a parte fácil. Daqui para a frente, é só treta, e não é no bom sentido.

Para julgar as alternativas "c" e "d", precisamos ter em mente a quantidade socialmente ótima de qualquer bem ou ação é obtida ao igualarmos o **benefício marginal social** com o **custo marginal social**. As alternativas não fornecerem nada disso. Então "c" e "d" não podem ser julgadas. (Calma, já voltamos a isso).

Por fim, a alternativa "e" considera uma rodovia livre de pedágio um bem não rival e não excludente. Bem, quanto à não excludência, o fato de existir a possibilidade de um pedágio, a meu ver, deixa claro que existe a possibilidade de impedir quem não paga por aquele bem de usufruir dele. A "não excludência" é a impossibilidade de impedir que não paga de consumir um bem ou serviço. Não importa se o pedágio foi ou não colocado na rodovia, se ele PODE ser colocado, ela é excludente. Para mim, só isso já torna "e" errada, mas tem mais: a maioria dos bens não rivais só é não rival até determinado ponto! Uma rodovia vazia só será não rival é o ponto em que começar a haver congestionamento. A partir daí, cada veículo adicional prejudica o consumo dos demais veículos, ou seja, torna-se rival. Ao generalizar, a alternativa fica novamente prejudicada.

Portanto, não temos alternativa que pode ser considerada certa. Mas é nesses casos que saber "o que a banca quis dizer" faz a diferença. Não estou dizendo que é sua obrigação adivinhar o que a banca queria escrever quando errou. Só estou dizendo que é assim que as coisas são, e saber como agir pode te valer pontos, caso a banca não acate recursos.

Por isso, vamos forçar a barra nas alternativas "c" e "d", interpretando que a banca quis dizer o seguinte (os termos destacados eu acrescentei):

c) Se o benefício **marginal** social de determinada ação for de 30 unidades e o benefício **marginal** privado for de 20 unidades e se o custo marginal (**social e privado**) for expresso por $10 + 2a$, em que a é o nível da ação, então haverá deficiência de 5 unidades na produção socialmente ótima.

Agora sim. Para saber qual é a **quantidade socialmente ótima**, chamada aqui de **nível de ação socialmente ótimo 'a'**, devemos igualar benefício marginal social e custo marginal social:

$$BMgS = CMgS$$

$$30 = 10 + 2a$$

$$20 = 2a$$

$$a=10$$

Aí está. O nível de ação socialmente ótimo é 10.



Para descobrir qual será o nível de ação sem intervenção do governo, devemos igualar benefício marginal privado e custo marginal privado:

$$BMgP = CMgP$$

$$20 = 10 + 2a$$

$$10 = 2a$$

$$a = 5$$

De ato, o nível de ação privado ótimo é 5 unidades inferior (10 menos 5) ao nível de ação socialmente ótimo, havendo deficiência de 5 unidades, como consta em "c". Temos o gabarito que a banca queria. =\

Resolvendo "d" para fechar:

d) Sendo o benefício social de determinada ação expressa por $400 - 10a$ e o custo social igual a $100 + 20a$, em que a é o nível da ação, então o nível ótimo da ação será $a = 20$ unidades.

$$400 - 10a = 100 + 20a$$

$$300 = 30a$$

$$a = 10 \text{ unidades}$$

Gabarito: "c"

47. (2015/VUNESP/PREF-SP/Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental)

É um exemplo de externalidade negativa o custo

- a) de renovação da frota pública de veículos.
- b) das passagens de ônibus.
- c) da poluição gerada pelos carros.
- d) gerado pela construção do metrô.
- e) da fiscalização do trânsito.

Comentários:

O exemplo clássico de externalidades negativas é a poluição, incluindo aquela gerada por carros, o que torna "c" a melhor candidata a gabarito.

Digo e melhor candidata, porque na ausência da alternativa "c", a letra "d" poderia ser o gabarito, já que uma construção desse porte, ou seja, as obras de um metrô certamente provocarão externalidades negativas, como o barulho de máquinas ou até danos materiais colaterais. Contudo, a letra "d" é menos direta.



Gabarito: "c"

48. (2019/VUNESP/TRANSERP/Contador)

Um exemplo de externalidade positiva seria

- a) o aumento no preço do cigarro, decorrente de uma elevação dos impostos.
- b) o aumento na emissão de dióxido de carbono, decorrente do aumento na venda de veículos automotores.
- c) a construção de aeroportos localizados em áreas residenciais, economizando o tempo de deslocamento.
- d) diminuição da gripe H1N1, em decorrência das campanhas publicitárias realizadas.
- e) o aumento na oferta de sacolas plásticas nos supermercados.

Comentários:

Externalidades positivas ocorrem quando o comportamento de um agente provoca efeitos benéficos aos demais.

Dos exemplos elencados nas questões, apenas a diminuição da gripe, em decorrência da mudança de comportamento daqueles atingidos pela campanha, é um exemplo de externalidade positiva, de forma que "d" é o gabarito.

Na alternativa "a", temos um fato com potencial para reduzir uma externalidade negativa decorrente do tabagismo, mas não uma externalidade positiva.

Gabarito: "d"

49. (2019/VUNESP/CM SM ARCANJO/Contador)

Assinale a alternativa que apresenta exemplos de falhas de mercado:

- a) Assimetria de informações e externalidades.
- b) Assimetria de informações e risco de controle.
- c) Assimetria de informações e risco de fraude.
- d) Risco de erro e externalidades.
- e) Risco de fraude e externalidades.

Comentários:

Apenas a alternativa "a" traz dois exemplos de falhas de mercado: assimetria de informações e externalidades.

Os demais termos não estão relacionados à teoria econômica do setor público, fugindo ao escopo de nosso curso.



Gabarito: "a"

50. (2018/FCC/SEF SC/Auditor Fiscal da Receita Estadual - Auditoria e Fiscalização)

O teorema de Coase

- a) refere-se à obtenção da eficiência econômica por meio da regulamentação governamental impositora de permissões transferíveis.
- b) envolve negociação entre agentes privados, em que um deles cede parte de seus lucros para a obtenção de um ganho social maior.
- c) nomeia uma solução subótima, uma vez que não proporciona resultado econômico eficiente.
- d) aplica-se a negociações entre particulares, sem custos para as partes envolvidas.
- e) propõe soluções negociadas para situações em concorrência perfeita, em que o direito de propriedade não está bem especificado

Comentários:

Revisando, de forma resumida, o Teorema de Coase diz que quando não houver custos de transação, os agentes privados podem resolver por si só o problema das externalidades e chegar a um acordo no qual todos fiquem numa situação melhor e o resultado, após a negociação, seja a eficiência econômica.

Por ser uma questão conceitual na qual apenas uma alternativa está adequada, vamos de "d".

Gabarito: "d"

51. (2019/FCC/SEFAZ BA/Auditor Fiscal - Administração, Finanças e Controle Interno)

Um exemplo de problema ambiental é o resultado do lançamento de poluentes nos rios. Embora a mensuração do problema apresente desafios, segundo a teoria microeconômica

- a) se espera uma curva de custo marginal total para a sociedade igual ao custo marginal da empresa poluidora.
- b) o custo marginal externo, representativo da externalidade negativa imposta externamente à empresa poluidora, é decrescente, se a empresa utilizar uma tecnologia de proporções fixas.
- c) a aplicação de taxas não estimula a instalação de novas tecnologias, com o que não reduz a externalidade.
- d) uma ação de eficácia questionável é a definição do direito de emissão de poluição em contexto de existência de muitos agentes prejudicados, tais como os proprietários de áreas que margeiam os rios poluídos.
- e) a fixação de padrões de limites de poluição não se fará possível quando houver informações incompletas sobre os custos de redução da poluição.

Comentários:



A alternativa "a" está errada, porque os custos para a sociedade serão maiores do que os custos para a empresa poluidora, inclusive os "marginais".

O problema com a alternativa "b" existe porque a externalidade negativa é imposta pela empresa poluidora, e não à empresa poluidora. Além disso, o custo marginal externo gerado por ela é função crescente do nível de produção (quanto mais se produz, maior a externalidade negativa gerada). Com isso, o custo marginal social é crescente, além de ser maior que o custo marginal da empresa.

A aplicação de uma taxa, como o imposto pigouviano pode estimular a empresa a aumentar sua eficiência, e por isso "c" está errada.

A alternativa "d" é nosso gabarito, pois, de acordo com o Teorema de Coase, a definição de direitos de propriedade funciona quando há poucos agentes envolvidos, que podem negociar livremente e chegar a um acordo sobre as externalidades.

Por fim, a alternativa "e" não me parece tão equivocada, mas a banca provavelmente a considerou errada pois a fixação será possível, embora não seja, necessariamente, ótima.

Gabarito: "d"

52. (2013/VUNESP/MPE-ES/Agente Técnico - Economista)

O fenômeno das externalidades, cada vez mais presente em nossas sociedades, indica que o mercado pode ser levado a produzir quantidades que não poderiam ser consideradas eficientes pela teoria tradicional, na ausência de regulação que minimize esta possibilidade. Sem regulação das externalidades num dado setor, pode-se afirmar que a quantidade produzida tenderá a ser

- a) maior que a eficiente, se se tratar de bem que apresente externalidade positiva.
- b) menor que a eficiente, sejam positivas ou negativas as externalidades.
- c) igual à eficiente, mas apenas no longo prazo.
- d) menor que a eficiente, se se tratar de bem que apresente externalidade positiva.
- e) maior que a eficiente, sejam positivas ou negativas as externalidades.

Comentários:

A alternativa "d" está correta. Quando os **benefícios sociais** superam os **benefícios privados**, temos uma externalidade positiva; os benefícios que o produtor concede à sociedade são maiores que aqueles pelos quais estará sendo compensado via mercado.

Dessa forma, haverá **tendência à sub oferta** do bem ou serviço (produção menor que o ideal). A medida alocativa para corrigir esta sub oferta seria, digamos, a concessão de um subsídio à firma/indivíduo, de forma a encorajá-lo a aumentar a produção.

Nos exemplos citados dentro do quadro exposto no item, os benefícios e/ou custos privados divergem dos benefícios e/ou custos sociais.



O sistema de mercados não tem como ajustar os preços a essas divergências, visto que **as externalidades não são mensuradas nos preços praticados**. Desse modo, as responsabilidades na promoção dos ajustes são transferidas para o governo, que poderá corrigir essas falhas mediante incentivos às externalidades positivas e desincentivos às externalidades negativas.

Gabarito: "d"

53. (2018/VUNESP/ARSESP/Especialista em Regulação - Econômico Financeiro)

O estabelecimento de um valor mínimo de franquia nos contratos de seguros de automóveis é um instrumento utilizado pelas companhias seguradoras para eliminar a falha de mercado denominada

- a) subsídio cruzado.
- b) princípio da não exclusão.
- c) externalidades de mercado.
- d) seleção adversa.
- e) risco moral.

Comentários:

A franquia serve justamente para evitar que os segurados se comportem de forma imoral e prejudicial para a seguradora, ou seja, para reduzir o risco moral.

O conceito de risco moral (em inglês, moral hazard) está presente quando existe a possibilidade de uma das partes alterar seu comportamento, de forma prejudicial à outra. O melhor exemplo é o seguro de automóvel. Antes de adquirir o seguro, o motorista toma todas as precauções do mundo: dirige com cuidado, para o carro em estacionamentos para não ser roubado etc. Depois de comprar o seguro, existe o risco de essas precauções serem abandonadas, em prejuízo da seguradora.

Ao cobrar uma franquia, a seguradora evita que o segurado se comporte de forma menos cuidadosa, pois ele terá de arcar com uma parte dos danos.

Gabarito: "e"

54. (2019/COPS-UEL/LONDRINA/Economista)

Um dos esquemas de financiamento muito conhecido na teoria das finanças públicas é a tributação de Lindahl.

Sobre esse esquema, assinale a alternativa correta.

- a) O esquema de Lindahl mostra que é necessário levar em consideração o custo marginal da provisão do bem público sem a necessidade de considerar as preferências individuais.



- b) O esquema de Lindahl mostra que as pessoas devem contribuir conforme a sua capacidade de pagamento, ou seja, a renda, sem a necessidade de considerar as preferências dos cidadãos.
- c) O esquema de Lindahl permite o financiamento integral do custo do bem público e assegura o equilíbrio individual.
- d) O esquema de Lindahl tem como objetivo a equidade horizontal.
- e) O resultado do esquema de Lindahl é divergente do obtido pela condição de Samuelson.

Comentários:

O esquema de Lindahl considera as preferências individuais, afinal, cada consumidor deverá contribuir conforme suas preferências. Isso torna "a" e "b" erradas.

A letra "c" é nosso gabarito, já que são justamente essas as conclusões do modelo.

O objetivo do modelo não é a equidade horizontal, mas sim a provisão eficiente de bens públicos, tornando "d" errada.

Por fim, o erro em "e" ocorre porque os resultados não são divergentes: ambos chegam à conclusão de que os indivíduos alcançarão equilíbrios de acordo com a regra de Samuelson.

Gabarito: "c"

55. (2004/ESAF/ANEEL/Analista Administrativo)

Assinale a única opção falsa no que diz respeito a bens públicos.

- a) Um bem público puro é aquele em que o custo marginal de oferecê-lo a uma pessoa adicional é rigorosamente zero e é impossível excluir quem quer que seja de receber o bem.
- b) O fornecimento de bens, via orçamento público, freqüentemente envolve bens que são de consumo rival.
- c) O modelo de Samuelson procura determinar o nível ótimo de produção dos bens coletivos.
- d) A defesa nacional é exemplo de bem público.
- e) Os governos têm poder de coerção, de obrigar os cidadãos a pagar pelos bens públicos.

Comentários:

Vamos direto à análise das alternativas.

a) Um bem público puro é aquele em que o custo marginal de oferecê-lo a uma pessoa adicional é rigorosamente zero e é impossível excluir quem quer que seja de receber o bem.

Está correto. Para ser um bem público puro, é preciso que o bem seja completamente não rival. E isso significa que o consumo por um indivíduo adicional não aumenta em nada o custo de provisão desse bem, ou seja, custo marginal rigorosamente nulo.



Claro que, na "vida real", não existem bens públicos puros, mas alguns se aproximam muito dessa condição, de forma que o custo marginal é não nulo, mas desprezível o suficiente para modelarmos como bens públicos, como é o caso da segurança nacional.

b) O fornecimento de bens, via orçamento público, freqüentemente envolve bens que são de consumo rival.

Correta, mas nem tanto, e por isso acabou ficando como gabarito, na ausência de uma alternativa "mais falsa". O único problema aqui é o "frequentemente". O Estado de fato provisiona bens rivais via orçamento (custeados por impostos e considerados gastos públicos), mas isso é residual. O mais comum é que a provisão via orçamento seja de bens públicos ou meritórios, ambos "não rivais".

O fornecimento de uniformes escolares em escolas públicas, por exemplo, é um exemplo de bens privados sendo provisionados pelo Estado. Isso acontece no país inteiro, em milhares de escolas. Sem falar em vários outros exemplos, como programas de assistência social, fornecimento de alimentos etc. A banca considera que isso não se enquadra em "frequentemente". Eu acho subjetivo, e que deveria ter escolhido um termo melhor, mas é assim mesmo... marcamos a "mais errada".

c) O modelo de Samuelson procura determinar o nível ótimo de produção dos bens coletivos.

Claro, assim como os demais modelos vistos nesta aula, com o detalhe (correto) da nomenclatura usada por Samuelson: bens coletivos.

d) A defesa nacional é exemplo de bem público.

Certíssimo. Eu diria até que é O exemplo de bem público, pois são evidentes as características de não rivalidade e não exclusividade.

e) Os governos têm poder de coerção, de obrigar os cidadãos a pagar pelos bens públicos.

Coerção é como chamamos o poder de obrigar o cidadão a pagar impostos, podendo puni-lo caso não o faça.

Gabarito: "b"

56. (2018/CEBRASPE-CESPE/CAGE RS/Auditor do Estado)

Conforme a teoria das finanças públicas, falhas de mercado impediriam uma situação ótima de Pareto. Tal teoria considera falhas de mercado a existência de

- a) bens públicos, informação assimétrica e mercados incompletos.
- b) bens públicos, monopólios e desemprego.
- c) inflação, externalidades negativas e competição.
- d) externalidades positivas, monopsonio e simetria de informação.
- e) governo, monopólios naturais e mercado incompletos.



Comentários:

Os três principais tipos de falhas de mercado são: bens públicos, externalidades e assimetria de informações. Os mercados incompletos são um subtipo de falha, decorrentes das externalidades e das informações assimétricas.

Gabarito: "a"

57. (2015/VUNESP/PREF SJC/Analista em Gestão Municipal - Ciências Econômicas)

Durante as discussões para a elaboração da Constituição Federal, em 1988, houve uma proposta de estender o monopólio da Petrobrás também à distribuição, isto é, os postos de combustível passariam a ser operados pela Petrobrás.

Nesse caso, os derivados de petróleo seriam

- a) bens públicos.
- b) bens privados.
- c) bens rivais, mas não excludentes.
- d) bens excludentes, mas não rivais.
- e) bens inferiores.

Comentários:

Não importa o nome que você dá, ou quem o oferta, um bem rival e excludente sempre será um **bem privado**. Os derivados do petróleo continuarão possuindo essas propriedades, não importa se quem os distribui é a Shell, a Petrobrás ou o Governo Federal.

Gabarito: "b"

58. (2019/FCC/AFAP/Economista/Analista de Fomento)

No campo das finanças públicas, uma das teorias mais conhecidas é a da tragédia dos comuns. Trata-se de teoria sobre o comportamento social exposta no célebre artigo The Tragedy of the Commons, de Garret Hardin, em 1968. Em linhas gerais, a teoria sustenta que o uso descoordenado de recursos de propriedade de todos tende a levá-los ao exaurimento.

(Adaptado de: DE OLIVEIRA, Weder. Curso de Responsabilidade Fiscal. Belo Horizonte: Fórum, 2013. p. 60)

O excerto acima é um exemplo de falha na função econômica do estado conhecida como

- a) "alocativa", sendo as demais conhecidas como "distributiva" e "estabilizadora".
- b) "distributiva", sendo as demais conhecidas como "alocativa" e "estabilizadora".
- c) "retributiva", sendo as demais conhecidas como "sancionatória" e "distributiva".
- d) "fomentadora", sendo as demais conhecidas como "distributiva" e "estabilizadora".
- e) "sancionatória", sendo as demais conhecidas como "alocativa" e "estabilizadora".



Comentários:

As três funções são: alocativa, distributiva e estabilizadora. Isso já elimina as alternativas "c", "d" e "e".

Resta sabermos se a tragédia dos comuns diz respeito à função alocativa ou distributiva.

Observe que ela trata da (má) disponibilização de bens públicos, algo inerente à função alocativa.

Gabarito: "a"

59. (2020/CEBRASPE-CESPE/TJ-PA/Analista Judiciário - Administrativa)

O papel do Estado e sua atuação nas finanças públicas são explicados pelas funções econômicas por ele desempenhadas.

Assinale a opção que apresenta a correta definição para cada uma das funções econômicas indicadas.

a) Alocativa: promove ajustamentos na alocação de recursos; distributiva: realiza ajustamentos na distribuição de renda; estabilizadora: mantém a estabilidade econômica.

b) Alocativa: promove a alocação de recursos na distribuição de renda; distributiva: realiza o equilíbrio no balanço de pagamentos; estabilizadora: mantém a estabilidade no nível de preços.

c) Alocativa: promove ajustamentos na alocação de recursos; produtiva: fomenta a geração de empregos; estabilizadora: mantém a estabilidade econômica.

d) Distributiva: realiza ajustamentos na distribuição de renda; produtiva: fomenta a geração de empregos nos diversos segmentos de governo; estabilizadora: mantém a estabilidade econômica.

e) Distributiva: realiza o equilíbrio no balanço de pagamentos; produtiva: fomenta a produção de bens de serviços nos diversos segmentos de governo; estabilizadora: mantém a estabilidade do nível de preços.

Comentários:

Para começar, as funções do Estado, de acordo com a teoria de finanças públicas, são definitivamente: alocativa, distributiva e estabilizadora. Apenas isso, elimina as alternativas "c", "d" e "e".

Resta avaliar qual, entre "a" e "b", define corretamente as funções. E essa é a letra "a".

Gabarito: "a"



60. (2015/FMP/ICMS-MT/Auditor do Estado de Mato Grosso)

Sobre as funções econômicas do setor público, selecione a alternativa que preenche corretamente a frase:

A função do governo está relacionada com a intervenção do Estado na economia, para alterar o comportamento dos preços e emprego, pois o pleno emprego e a estabilidade de preços não acontecem de maneira automática.

- a) estabilizadora.
- b) alocativa.
- c) distributiva.
- d) de crescimento econômico.
- e) fiscalizadora.

Comentários:

Os objetivos da função estabilizadora, de fato, se referem principalmente à promoção do crescimento com estabilidade da moeda e manutenção de alto índice de emprego, algo compatível com o pleno emprego.

Gabarito: "a"

61. (2014/VUNESP/TJ-PA/Analista Judiciário - Economia)

A função do governo associada ao fornecimento de bens e serviços não oferecidos adequadamente pelo sistema de mercado é denominada

- a) produtiva.
- b) alocativa.
- c) distributiva.
- d) estabilizadora.
- e) arrecadadora.

Comentários:

A função alocativa consiste, basicamente, no fornecimento de bens públicos, ou seja, de bens que não seriam oferecidos pelo mercado.

Gabarito: "b"

62. (2019/FCC/AFAP/Analista de Fomento)

Um exemplo de materialização da função estabilizadora do governo é dada

- a) pelo provimento de bens meritórios.
- b) pela redistribuição de renda por meio da política fiscal.



- c) pela condução da política monetária.
- d) pela produção de bens públicos.
- e) pela fixação de impostos progressivos.

Comentários:

A alternativa "a" pode ser considerada, em alguns casos, como combinação das funções distributiva e alocativa, quando o governo provê bens à população mais pobre, que não seriam ofertados pelo mercado, como saúde e educação.

A redistribuição de renda por meio da política fiscal é uma manifestação evidente da função distributiva.

Já a condução da política monetária está muito mais relacionada a função estabilizadora do governo, especialmente em relação à estabilidade do poder de compra da moeda.

A produção de bens públicos é relacionada à função alocativa.

Por fim, a fixação de impostos progressivos, que são aqueles que oneram mais quem pode pagar mais, é uma forma de cumprir a função distributiva.

Gabarito: "c"

63. (2013/VUNESP/FUNDAÇÃO CASA/Analista Administrativo)

Políticas econômicas consistem em um conjunto de medidas tomadas pelo governo de um país com o objetivo de atuar e influir sobre os mecanismos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços. De uma maneira geral, pode-se classificar as políticas econômicas em três tipos, segundo os objetivos governamentais: estruturais, de estabilização conjuntural e de expansão. Nesse contexto, o governo tem várias funções; dentre elas, pode-se destacar aquela em que é realizada por meio das transferências, dos impostos e dos subsídios governamentais, de determinadas classes sociais ou regiões para outras de menor renda. Essa função é denominada

- a) distributiva.
- b) alocativa.
- c) estabilizadora.
- d) equalizadora.
- e) logística.

Comentários:

A função do governo que "é realizada por meio das transferências, dos impostos e dos subsídios governamentais, de determinadas classes sociais ou regiões para outras de menor renda" é a função distributiva.

Nenhuma novidade aqui.



Gabarito: "a"

64. (2014/VUNESP/SP-URBANISMO/Analista - Financeira e Orçamentária)

A aplicação das diversas políticas econômicas a fim de promover o emprego, o desenvolvimento e a estabilidade, diante da incapacidade do mercado em assegurar o atingimento de tais objetivos, é a função do governo denominada

- a) social.
- b) estabilizadora.
- c) alocativa.
- d) distributiva.
- e) progressiva.

Comentários:

Veja como a definição da banca da função estabilizadora do governo está alinhada com o que vimos nesta aula, não é?

Gabarito: "b"

65. (2018/CEBRASPE-CESPE/CAGE-RS/Auditor do Estado)

A função alocativa, uma das funções básicas do governo, visa

- a) ofertar bens e serviços públicos que não seriam oferecidos pelo mercado privado ou que seriam ofertados em condições ineficientes.
- b) combater choques monetários, com o ajuste no nível geral de preços, estabilização da moeda, alteração do câmbio e modificação da taxa de juros.
- c) interferir no ambiente econômico e elevar o nível de emprego e bem-estar da população por meio do emprego de instrumentos de política fiscal.
- d) gerar condições para a oferta de bens privados no mercado pelos produtores, corrigindo imperfeições no sistema de mercado e, também, criando externalidades negativas.
- e) distribuir a riqueza na sociedade de modo a torná-la menos desigual, com o emprego de mecanismos como tributos, transferências financeiras governamentais, subsídios e incentivos fiscais.

Comentários:

A função alocativa visa ofertar bens e serviços públicos que não seriam oferecidos pelo mercado privado ou que seriam ofertados em condições ineficientes, ou seja, bens públicos.

Gabarito: "a"



66. (2015/VUNESP/PREF SP/Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental)

São exemplos de política alocativa, estabilizadora e distribuidora do Estado, respectivamente,

- a) o Plano de Metas, o Plano Cruzado e o Plano Verão.
- b) o Plano de Metas, o Plano Real e o Programa Bolsa Família.
- c) a criação do Banco Central, o Programa de Aceleração do Crescimento e o Programa Bolsa Família.
- d) o Plano Collor, o Plano Real e o Programa Bolsa Escola.
- e) o Plano de Metas, o II Plano Nacional de Desenvolvimento e o Plano Real.

Comentários:

Apenas o Plano de Metas, entre os itens que aparecem primeiro em cada alternativa, é um candidato a política alocativa, o que nos permite eliminar as opções "c" e "d".

Das que sobraram, apenas "e" não serve, pois o II PND é um exemplo de política alocativa, e não estabilizadora.

Entre "a" e "b", possíveis gabaritos, resta-nos avaliar qual, entre o Plano Verão e o Programa Bolsa Família, é um exemplo de política distribuidora. Aí ficou fácil, já que o Programa Bolsa Família é o principal exemplo desse tipo de política.

Gabarito: "b"

67. (2018/IBFC/SEPLAG SE/Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental)

A ação do governo através da política fiscal abrange as três funções básicas das finanças públicas: a função alocativa, a função distributiva e a função estabilizadora. A educação e a saúde, quando bem distribuídas e ofertadas de forma igualitária, tendem a garantir o mínimo social na medida em que garantem que todos tenham um padrão mínimo de bem-estar, na medida em que visam reduzir a sensação de exclusão da sociedade causada por diferenças de renda, e na medida em que visam eliminar as vantagens desproporcionais na educação. Diante dessa análise, responda a alternativa correta:

- a) a função distributiva se propõe a promover o ajustamento na distribuição da renda mas sem se preocupar com a garantia de oferta de bens e serviços para a população menos assistida ou em situação de pobreza
- b) a função alocativa, diferente do que parece indicar o nome a ela atribuído, não busca promover ajustamentos na alocação de recursos
- c) a função estabilizadora não busca promover a manutenção da estabilidade econômica, vez que não há como se falar em estabilidade na economia. A função estabilizadora, por essa razão, não se relaciona com o uso da política orçamentária com o objetivo de manter o pleno emprego
- d) a função distributiva refere-se à organização da distribuição da renda, resultante dos fatores de produção – capital, trabalho e terra – e da venda dos serviços desses fatores no mercado. Ela pode ser feita por meio do mecanismo das transferências, dos impostos progressivos e dos



subsídios para assegurar conformidade com o que a sociedade considera uma situação justa de distribuição.

Comentários:

Você deveria ficar feliz quando aparece uma questão extensa dessas no material. Ela é uma valiosa fonte de revisão, de forma que considero os comentários da banca suficientes aqui para marcarmos a alternativa "d".

Nas provas, já não é tão agradável ter que ler tanto...

Vejamos os erros das demais alternativas.

a) a função distributiva se propõe a promover o ajustamento na distribuição da renda mas sem se preocupar com a garantia de oferta de bens e serviços para a população menos assistida ou em situação de pobreza

As funções do Estado não são isoladas uma da outra. Então, embora a função alocativa seja a mais relacionada ao fornecimento de bens públicos, a função distributiva também se preocupa com a situação dessa oferta para a população menos assistida.

b) a função alocativa, diferente do que parece indicar o nome a ela atribuído, não busca promover ajustamentos na alocação de recursos

A função trata de corrigir falhas de mercado que levam a alocações ineficientes, ou seja, busca sim promover o ajustamento da alocação de recursos.

c) a função estabilizadora não busca promover a manutenção da estabilidade econômica, vez que não há como se falar em estabilidade na economia. A função estabilizadora, por essa razão, não se relaciona com o uso da política orçamentária com o objetivo de manter o pleno emprego

É claro que a função estabilizadora busca promover a estabilidade econômica. Claro que isso também é quase uma utopia, e o que se pode fazer é atenuar oscilações, e talvez dê certo, talvez piore tudo. Mas dizer que "não busca" está errado.

Gabarito: "d"

68. (2018/IADES/IGEPREV-PA/Analista de Investimentos)

A teoria econômica identifica três funções principais para o governo: a função alocativa, a distributiva e a estabilizadora. Com base nessa informação e considerando o papel das políticas monetária e fiscal, assinale a alternativa correta.

a) O Banco Central é o órgão responsável pela implantação das políticas monetária e fiscal do governo.

b) Por meio da política monetária, o governo promove a distribuição de renda, cumprindo a respectiva função distributiva.



- c) As condições de liquidez da economia são definidas a partir da política fiscal adotada.
- d) O governo cumpre a própria função alocativa quando utiliza a política monetária para garantir crescimento econômico com estabilidade de preços.
- e) A política fiscal é o instrumento utilizado pelo governo para definir o nível de tributação e gastos públicos da economia.

Comentários:

Embora o Banco Central seja o responsável pela implantação da política monetária, política fiscal não é com ele, o que torna a alternativa "a" errada.

A política monetária não permite direcionamento, ela afeta a todos de forma equivalente, ao determinar as condições de liquidez da economia como um todo. É por meio da política fiscal que o governo exerce sua função distributiva. Por isso, as alternativas "b" e "c" não podem ser nosso gabarito.

A alternativa "d" descreve a função estabilizadora, mas a nomeia como alocativa.

Sobrou apenas a alternativa "e", cuja definição de política fiscal é correta.

Gabarito: "e"

69. (2016/FGV/IBGE/Tecnologista - Economia)

Associe as funções do Estado a suas respectivas características:

1. Alocativa
2. Estabilizadora
3. Distributiva

() A arrecadação de um tributo sobre movimentações financeiras pode ser destinada a melhorar os serviços públicos de saúde, utilizados principalmente pelos mais pobres.

() A escolha pelo voto de um político pode ser entendido como um mecanismo revelador das preferências verdadeiras do eleitorado.

() O abandono do regime de metas inflacionárias tende a abalar o nível de confiança do consumidor e das empresas.

A associação correta, de cima para baixo, é:

- a) 1, 2 e 3;
- b) 1, 3 e 2;
- c) 2, 1 e 3;
- d) 3, 2 e 1;
- e) 3, 1 e 2.

Comentários:



(3) A arrecadação de um tributo sobre movimentações financeiras pode ser destinada a melhorar os serviços públicos de saúde, utilizados principalmente pelos mais pobres.

Diante do redirecionamento dessa renda, captada via tributação, para a população mais pobre, fica claro que estamos falando da função distributiva.

(1) A escolha pelo voto de um político pode ser entendido como um mecanismo revelador das preferências verdadeiras do eleitorado.

Um dos problemas relacionados aos bens públicos é que o consumidor não revela, de forma direta, quais bens deseja e quanto está disposto a pagar por eles. Entretanto, o processo eleitoral é considerado uma forma indireta de descobrir o que a sociedade anseia. Um candidato cuja campanha seja pautada na segurança pública, se eleito, pode interpretar que a sociedade deseja mais segurança pública. Sendo o fornecimento de bens públicos o cerne da função alocativa, temos nossa relação estabelecida.

(2) O abandono do regime de metas inflacionárias tende a abalar o nível de confiança do consumidor e das empresas.

Ao estabelecer metas, o governo deixa claro como os objetivos da política econômica serão perseguidos, além de proporcionar uma forma de mensurar o sucesso obtido. Dessa forma, a sociedade passa a contar com maior previsibilidade sobre os rumos da economia, o que traz estabilidade para o sistema como um todo. Abandonar as metas de inflação passa o recado para a sociedade, mesmo que não intencional, de que o governo não vai se preocupar com a moeda, e isso é um claro exemplo de mau desempenho da função estabilizadora.

Gabarito: "e"

70. (2015/FGV/DPE-RO/Analista em Economia)

Em relação às funções do Estado, considere V para a(s) afirmativa(s) verdadeira(s) ou F para a(s) falsa(s):

() Um candidato eleito que eleva os gastos com segurança pública, está exercendo a sua função alocativa.

() A implementação de um imposto sobre grandes fortunas e a redução daqueles cobrados sobre os extratos menores de renda estão relacionados à função distributiva.

() Políticas que reduzam os custos admissionais a fim de elevar o emprego estão relacionadas à função estabilizadora.

A sequência correta é:

- a) V - V - V;
- b) V - V - F;
- c) F - V - V;
- d) F - F - V;
- e) F - F - F.



Comentários:

Sempre estabeleça a seguinte relação:

Bem público -> Função alocativa.

No caso da primeira afirmação, é o que temos: segurança pública é um bem público, e seu fornecimento está sendo elevado (ao menos em tese). Isso torna verdadeira a primeira afirmação.

A segunda também está correta, pois temos claramente uma redistribuição de renda, dos mais abastados às camadas de menor renda.

Por fim, a terceira está correta: reduzir os custos admissionais tende a elevar o nível de emprego, um dos três objetivos da política estabilizadora (junto com crescimento econômico e controle da inflação).

Gabarito: "a"

71. (2016/IBFC/CM ARARAQUARA/Agente de Controle Interno)

Nos Estados modernos, a política de gastos, ou política fiscal do governo, tem três principais funções: distributiva, estabilizadora e alocativa. Assinale a alternativa que apresenta a ordem correta, de cima para baixo, dessas funções financeiras.

() Diz respeito ao fornecimento de bens públicos, que são aqueles cuja utilização por um indivíduo não implica a indisponibilidade para os outros indivíduos. Como o mercado não tem mecanismos de fornecimento e financiamento desses bens, o governo deve oferecê-los à sociedade.

() É a mais complexa das três. Ocupando uma posição de destaque na determinação da política fiscal e dos pagamentos de transferências. Tem como objetivo distribuir a renda, e a riqueza à população de modo mais equilibrado, minimizando diferenças que o sistema de mercado provoca em sua distribuição.

() Proposta pela teoria Keynesiana, tem por objetivo alcançar um elevado nível de emprego, uma razoável estabilidade no nível de preços, o equilíbrio na balança de pagamentos e uma aceitável taxa de crescimento econômico. Essa função regula a sintonia entre a oferta e a demanda agregada da economia.

a) Função Alocativa- Função Distributiva- Função Estabilizadora.

b) Função Estabilizadora - Função Alocativa- Função Distributiva

c) Função Distributiva- Função Estabilizadora - Função Alocativa.

d) Função Alocativa- Função Estabilizadora - Função Distributiva

Comentários:

Se falar em fornecimento de bens públicos, é quase certo que está falando da função alocativa, especialmente se citar a incapacidade ou desinteresse do mercado em ofertar esses bens. Isso nos deixa entre as alternativas "a" e "d".



Mas quando o segundo item cita "o objetivo de distribuir renda", é preciso algum esforço para errar a questão, não?

Gabarito: "a"

72. (2016/AOCP/PREFEITURA DE JUIZ DE FORA/Economista)

No Brasil, a participação do Estado na economia tem apresentado crescimento desde a década de 1950. Uma implicação desse crescimento é a elevação da despesa total do setor público, bem como a necessidade da ampliação da arrecadação para fazer frente a tais despesas. Além do crescimento apresentado pelo governo, o papel deste modificou-se substancialmente ao longo do tempo. São atribuições econômicas governamentais:

- a) manter a estabilidade econômica, promover ajustamento na alocação de recursos e na distribuição de renda.
- b) promover ajustamento na alocação de recursos, manter a estabilidade econômica e assegurar a liquidez dos bancos comerciais privados.
- c) promover ajustamento na alocação de recursos da propriedade privada.
- d) promover ajustamento na alocação de recursos, manter a estabilidade econômica e garantir o livre mercado.
- e) manter a estabilidade econômica, promover ajustamento na alocação de recursos e a supervisão do sistema financeiro.

Comentários:

A questão quer apenas que você apresente as funções do governo, apesar de usar termos um pouco diferentes dos que são mais comuns.

De toda forma, na alternativa "a" temos as funções estabilizadora, alocativa e distributiva corretamente estabelecidas.

Faço algumas observações a respeito das demais opções que podem causar dúvidas.

Assegurar a liquidez dos bancos comerciais privados não é um papel do governo. Do contrário, é importante que os bancos saibam que não terão resgates governamentais caso tenham problemas, pois isso tenderia a torná-los mais conservadores. Existem mecanismos de segurança para evitar problemas, mas não é atribuição do governo assegurar a liquidez dessas instituições financeiras.

O livre mercado é uma visão idealizada onde tudo ocorre sem a intervenção do governo. Chega a ser paradoxal atribuir essa função ao governo. Não confunda com livre concorrência ou livre iniciativa, essas sim atribuições constitucionais do Estado Brasileiro.

A supervisão do sistema financeiro é uma atribuição do Estado, mas muito mais específica do que a função distributiva. Nessa batalha entre alternativa "a" e "e", temos uma clara vencedora.

Gabarito: "a"



73. (2015/FGV/DPE-MT/Economista)

Segundo muitos analistas, a economia brasileira apresentou um crescimento próximo de 0% em 2014. Aliado a uma taxa de inflação próxima de 6,5%, podemos dizer que a economia se encontra em um cenário de estagflação, mas ainda mantendo uma baixa taxa de desemprego.

Nesse sentido, o governo não tem cumprido totalmente a sua função

- a) alocativa, por meio da política fiscal.
- b) distributiva, por meio da política monetária.
- c) estabilizadora, por meio de uma combinação das políticas monetária e fiscal.
- d) estabilizadora, por meio do melhor provimento de serviços públicos.
- e) alocativa, por meio da elevação das contribuições relativas a seguridade social.

Comentários:

É a função estabilizadora que busca crescimento econômico, estabilidade de preços (inflação sob controle) e pleno emprego.

Sua execução ocorre por meio das políticas econômicas, das quais se destacam a fiscal e a monetária.

No caso narrado, temos que há inflação sem crescimento, ou seja, o governo não vem cumprindo a contento sua função estabilizadora.

Dessa forma, a alternativa "c" é nosso gabarito.

Gabarito: "c"

74. (2015/FCC/TCM-RJ/Auditor Substituto de Conselheiro)

A função desenvolvida pelo Estado com o objetivo de assegurar o ajustamento necessário na apropriação de recursos na economia, visando a correção das imperfeições inerentes à própria lógica de mercado, denomina-se função

- a) normativa.
- b) distributiva.
- c) estabilizadora.
- d) administrativa.
- e) alocativa.

Comentários:

Das falhas de mercado decorrem os bens públicos, cujo fornecimento é o cerne da função alocativa do governo. Por isso, a alternativa "e" é o gabarito.

Gabarito: "e"



75. (2019/CEBRASPE-CESPE/COGE GE/Auditor de Controle Interno)

No que diz respeito a políticas econômicas governamentais, julgue os itens a seguir.

I Para o exercício da função alocativa, o governo deve ocupar-se exclusivamente da produção de bens e serviços públicos.

II O governo utiliza transferências, impostos e subsídios como instrumentos para o exercício da função alocativa.

III A função estabilizadora do governo protege a economia de flutuações bruscas nos níveis de emprego e de inflação, valendo-se das políticas fiscal e monetária.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item II está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens I e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

Comentários:

A função alocativa não se limita à produção de bens públicos, mas também está relacionada à regulação dessa produção. Por isso, a afirmativa I está errada.

O erro da afirmativa II está em elencar os instrumentos da **política distributiva** como se fossem da alocativa.

Por fim, a afirmativa III está correta: é disso mesmo que se trata a política estabilizadora.

Gabarito: "b"

76. (2020/FCC/ALAP/Analista Legislativo - Economista)

De acordo com a teoria das finanças públicas,

- a) na presença de um monopólio natural, é social e estritamente preferível que o Estado se responsabilize diretamente pela produção do bem ou serviço sujeito a retornos crescentes à escala, evitando-se a criação de monopólios privados com tendência a praticar preços abusivos.
- b) a existência de bens públicos conforma uma falha de mercado que justifica a intervenção do Estado nos mercados, na medida em que a natureza rival (ou indivisível) deste tipo de bem acarreta uma suboferta do mesmo pelos mecanismos de mercado.
- c) o teorema do orçamento equilibrado estabelece que um aumento nos gastos, financiado inteiramente por meio de maior arrecadação, gera efeitos negativos sobre a atividade econômica, servindo como base teórica para a defesa de déficits fiscais sistemáticos.
- d) o financiamento de um déficit público nominal pode ser feito ilimitadamente por meio de emissão de títulos da dívida pública, mesmo que o governo perca controle sobre as contas públicas.



e) a ocorrência de desemprego e inflação constitui falha de mercado que justifica a intervenção estatal na economia por meio da função estabilizadora da política econômica, acarretando, como resultado do sucesso da mesma, a geração de externalidades positivas como estabilidade de preços e elevação do nível de renda.

Comentários:

Essa questão cobra assunto que são objetos de outras aulas, e por isso não aprofundarei aqui os comentários de todas as alternativas.

Contudo, o gabarito (letra "e") está totalmente no nosso atual escopo, além de ser bastante interessante a forma como ele relaciona as falhas de mercado com a função estabilizadora.

Essa função busca estabilidade de preços e alto nível de emprego, sendo a ausência desses itens um tipo de falha de mercado em sentido amplo. Ao promover estabilidade de preços e alto nível de renda, o Estado produz bens públicos. E estabilidade de preços, por exemplo, é não rival e não exclusiva, na medida em que toda a população pode desfrutar dela, sem reduzir a disponibilidade para os outros e sem impedimento.

Cabe comentário à letra "b", que está errada por falar em "natureza rival", quando os bens públicos são, naturalmente, **não rivais**.

Gabarito: "e"



LISTA DE QUESTÕES

1. (2016/FGV/CODEBA/Analista Portuário - Economista)

Uma economia de escambo é formada apenas por duas tribos, na qual uma tribo detém todos os recursos e, a outra, não detém nada.

Essa alocação inicial atende ao princípio de

- a) equidade, visto que o indicador de desigualdade é igual a unidade.
- b) eficiência de Pareto, segundo a curva de Engel.
- c) equilíbrio de mercado e, portanto, é eficiente de acordo com o Segundo Teorema de Bem-Estar.
- d) ótimo de Pareto, visto que não é possível melhorar a situação de uma das tribos sem piorar a da outra.
- e) eficiência e, a partir dessa alocação, o livre mercado chega a um equilíbrio pelo Primeiro Teorema de Bem-Estar.

2. (2016/FCC/PGE-MT/Analista - Economista)

A eficiência produtiva é mais provável de ser atingida em

- a) monopólio.
- b) competição monopolística.
- c) oligopólio.
- d) competição perfeita.
- e) monopólio natural.

3. (2008/FCC/TCE-SP/Auditor do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo)

Uma situação econômica é dita eficiente de Pareto quando:

- a) é impossível melhorar o bem-estar de um agente econômico sem piorar o de outro.
- b) não é possível aumentar a utilidade marginal da renda sem aumentar o preço.
- c) o excedente do consumidor é igual ao excedente do produtor.
- d) o nível de bem-estar é o mesmo para todos os indivíduos.
- e) os rendimentos são distribuídos igualmente.



4. (2013/CEBRASPE-CESPE/ANCINE/Especialista em Regulação)

Uma economia possui os bens A, B e C e os consumidores X, Y e Z, com as seguintes preferências:

X prefere o bem A ao bem B e é indiferente entre B e C;

Y prefere o bem B ao bem A e é indiferente entre A e C;

Z é indiferente entre todos os bens.

De acordo com essas informações, julgue o item abaixo.

Se forem permitidas trocas entre os consumidores, uma alocação por sorteio, em que X receba o bem C, Y receba o bem B e Z receba o bem A, é considerada eficiente no sentido de Pareto.

5. (2018/FCC/CLDF/Consultor Legislativo - Regulação Econômica)

O equilíbrio geral determina simultaneamente preços e quantidades em todos os mercados.

Entre outros aspectos, essa condição de equilíbrio leva em conta que

a) as variações de preços e quantidades são determinadas pelas mais diferentes externalidades que afetam as condições de oferta e demanda.

b) todos os mercados tendem à concorrência perfeita no longo prazo.

c) um ajuste de preço ou de quantidade em determinado mercado é causado pelos ajustes de preços ou quantidades em mercados relacionados.

d) a renda dos consumidores é equitativa.

e) ações regulatórias de governo objetivam a busca do equilíbrio geral.

6. (2018/FGV/CGM NITERÓI/Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental)

No equilíbrio de mercado que é ótimo de Pareto, pode-se concluir que

a) é possível melhorar o bem-estar de uma pessoa sem piorar o das demais.

b) há espaço para elevar a utilidade de todas as classes de renda.

c) a aplicação de um imposto piora o poder de compra dos consumidores.

d) qualquer alteração no equilíbrio leva a uma piora de, pelo menos, uma pessoa da sociedade.

e) para qualquer dotação inicial, esse equilíbrio será o de mercado competitivo.

7. (2019/FCC/AFAP/Analista de Fomento - Economista)

Uma característica básica dos bens públicos é que

a) são rivais e não exclusivos.

b) as pessoas podem ser impedidas de consumi-los.

c) são exclusivos e não rivais.

d) apresentam custo marginal de produção igual a zero para um consumidor adicional.

e) são rivais e exclusivos.



8. (2016/IBFC/CM ARARAQUARA/Agente de Controle Interno)

Nos Estados modernos, a política de gastos, ou política fiscal do governo, tem três principais funções: distributiva, estabilizadora e alocativa. Assinale a alternativa que apresenta a ordem correta, de cima para baixo, dessas funções financeiras.

() Diz respeito ao fornecimento de bens públicos, que são aqueles cuja utilização por um indivíduo não implica a indisponibilidade para os outros indivíduos. Como o mercado não tem mecanismos de fornecimento e financiamento desses bens, o governo deve oferecê-los à sociedade.

() É a mais complexa das três. Ocupando uma posição de destaque na determinação da política fiscal e dos pagamentos de transferências. Tem como objetivo distribuir a renda, e a riqueza à população de modo mais equilibrado, minimizando diferenças que o sistema de mercado provoca em sua distribuição.

() Proposta pela teoria Keynesiana, tem por objetivo alcançar um elevado nível de emprego, uma razoável estabilidade no nível de preços, o equilíbrio na balança de pagamentos e uma aceitável taxa de crescimento econômico. Essa função regula a sintonia entre a oferta e a demanda agregada da economia.

- a) Função Alocativa- Função Distributiva- Função Estabilizadora.
- b) Função Estabilizadora - Função Alocativa- Função Distributiva
- c) Função Distributiva- Função Estabilizadora - Função Alocativa.
- d) Função Alocativa- Função Estabilizadora - Função Distributiva

9. (2018/FGV/CGM-NITERÓI/Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental)

Leia o trecho a seguir. A política pública financiada pela _____, que visa distribuir gratuitamente aparelhos auditivos para crianças com deficiência auditiva grave, é do tipo _____.

Assinale a opção cujos termos completam corretamente as lacunas do trecho acima.

- a) sociedade como um todo - distributiva
- b) camada mais rica da sociedade - distributiva
- c) sociedade como um todo - redistributiva
- d) camada mais rica da sociedade - regulatória
- e) sociedade como um todo - regulatória

10. (2018/FGV/ALERO/Consultor Legislativo - Assessoramento em Orçamentos)

Sobre os objetivos da função estabilizadora do governo, assinale a afirmativa correta.

- a) Deve realizar parcerias com o setor privado para fornecer bens públicos.
- b) Busca reformular os tributos com o fim de melhorar a distribuição de renda.
- c) Deve utilizar a política monetária para manter a taxa inflacionária em níveis reduzidos.
- d) Busca definir a contribuição de cada consumidor para financiar algum bem público.
- e) Pretende melhorar as condições de moradia da população de baixa renda.



11. (2018/FGV/ALERO/Analista Legislativo - Economia)

A política de preços praticada pela Petrobras, a partir de 2016, definiu que o preço dos combustíveis no Brasil seria pautado pela cotação do barril de petróleo no mercado internacional, em dólar.

O exemplo acima indica o seguinte tipo de função econômica governamental:

- a) estabilizadora.
- b) alocativa.
- c) distributiva.
- d) reguladora.
- e) concedente.

12. (2018/FGV/ALERO/Consultor Legislativo - Assessoramento em Orçamentos)

Sobre os objetivos da função estabilizadora do governo, assinale a afirmativa correta.

- a) Deve realizar parcerias com o setor privado para fornecer bens públicos.
- b) Busca reformular os tributos com o fim de melhorar a distribuição de renda.
- c) Deve utilizar a política monetária para manter a taxa inflacionária em níveis reduzidos.
- d) Busca definir a contribuição de cada consumidor para financiar algum bem público.
- e) Pretende melhorar as condições de moradia da população de baixa renda.

13. (2019/FCC/AFAP/Analista de Fomento - Crédito)

Uma situação passível de consideração na análise dos tipos de bens é a figura do "carona". Ele

- a) estimula a produção de bens públicos.
- b) existe quando os bens são exclusivos.
- c) dificulta a oferta eficiente de bens pelos mercados.
- d) não é passível de solução.
- e) é uma característica inerente aos bens privados.

14. (2016/FGV/CODEBA/Analista Portuário - Economista)

Relacione as funções econômicas do governo às respectivas características.

1. Função Alocativa
2. Função Distributiva
3. Função Estabilizadora

() nessa função, justifica-se a intervenção do setor público no investimento em infraestrutura, dado o potencial deste na geração de externalidades positivas para toda a economia.

() nessa função, a imposição de um imposto sobre heranças pode subsidiar o aumento da faixa de renda isenta do Imposto sobre a Renda (IR).



() nessa função, com o esgotamento do modelo de crescimento baseado na expansão da demanda, o governo pode adotar políticas que estimulem o lado da oferta da economia.

Assinale a alternativa que mostra a relação correta, de cima para baixo.

- a) 3 - 2 - 1.
- b) 3 - 1 - 2.
- c) 2 - 1 - 3.
- d) 1 - 3 - 2.
- e) 1 - 2 - 3.

15. (2011/FGV/SEFAZ RJ/Analista de Controle Interno)

A respeito do conceito de bens públicos, é correto afirmar que

- a) têm como propriedade serem bens rivais.
- b) têm como propriedade serem bens alienáveis.
- c) são sempre produzidos diretamente pelo Estado.
- d) têm como propriedade serem não excludentes.
- e) são produzidos por pequenos comerciantes.

16. (2018/FCC/SABESP/Analista de Gestão - Economia)

No tocante aos bens públicos,

- a) para qualquer nível específico de produção, o custo marginal de sua produção é crescente para um consumidor adicional, uma vez que são bens "não rivais".
- b) seu nível eficiente de provisão, diferentemente dos bens privados, não se dá quando o custo marginal se iguala ao benefício marginal percebido por todos os usuários que usufruem do bem.
- c) os consumidores podem ser impedidos de seu consumo, porque são bens "não exclusivos".
- d) observada a característica de não exclusividade, falhas alocativas podem ocorrer em função dos chamados "consumidores caronas", isto é, aqueles que não pagam pelo bem, na expectativa de que outros o façam.
- e) estes não podem, sob hipótese alguma, ser ofertados privadamente.

17. (2015/FGV/TCM-SP/Agente de Fiscalização - Economia)

Relacione as funções do governo com suas respectivas características ou descrições.

- 1. Função Alocativa
- 2. Função Distributiva
- 3. Função Estabilizadora



() O mecanismo eleitoral é imprescindível para que uma sociedade revele suas preferências de distribuição dos recursos públicos disponíveis na provisão de bens e serviços por parte do Estado.

() Uma taxa de inflação elevada tende a impactar mais fortemente os mais pobres, visto que estes têm maior perda de poder de compra de seus rendimentos. Essa é uma das razões pelas quais o governo deve usar a política monetária e fiscal para combater a inflação.

() A tributação de grandes fortunas pode ser um mecanismo importante para financiar programas de construção de moradias populares.

A relação correta, de cima para baixo, é:

- a) 1, 2 e 3;
- b) 1, 3 e 2;
- c) 2, 1 e 3;
- d) 2, 3 e 1;
- e) 3, 1 e 2.

18. (2014/FGV/DPE RJ/Técnico Superior Especializado - Economia)

Suponha que existam 3 tipos de governo: A, B e C. O governo A prioriza a qualidade na oferta de bens públicos para a população. Por sua vez, o governo B prioriza reformas tributárias que visem à redução do índice de Gini dos rendimentos da população. Por fim, o governo C lança mão de uma política econômica que estimule a geração de empregos, mas, ao mesmo tempo, mantenha os preços estáveis. Logo, os governos A, B e C exercem, respectivamente, funções

- a) alocativa, distributiva e estabilizadora.
- b) distributiva, alocativa e estabilizadora.
- c) alocativa, estabilizadora e distributiva.
- d) distributiva, estabilizadora e alocativa.
- e) estabilizadora, alocativa e distributiva.

19. (2014/FGV/ALBA/Técnico de Nível Superior - Economia)

O governo FHC ficou marcado pelo fim das altas taxas de inflação. Por sua vez, o governo Lula ficou marcado pela redução da pobreza e desigualdade. Nesse sentido, os governos FHC e Lula atenderam, respectivamente, às seguintes funções básicas do governo:

- a) alocativa e distributiva.
- b) alocativa e estabilizadora.
- c) distributiva e alocativa.
- d) estabilizadora e distributiva.
- e) estabilizadora e alocativa.



20. (2015/FCC/TCM-GO/Auditor Conselheiro Substituto)

Os bens públicos têm por característica serem

- a) bens rivais e excludentes.
- b) bens rivais e não excludentes.
- c) bens não rivais e excludentes.
- d) apenas bens não excludentes, podendo ser rivais ou não rivais.
- e) bens não rivais e não excludentes.

21. (2018/FGV/SEFIN-RO/Auditor Fiscal de Tributos Estaduais)

Quando uma rua é inaugurada, ela pode ser considerada um bem público.

Com o trânsito em determinados horários, no entanto, ela deixa de ser um bem público, porque

- a) perde a característica de não excludência.
- b) o uso excessivo a torna um bem rival.
- c) há a presença de transporte público e carros particulares.
- d) gera poluição, incorrendo em externalidade negativa.
- e) a existência de trânsito gera o mesmo efeito da implementação de um pedágio.

22. (2024/CESGRANRIO/IPEA/Técnico de Planejamento e Pesquisa)

A Constituição Federal do Brasil de 1988 determina que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, e que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho. A etapa do ensino fundamental é provida de forma gratuita pelo Governo para parte da sociedade que não tem acesso à provisão privada.

Nesse contexto, conclui-se que a(o)

- a) educação sempre pode ser considerada como um bem público.
- b) educação, como é parcialmente financiada pelo poder público, pode ser caracterizada como um bem público.
- c) rivalidade na oferta de educação sempre existirá, independentemente da tecnologia utilizada.
- d) financiamento público de parte da educação pode ser justificado pela externalidade social que é gerada.
- e) nível eficiente da provisão é dado diretamente pela comparação entre o seu benefício marginal e seu custo marginal, já que a educação é parcialmente financiada pelo poder público.



23. (2016/FGV/CUIABÁ/ Auditor Fiscal Tributário da Receita Municipal)

Considere as duas situações a seguir:

Situação 1: um consumidor vai a um supermercado e compra um refrigerante por um determinado preço. O produto é prontamente substituído por outro do estoque.

Situação 2: um parque público é inaugurado, mas, em pouco tempo, fica sujo devido à falta de limpeza e de fiscalização por parte do ente público.

As situações 1 e 2 descrevem, respectivamente, casos de bens

- a) excludentes e públicos.
- b) rivais e excludentes.
- c) privados e públicos.
- d) privados e rivais.
- e) privados nos dois casos.

24. (2020/FCC/ALAP/Analista Legislativo - Economista)

As falhas de mercado impedem que se obtenha a máxima eficiência na alocação dos recursos da economia. Nesse sentido,

- a) mercados incompletos são caracterizados pela inexistência de demanda pelo bem, impedindo a sua viabilização.
- b) a presença de informação assimétrica pode ocasionar o problema do risco moral nos mercados de seguros de automóveis.
- c) um bem não rival pode ser subofertado em virtude de o custo marginal de produção do bem exceder o seu benefício marginal social.
- d) a poluição do meio ambiente não pode ser considerada uma falha de mercado, na medida em que ela não afeta as decisões das firmas e dos consumidores.
- e) externalidades positivas, como a arborização de ruas ou a vacinação da população contra doenças transmissíveis, são eficientemente ofertadas pelos mercados, dados os claros benefícios sociais que elas geram.

25. (2013/FCC/SEFAZ SP/Agente Fiscal de Rendas - Gestão Tributária)

Associe o número do conceito na coluna à esquerda aos parênteses na coluna à direita:

1. Mercado de créditos de carbono.	(...) Bens de consumo não rival.
2. Bens cujo consumo é não excludente e não rival.	(...) Caronas (<i>free riders</i>).
3. Bens cujo consumo é não excludente e rival.	(...) Licenças negociáveis para poluir.
4. Não desejam pagar por bens não excludentes.	(...) Bens de propriedade comum.
5. Bens cujo custo marginal de produção é nulo.	(...) Bens públicos.

A sequência correta é:

- a) 1, 4, 5, 2, 3.
- b) 1, 3, 5, 2, 4.
- c) 4, 3, 1, 2, 5.



- d) 5, 4, 1, 3, 2.
- e) 5, 3, 4, 1, 2.

26. (2013/FCC/TCE-SP/Auditor do Tribunal de Contas do Estado)

São características apresentadas simultaneamente pelos bens públicos:

- a) Consumo rival e possibilidade de exclusão no seu consumo de quem não se disponha a pagar pelo bem.
- b) Externalidades positivas e consumo rival.
- c) Consumo não rival e impossibilidade de exclusão do seu consumo de quem não se disponha a pagar pelo bem.
- d) Externalidades negativas e possibilidade de exclusão do seu consumo por quem não se disponha a pagar pelo bem.
- e) Utilidade marginal decrescente e externalidades negativas.

27. (2012/VUNESP/PREFEITURA DE SJC/Analista em Gestão Municipal)

A obtenção, criação, dispêndio e gestão de recursos materiais e serviços com a finalidade de satisfação das necessidades coletivas conceituam o que se entende por

- a) macroeconomia.
- b) microeconomia.
- c) contabilidade aplicada ao setor público.
- d) finanças públicas.
- e) finanças internacionais.

28. (2016/INSTITUTO AOCP/EBSERH/Analista Administrativo - Economia)

"[...] Mas é só por seu próprio proveito que um homem emprega seu capital em apoio da indústria; por tanto, sempre se esforçará em usar na indústria, cujo produto tenda a ser de maior valor ou em trocar pela maior quantidade possível de dinheiro ou outros bens... Nisto está, como em outros muitos casos, guiado por uma mão invisível para atingir um fim que não fazia parte de sua intenção. E também não é o pior para a sociedade que isto seja assim. Ao buscar seu próprio interesse, o homem com frequência favorece o da sociedade melhor que quando realmente deseja o fazer [...]" A citação apresentada expressa o funcionamento do capitalismo (e a defesa do livre mercado) na concepção de

- a) Michal Kalecki.
- b) Karl Marx.
- c) John Stuart Mill.
- d) Adam Smith.
- e) John Maynard Keynes.



29. (2018/VUNESP/PREFEITURA DE SJC/Economista)

São três as funções básicas do governo, sendo que uma delas envolve transferências e subsídios. Trata-se da função

- a) estabilizadora.
- b) judiciária.
- c) distributiva.
- d) alocativa.
- e) reguladora.

30. (2019/FCC/AFAP/Analista de Fomento - Economista)

Um objetivo expansionista, tudo mais constante, pode ser alcançado por uma política

- a) fiscal que aumente o gasto do governo.
- b) fiscal que altere alíquotas de tributos, mantendo a arrecadação constante.
- c) monetária que reduza os agregados monetários.
- d) fiscal que reduza o endividamento público.
- e) monetária que aumente a taxa básica de juros da economia.

31. (2019/FCC/AFAP/Analista de Fomento - Crédito)

Um objetivo contracionista, tudo mais constante, pode ser alcançado por meio de uma política

- a) monetária, que reduza o recolhimento compulsório.
- b) fiscal, que aumente o gasto do governo.
- c) monetária, que aumente a taxa de redesconto.
- d) fiscal, que reduza os impostos.
- e) creditícia, que facilite os empréstimos

32. (2016/FCC/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA MS/Economista)

O redesconto é um instrumento clássico de política monetária que, se expandido,

- a) pode abrir espaço para os bancos realizarem novas operações de crédito.
- b) reduz as disponibilidades dos bancos.
- c) provoca instantâneo aumento da carteira de crédito do sistema bancário.
- d) não é utilizado em época de crise bancária.
- e) representa um imediato aumento do passivo dos bancos.

33. (2016/FCC/ELETROSUL/Economista)

Com relação aos instrumentos de política monetária

- a) o aumento do recolhimento compulsório provoca efeito contracionista no crédito.



- b) a aquisição, pelo Banco Central, de títulos de propriedade dos bancos reduz a carteira de crédito do sistema bancário.
- c) o efeito do redesconto é reduzido por não poder ser objeto de limite quantitativo.
- d) a decisão do Banco Central, em um modelo de metas de inflação, por uma redução da taxa básica de juros implica no mesmo efeito de uma elevação do recolhimento compulsório.
- e) ocorre destruição de meios de pagamento quando o Banco Central facilita às famílias seu acesso ao crédito.

34. (2015/FCC/TCE CE/Técnico de Controle Externo)

NÃO se trata de uma falha de mercado

- a) a variação dos preços agrícolas ao longo do ano, devido à presença de períodos de safra e de entressafra.
- b) a poluição de rios das grandes metrópoles.
- c) a existência de monopólios naturais.
- d) quando um morador atrai o mosquito transmissor da dengue, acumulando água parada em sua propriedade privada.
- e) o baixo desenvolvimento de um mercado de capitais, o que impede o financiamento de projetos de longo prazo estratégicos para o crescimento econômico.

35. (2018/VUNESP/PREF SJC/Analista em Gestão Municipal - Ciências Econômicas)

De acordo com a teoria das finanças públicas, uma das propriedades do bem público é ser um bem

- a) alienável.
- b) não rival.
- c) provido apenas pelo governo.
- d) excludente.
- e) de consumo aos mais pobres.

36. (2018/VUNESP/IPSM SJC/Analista de Gestão Municipal - Economia)

Uma das propriedades do bem público é:

- a) ser um bem não excludente.
- b) ser um bem alienável.
- c) ser um bem provido apenas pelo governo.
- d) ser um bem rival.
- e) ser um bem de investimento.



37. (2014/FCC/TCE-CE/Auditor)

É característica dos bens públicos:

- a) Princípio da exclusão do consumo.
- b) Externalidades negativas.
- c) Consumo não rival.
- d) Custo marginal próximo a zero.
- e) Deseconomias de escala em sua produção.

38. (2007/FCC/MPU/Analista)

Caracteriza um bem público:

- a) Consumo não rival.
- b) Princípio da exclusão.
- c) Deseconomias de escala na produção.
- d) Preferências não reveladas.
- e) Externalidades negativas.

39. (2013/FCC/SEFAZ SP/Agente Fiscal de Rendas)

Associe o número do conceito na coluna à esquerda aos parênteses na coluna à direita:

- | | | | |
|---|--|-----|---------------------------|
| 1 | Bens cujo consumo é não excludente e não rival | () | Bens de consumo não rival |
| 2 | Bens cujo consumo é não excludente e rival | () | Caronas (free riders) |
| 3 | Não desejam pagar por bens não excludentes | () | Bens de propriedade comum |
| 4 | Bens cujo custo marginal de produção é nulo | () | Bens públicos |

A sequência correta é:

- a) 3, 4, 1, 2.
- b) 3, 1, 2, 4.
- c) 1, 3, 2, 4.
- d) 4, 2, 3, 1.
- e) 4, 3, 2, 1.

40. (2019/VUNESP/MPE SP/Analista Técnico Científico - Economista)

Considere os seguintes bens:

- I. Um filme em exibição no cinema;
- II. Um programa exibido em TV aberta;
- III. Peixes em um rio;
- IV. Gasolina.



Esses bens podem ser classificados como:

- a) I - rival e não excludente; II - público; III - privado; IV - não rival e excludente.
- b) I - não rival e excludente; II - público; III - rival e não excludente; IV - privado.
- c) I - público; II - privado; III - privado; IV - público.
- d) I - não rival e excludente; II - público; III - não rival e excludente; IV - público.
- e) I - privado; II - público; III - público; IV - privado.

41. (2002/VUNESP/BNDES/Profissional Básico - Economia)

Na definição de bem público, os conceitos de não rivalidade e de não exclusão dizem respeito, respectivamente, aos fatos de que

- a) não se pode excluir uma pessoa do consumo de um dado serviço e de que seus custos de produção são exclusivamente públicos.
- b) não se pode excluir uma pessoa do consumo de um dado serviço e de que o consumo de uma unidade do serviço não reduz a quantidade disponível para outros consumidores.
- c) o consumo de uma unidade do serviço reduz a quantidade disponível para outros consumidores e de que não se pode excluir uma pessoa do consumo de um dado serviço.
- d) o consumo de uma unidade do serviço não reduz a quantidade disponível para outros consumidores e de que não se pode excluir uma pessoa do consumo daquele serviço.
- e) não se pode excluir uma pessoa do consumo de um dado serviço e de que seus custos de produção são exclusivamente privados.

42. (FCC/2018/SABESP/Analista de Gestão - Economia)

Constituem razões para ocorrência das "falhas de mercado", isto é, condições em que ocorre uma alocação subótima de recursos na economia, EXCETO:

- a) competição imperfeita.
- b) informação imperfeita.
- c) externalidades.
- d) bens públicos.
- e) maximização conjunta dos excedentes do consumidor e do produtor.

43. (2018/FCC/CL DF/Consultor Legislativo - Regulação Econômica)

No funcionamento dos mercados, observa-se que algumas pessoas sabem de coisas que outras não sabem. Essa situação pode distorcer as decisões econômicas e, algumas vezes, fazem com que as transações econômicas mutuamente benéficas deixem de acontecer.

Esta falha de mercado é denominada

- a) mercado incompleto.
- b) concorrência imperfeita.



- c) externalidades.
- d) confiança do consumidor.
- e) informação privilegiada.

44. (2018/FCC/CLDF/Consultor Técnico Legislativo - Economista)

Um tipo de situação em que pode ocorrer uma falha de mercado que resulta, em geral, em perdas de eficiência econômica, sugerindo atuação regulatória do governo, é representada

- a) pela tributação seletiva da renda.
- b) pela ocorrência do peso morto com a fixação de um preço máximo pela autoridade governamental.
- c) pelo estabelecimento de um salário mínimo.
- d) pelas assimetrias de informação.
- e) pela quebra de safra agrícola.

45. (2018/FCC/TCE-RS/Auditor Público Externo - Ciências Econômicas)

No que tange ao conceito de assimetrias da informação, é correto afirmar:

- a) Resultam sempre em externalidades positivas, pois envolvem benefícios não reconhecidos pelos agentes diretamente interessados em determinado tipo de transação.
- b) Podem ocorrer quando do estabelecimento de contratos financeiros, pois os elementos relevantes para a realização de uma transação financeira não são totalmente transparentes, isto é, nem sempre há livre disponibilidade de informações relevantes a todas as partes envolvidas na transação.
- c) A Teoria da Agência não prevê a ocorrência de assimetrias informacionais entre as partes atuantes em uma corporação moderna, pois foca os interesses e comportamentos desses agentes.
- d) A concepção na qual todos os agentes econômicos tenham pleno conhecimento de todas as variáveis, isto é, que conheçam as características de todos os bens e serviços disponíveis, pressupõe a existência de informações imperfeitas.
- e) São incapazes de alterar o grau de eficiência dos mercados.

46. (2018/CEBRASPE-CESPE/CAGE RS/Auditor do Estado)

A respeito de falhas de mercado e de bens públicos, assinale a opção correta.

- a) Um bem é denominado público se é rival e excludente.
- b) Um bem é denominado comum se é não rival e não excludente.
- c) Se o benefício social de determinada ação for de 30 unidades e o benefício privado for de 20 unidades e se o custo marginal for expresso por $10 + 2a$, em que a é o nível da ação, então haverá deficiência de 5 unidades na produção socialmente ótima.



- d) Sendo o benefício social de determinada ação expressa por $400 - 10a$ e o custo social igual a $100 + 20a$, em que a é o nível da ação, então o nível ótimo da ação será $a = 20$ unidades.
- e) Uma rodovia livre de pedágio é considerada um bem público.

47. (2015/VUNESP/PREF-SP/Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental)

É um exemplo de externalidade negativa o custo

- a) de renovação da frota pública de veículos.
- b) das passagens de ônibus.
- c) da poluição gerada pelos carros.
- d) gerado pela construção do metrô.
- e) da fiscalização do trânsito.

48. (2019/VUNESP/TRANSERP/Contador)

Um exemplo de externalidade positiva seria

- a) o aumento no preço do cigarro, decorrente de uma elevação dos impostos.
- b) o aumento na emissão de dióxido de carbono, decorrente do aumento na venda de veículos automotores.
- c) a construção de aeroportos localizados em áreas residenciais, economizando o tempo de deslocamento.
- d) diminuição da gripe H1N1, em decorrência das campanhas publicitárias realizadas.
- e) o aumento na oferta de sacolas plásticas nos supermercados.

49. (2019/VUNESP/CM SM ARCANJO/Contador)

Assinale a alternativa que apresenta exemplos de falhas de mercado:

- a) Assimetria de informações e externalidades.
- b) Assimetria de informações e risco de controle.
- c) Assimetria de informações e risco de fraude.
- d) Risco de erro e externalidades.
- e) Risco de fraude e externalidades.

50. (2018/FCC/SEF SC/Auditor Fiscal da Receita Estadual - Auditoria e Fiscalização)

O teorema de Coase

- a) refere-se à obtenção da eficiência econômica por meio da regulamentação governamental impositora de permissões transferíveis.
- b) envolve negociação entre agentes privados, em que um deles cede parte de seus lucros para a obtenção de um ganho social maior.



- c) nomeia uma solução subótima, uma vez que não proporciona resultado econômico eficiente.
- d) aplica-se a negociações entre particulares, sem custos para as partes envolvidas.
- e) propõe soluções negociadas para situações em concorrência perfeita, em que o direito de propriedade não está bem especificado

51. (2019/FCC/SEFAZ BA/Auditor Fiscal - Administração, Finanças e Controle Interno)

Um exemplo de problema ambiental é o resultado do lançamento de poluentes nos rios. Embora a mensuração do problema apresente desafios, segundo a teoria microeconômica

- a) se espera uma curva de custo marginal total para a sociedade igual ao custo marginal da empresa poluidora.
- b) o custo marginal externo, representativo da externalidade negativa imposta externamente à empresa poluidora, é decrescente, se a empresa utilizar uma tecnologia de proporções fixas.
- c) a aplicação de taxas não estimula a instalação de novas tecnologias, com o que não reduz a externalidade.
- d) uma ação de eficácia questionável é a definição do direito de emissão de poluição em contexto de existência de muitos agentes prejudicados, tais como os proprietários de áreas que margeiam os rios poluídos.
- e) a fixação de padrões de limites de poluição não se fará possível quando houver informações incompletas sobre os custos de redução da poluição.

52. (2013/VUNESP/MPE-ES/Agente Técnico - Economista)

O fenômeno das externalidades, cada vez mais presente em nossas sociedades, indica que o mercado pode ser levado a produzir quantidades que não poderiam ser consideradas eficientes pela teoria tradicional, na ausência de regulação que minimize esta possibilidade. Sem regulação das externalidades num dado setor, pode-se afirmar que a quantidade produzida tenderá a ser

- a) maior que a eficiente, se se tratar de bem que apresente externalidade positiva.
- b) menor que a eficiente, sejam positivas ou negativas as externalidades.
- c) igual à eficiente, mas apenas no longo prazo.
- d) menor que a eficiente, se se tratar de bem que apresente externalidade positiva.
- e) maior que a eficiente, sejam positivas ou negativas as externalidades.

53. (2018/VUNESP/ARSESP/Especialista em Regulação - Econômico Financeiro)

O estabelecimento de um valor mínimo de franquia nos contratos de seguros de automóveis é um instrumento utilizado pelas companhias seguradoras para eliminar a falha de mercado denominada

- a) subsídio cruzado.
- b) princípio da não exclusão.



- c) externalidades de mercado.
- d) seleção adversa.
- e) risco moral.

54. (2019/COPS-UEL/LONDRINA/Economista)

Um dos esquemas de financiamento muito conhecido na teoria das finanças públicas é a tributação de Lindahl.

Sobre esse esquema, assinale a alternativa correta.

- a) O esquema de Lindahl mostra que é necessário levar em consideração o custo marginal da provisão do bem público sem a necessidade de considerar as preferências individuais.
- b) O esquema de Lindahl mostra que as pessoas devem contribuir conforme a sua capacidade de pagamento, ou seja, a renda, sem a necessidade de considerar as preferências dos cidadãos.
- c) O esquema de Lindahl permite o financiamento integral do custo do bem público e assegura o equilíbrio individual.
- d) O esquema de Lindahl tem como objetivo a equidade horizontal.
- e) O resultado do esquema de Lindahl é divergente do obtido pela condição de Samuelson.

55. (2004/ESAF/ANEEL/Analista Administrativo)

Assinale a única opção falsa no que diz respeito a bens públicos.

- a) Um bem público puro é aquele em que o custo marginal de oferecê-lo a uma pessoa adicional é rigorosamente zero e é impossível excluir quem quer que seja de receber o bem.
- b) O fornecimento de bens, via orçamento público, freqüentemente envolve bens que são de consumo rival.
- c) O modelo de Samuelson procura determinar o nível ótimo de produção dos bens coletivos.
- d) A defesa nacional é exemplo de bem público.
- e) Os governos têm poder de coerção, de obrigar os cidadãos a pagar pelos bens públicos.

56. (2018/CEBRASPE-CESPE/CAGE RS/Auditor do Estado)

Conforme a teoria das finanças públicas, falhas de mercado impediriam uma situação ótima de Pareto. Tal teoria considera falhas de mercado a existência de

- a) bens públicos, informação assimétrica e mercados incompletos.
- b) bens públicos, monopólios e desemprego.
- c) inflação, externalidades negativas e competição.
- d) externalidades positivas, monopsonio e simetria de informação.
- e) governo, monopólios naturais e mercado incompletos.



57. (2015/VUNESP/PREF SJC/Analista em Gestão Municipal - Ciências Econômicas)

Durante as discussões para a elaboração da Constituição Federal, em 1988, houve uma proposta de estender o monopólio da Petrobrás também à distribuição, isto é, os postos de combustível passariam a ser operados pela Petrobrás.

Nesse caso, os derivados de petróleo seriam

- a) bens públicos.
- b) bens privados.
- c) bens rivais, mas não excludentes.
- d) bens excludentes, mas não rivais.
- e) bens inferiores.

58. (2019/FCC/AFAP/Economista/Analista de Fomento)

No campo das finanças públicas, uma das teorias mais conhecidas é a da tragédia dos comuns. Trata-se de teoria sobre o comportamento social exposta no célebre artigo *The Tragedy of the Commons*, de Garret Hardin, em 1968. Em linhas gerais, a teoria sustenta que o uso descoordenado de recursos de propriedade de todos tende a levá-los ao exaurimento.

(Adaptado de: DE OLIVEIRA, Weder. Curso de Responsabilidade Fiscal. Belo Horizonte: Fórum, 2013. p. 60)

O excerto acima é um exemplo de falha na função econômica do estado conhecida como

- a) "alocativa", sendo as demais conhecidas como "distributiva" e "estabilizadora".
- b) "distributiva", sendo as demais conhecidas como "alocativa" e "estabilizadora".
- c) "retributiva", sendo as demais conhecidas como "sancionatória" e "distributiva".
- d) "fomentadora", sendo as demais conhecidas como "distributiva" e "estabilizadora".
- e) "sancionatória", sendo as demais conhecidas como "alocativa" e "estabilizadora".

59. (2020/CEBRASPE-CESPE/TJ-PA/Analista Judiciário - Administrativa)

O papel do Estado e sua atuação nas finanças públicas são explicados pelas funções econômicas por ele desempenhadas.

Assinale a opção que apresenta a correta definição para cada uma das funções econômicas indicadas.

- a) Alocativa: promove ajustamentos na alocação de recursos; distributiva: realiza ajustamentos na distribuição de renda; estabilizadora: mantém a estabilidade econômica.
- b) Alocativa: promove a alocação de recursos na distribuição de renda; distributiva: realiza o equilíbrio no balanço de pagamentos; estabilizadora: mantém a estabilidade no nível de preços.
- c) Alocativa: promove ajustamentos na alocação de recursos; produtiva: fomenta a geração de empregos; estabilizadora: mantém a estabilidade econômica.



d) Distributiva: realiza ajustamentos na distribuição de renda; produtiva: fomenta a geração de empregos nos diversos segmentos de governo; estabilizadora: mantém a estabilidade econômica.

e) Distributiva: realiza o equilíbrio no balanço de pagamentos; produtiva: fomenta a produção de bens de serviços nos diversos segmentos de governo; estabilizadora: mantém a estabilidade do nível de preços.

60. (2015/FMP/ICMS-MT/Auditor do Estado de Mato Grosso)

Sobre as funções econômicas do setor público, selecione a alternativa que preenche corretamente a frase:

A função do governo está relacionada com a intervenção do Estado na economia, para alterar o comportamento dos preços e emprego, pois o pleno emprego e a estabilidade de preços não acontecem de maneira automática.

- a) estabilizadora.
- b) alocativa.
- c) distributiva.
- d) de crescimento econômico.
- e) fiscalizadora.

61. (2014/VUNESP/TJ-PA/Analista Judiciário - Economia)

A função do governo associada ao fornecimento de bens e serviços não oferecidos adequadamente pelo sistema de mercado é denominada

- a) produtiva.
- b) alocativa.
- c) distributiva.
- d) estabilizadora.
- e) arrecadadora.

62. (2019/FCC/AFAP/Analista de Fomento)

Um exemplo de materialização da função estabilizadora do governo é dada

- a) pelo provimento de bens meritórios.
- b) pela redistribuição de renda por meio da política fiscal.
- c) pela condução da política monetária.
- d) pela produção de bens públicos.
- e) pela fixação de impostos progressivos.



63. (2013/VUNESP/FUNDAÇÃO CASA/Analista Administrativo)

Políticas econômicas consistem em um conjunto de medidas tomadas pelo governo de um país com o objetivo de atuar e influir sobre os mecanismos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços. De uma maneira geral, pode-se classificar as políticas econômicas em três tipos, segundo os objetivos governamentais: estruturais, de estabilização conjuntural e de expansão. Nesse contexto, o governo tem várias funções; dentre elas, pode-se destacar aquela em que é realizada por meio das transferências, dos impostos e dos subsídios governamentais, de determinadas classes sociais ou regiões para outras de menor renda. Essa função é denominada

- a) distributiva.
- b) alocativa.
- c) estabilizadora.
- d) equalizadora.
- e) logística.

64. (2014/VUNESP/SP-URBANISMO/Analista - Financeira e Orçamentária)

A aplicação das diversas políticas econômicas a fim de promover o emprego, o desenvolvimento e a estabilidade, diante da incapacidade do mercado em assegurar o atingimento de tais objetivos, é a função do governo denominada

- a) social.
- b) estabilizadora.
- c) alocativa.
- d) distributiva.
- e) progressiva.

65. (2018/CEBRASPE-CESPE/CAGE-RS/Auditor do Estado)

A função alocativa, uma das funções básicas do governo, visa

- a) ofertar bens e serviços públicos que não seriam oferecidos pelo mercado privado ou que seriam ofertados em condições ineficientes.
- b) combater choques monetários, com o ajuste no nível geral de preços, estabilização da moeda, alteração do câmbio e modificação da taxa de juros.
- c) interferir no ambiente econômico e elevar o nível de emprego e bem-estar da população por meio do emprego de instrumentos de política fiscal.
- d) gerar condições para a oferta de bens privados no mercado pelos produtores, corrigindo imperfeições no sistema de mercado e, também, criando externalidades negativas.
- e) distribuir a riqueza na sociedade de modo a torná-la menos desigual, com o emprego de mecanismos como tributos, transferências financeiras governamentais, subsídios e incentivos fiscais.



66. (2015/VUNESP/PREF SP/Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental)

São exemplos de política alocativa, estabilizadora e distribuidora do Estado, respectivamente,

- a) o Plano de Metas, o Plano Cruzado e o Plano Verão.
- b) o Plano de Metas, o Plano Real e o Programa Bolsa Família.
- c) a criação do Banco Central, o Programa de Aceleração do Crescimento e o Programa Bolsa Família.
- d) o Plano Collor, o Plano Real e o Programa Bolsa Escola.
- e) o Plano de Metas, o II Plano Nacional de Desenvolvimento e o Plano Real.

67. (2018/IBFC/SEPLAG SE/Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental)

A ação do governo através da política fiscal abrange as três funções básicas das finanças públicas: a função alocativa, a função distributiva e a função estabilizadora. A educação e a saúde, quando bem distribuídas e ofertadas de forma igualitária, tendem a garantir o mínimo social na medida em que garantem que todos tenham um padrão mínimo de bem-estar, na medida em que visam reduzir a sensação de exclusão da sociedade causada por diferenças da renda, e na medida em que visam eliminar as vantagens desproporcionais na educação. Diante dessa análise, responda a alternativa correta:

- a) a função distributiva se propõe a promover o ajustamento na distribuição da renda mas sem se preocupar com a garantia de oferta de bens e serviços para a população menos assistida ou em situação de pobreza
- b) a função alocativa, diferente do que parece indicar o nome a ela atribuído, não busca promover ajustamentos na alocação de recursos
- c) a função estabilizadora não busca promover a manutenção da estabilidade econômica, vez que não há como se falar em estabilidade na economia. A função estabilizadora, por essa razão, não se relaciona com o uso da política orçamentária com o objetivo de manter o pleno emprego
- d) a função distributiva refere-se à organização da distribuição da renda, resultante dos fatores de produção – capital, trabalho e terra – e da venda dos serviços desses fatores no mercado. Ela pode ser feita por meio do mecanismo das transferências, dos impostos progressivos e dos subsídios para assegurar conformidade com o que a sociedade considera uma situação justa de distribuição.

68. (2018/IADES/IGEPREV-PA/Analista de Investimentos)

A teoria econômica identifica três funções principais para o governo: a função alocativa, a distributiva e a estabilizadora. Com base nessa informação e considerando o papel das políticas monetária e fiscal, assinale a alternativa correta.

- a) O Banco Central é o órgão responsável pela implantação das políticas monetária e fiscal do governo.
- b) Por meio da política monetária, o governo promove a distribuição de renda, cumprindo a respectiva função distributiva.
- c) As condições de liquidez da economia são definidas a partir da política fiscal adotada.



- d) O governo cumpre a própria função alocativa quando utiliza a política monetária para garantir crescimento econômico com estabilidade de preços.
- e) A política fiscal é o instrumento utilizado pelo governo para definir o nível de tributação e gastos públicos da economia.

69. (2016/FGV/IBGE/Tecnologista - Economia)

Associe as funções do Estado a suas respectivas características:

1. Alocativa
2. Estabilizadora
3. Distributiva

() A arrecadação de um tributo sobre movimentações financeiras pode ser destinada a melhorar os serviços públicos de saúde, utilizados principalmente pelos mais pobres.

() A escolha pelo voto de um político pode ser entendido como um mecanismo revelador das preferências verdadeiras do eleitorado.

() O abandono do regime de metas inflacionárias tende a abalar o nível de confiança do consumidor e das empresas.

A associação correta, de cima para baixo, é:

- a) 1, 2 e 3;
- b) 1, 3 e 2;
- c) 2, 1 e 3;
- d) 3, 2 e 1;
- e) 3, 1 e 2.

70. (2015/FGV/DPE-RO/Analista em Economia)

Em relação às funções do Estado, considere V para a(s) afirmativa(s) verdadeira(s) ou F para a(s) falsa(s):

() Um candidato eleito que eleva os gastos com segurança pública, está exercendo a sua função alocativa.

() A implementação de um imposto sobre grandes fortunas e a redução daqueles cobrados sobre os extratos menores de renda estão relacionados à função distributiva.

() Políticas que reduzam os custos admissionais a fim de elevar o emprego estão relacionadas à função estabilizadora.

A sequência correta é:

- a) V - V - V;
- b) V - V - F;
- c) F - V - V;
- d) F - F - V;
- e) F - F - F.



71. (2016/IBFC/CM ARARAQUARA/Agente de Controle Interno)

Nos Estados modernos, a política de gastos, ou política fiscal do governo, tem três principais funções: distributiva, estabilizadora e alocativa. Assinale a alternativa que apresenta a ordem correta, de cima para baixo, dessas funções financeiras.

() Diz respeito ao fornecimento de bens públicos, que são aqueles cuja utilização por um indivíduo não implica a indisponibilidade para os outros indivíduos. Como o mercado não tem mecanismos de fornecimento e financiamento desses bens, o governo deve oferecê-los à sociedade.

() É a mais complexa das três. Ocupando uma posição de destaque na determinação da política fiscal e dos pagamentos de transferências. Tem como objetivo distribuir a renda, e a riqueza à população de modo mais equilibrado, minimizando diferenças que o sistema de mercado provoca em sua distribuição.

() Proposta pela teoria Keynesiana, tem por objetivo alcançar um elevado nível de emprego, uma razoável estabilidade no nível de preços, o equilíbrio na balança de pagamentos e uma aceitável taxa de crescimento econômico. Essa função regula a sintonia entre a oferta e a demanda agregada da economia.

- a) Função Alocativa- Função Distributiva- Função Estabilizadora.
- b) Função Estabilizadora - Função Alocativa- Função Distributiva
- c) Função Distributiva- Função Estabilizadora - Função Alocativa.
- d) Função Alocativa- Função Estabilizadora - Função Distributiva

72. (2016/AOCP/PREFEITURA DE JUIZ DE FORA/Economista)

No Brasil, a participação do Estado na economia tem apresentado crescimento desde a década de 1950. Uma implicação desse crescimento é a elevação da despesa total do setor público, bem como a necessidade da ampliação da arrecadação para fazer frente a tais despesas. Além do crescimento apresentado pelo governo, o papel deste modificou-se substancialmente ao longo do tempo. São atribuições econômicas governamentais:

- a) manter a estabilidade econômica, promover ajustamento na alocação de recursos e na distribuição de renda.
- b) promover ajustamento na alocação de recursos, manter a estabilidade econômica e assegurar a liquidez dos bancos comerciais privados.
- c) promover ajustamento na alocação de recursos da propriedade privada.
- d) promover ajustamento na alocação de recursos, manter a estabilidade econômica e garantir o livre mercado.
- e) manter a estabilidade econômica, promover ajustamento na alocação de recursos e a supervisão do sistema financeiro.



73. (2015/FGV/DPE-MT/Economista)

Segundo muitos analistas, a economia brasileira apresentou um crescimento próximo de 0% em 2014. Aliado a uma taxa de inflação próxima de 6,5%, podemos dizer que a economia se encontra em um cenário de estagflação, mas ainda mantendo uma baixa taxa de desemprego. Nesse sentido, o governo não tem cumprido totalmente a sua função

- a) alocativa, por meio da política fiscal.
- b) distributiva, por meio da política monetária.
- c) estabilizadora, por meio de uma combinação das políticas monetária e fiscal.
- d) estabilizadora, por meio do melhor provimento de serviços públicos.
- e) alocativa, por meio da elevação das contribuições relativas a seguridade social.

74. (2015/FCC/TCM-RJ/Auditor Substituto de Conselheiro)

A função desenvolvida pelo Estado com o objetivo de assegurar o ajustamento necessário na apropriação de recursos na economia, visando a correção das imperfeições inerentes à própria lógica de mercado, denomina-se função

- a) normativa.
- b) distributiva.
- c) estabilizadora.
- d) administrativa.
- e) alocativa.

75. (2019/CEBRASPE-CESPE/COGE GE/Auditor de Controle Interno)

No que diz respeito a políticas econômicas governamentais, julgue os itens a seguir.

I Para o exercício da função alocativa, o governo deve ocupar-se exclusivamente da produção de bens e serviços públicos.

II O governo utiliza transferências, impostos e subsídios como instrumentos para o exercício da função alocativa.

III A função estabilizadora do governo protege a economia de flutuações bruscas nos níveis de emprego e de inflação, valendo-se das políticas fiscal e monetária.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item II está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens I e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.



76. (2020/FCC/ALAP/Analista Legislativo - Economista)

De acordo com a teoria das finanças públicas,

- a) na presença de um monopólio natural, é social e estritamente preferível que o Estado se responsabilize diretamente pela produção do bem ou serviço sujeito a retornos crescentes à escala, evitando-se a criação de monopólios privados com tendência a praticar preços abusivos.
- b) a existência de bens públicos conforma uma falha de mercado que justifica a intervenção do Estado nos mercados, na medida em que a natureza rival (ou indivisível) deste tipo de bem acarreta uma suboferta do mesmo pelos mecanismos de mercado.
- c) o teorema do orçamento equilibrado estabelece que um aumento nos gastos, financiado inteiramente por meio de maior arrecadação, gera efeitos negativos sobre a atividade econômica, servindo como base teórica para a defesa de déficits fiscais sistemáticos.
- d) o financiamento de um déficit público nominal pode ser feito ilimitadamente por meio de emissão de títulos da dívida pública, mesmo que o governo perca controle sobre as contas públicas.
- e) a ocorrência de desemprego e inflação constitui falha de mercado que justifica a intervenção estatal na economia por meio da função estabilizadora da política econômica, acarretando, como resultado do sucesso da mesma, a geração de externalidades positivas como estabilidade de preços e elevação do nível de renda.

GABARITO

1. D	21. B	41. D	61. B
2. D	22. D	42. E	62. C
3. A	23. D	43. E	63. A
4. E	24. B	44. D	64. B
5. C	25. D	45. B	65. A
6. D	26. C	46. C	66. B
7. D	27. D	47. C	67. D
8. A	28. D	48. D	68. E
9. A	29. C	49. A	69. E
10. C	30. A	50. D	70. A
11. A	31. C	51. D	71. A
12. C	32. A	52. D	72. A
13. C	33. A	53. E	73. C
14. E	34. A	54. C	74. E
15. D	35. B	55. B	75. B
16. D	36. B	56. A	76. E
17. B	37. C	57. B	
18. A	38. A	58. A	
19. D	39. E	59. A	
20. E	40. B	60. A	



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.